



DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

PODER LEGISLATIVO

Nº 024

CURITIBA, SEGUNDA-FEIRA, EM 03 DE ABRIL DE 2006

ANO XXXI

Mesa Executiva

HERMAS BRANDÃO

Presidente - PSDB

PEDRO IVO ILKIV

1º Vice-Presidente - PT

AUGUSTINHO ZUCCHI

2º Vice-Presidente - PDT

ARLETE CARAMÊS

3º Vice-Presidente - PPS

NEREU MOURA

1º Secretário - PMDB

GERALDO CARTÁRIO

2º Secretário - PMDB

ELIO RUSCH

3º Secretário - PFL

RENI PEREIRA

4º Secretário - PSB

PASTOR EDSON PRACZYK

5º Secretário - PMRB

ABIB MIGUEL

Diretor Geral

Lideranças

Líder do Governo Dobrandino da Silva
Líder da Oposição Valdir Rossoni
PTB Carlos Simões
PFL Plauto Miró Guimarães
PSDB Ademar Traiano
PMDB Antonio Anibelli
PT Ângelo Vanhoni
PDT Luiz Carlos Martins
PPS Waldir Leite
Bloco Parlamentar PTB/PL/PMRB Jocelito Canto
Bloco Parlamentar PP/PSB Cida Borghetti

Representação Partidária

PMDB - 14: Alexandre Curi - Antonio Anibelli - Artagão Júnior - Caíto Quintana - Cleiton Kielse - Dobrandino da Silva - Edson Strapasson - Elza Correia - Geraldo Cartário - José Maria Ferreira - Mauro Moraes - Nereu Moura - Rafael Greca - Vandereli Iensen; **PT** - 09: André Vargas - Ângelo Vanhoni - Elton Carlos Welter - Hermes Fonseca - Luciana Rafagnin - Natálio Stica - Padre Paulo Campos - Pedro Ivo Ilkiv - Tadeu Veneri; **PSDB** - 09: Ademar Traiano - Francisco Bühner - Hermas Brandão - Luiz Accorsi - Luiz Fernandes da Silva Litro - Luiz Nishimori - Miltinho Pupio - Nelson Garcia - Valdir Rossoni; **PDT** - 05: Augustinho Zucchi - Barbosa Neto - Luiz Carlos Martins - Neivo Beraldin - Renato Gaúcho; **PPS** - 05: Ailton Araújo; Arlete Caramês - Marcos Isfer - Ratinho Júnior - Waldir Leite; **PFL** - 04: Durval Amaral - Elio Rusch - Nelson Justus - Plauto Miró Guimarães; **PP** - 02: Cida Borghetti - Duílio Genari; **PSB** - 02: José Domingos Scarpellini - Reni Pereira; **PTB** - 02: Carlos Simões - Jocelito Canto; **PL** - 01: Chico Noroeste; **PMRB** - 01: Pastor Edson Praczyk

DIÁRIO Nº 024**SUMÁRIO**

Termo de Reassunção de Mandato	02
Mesa Executiva	02
Presenças	02
Abertura da Sessão	03
Expediente:	
Mensagens	03
Requerimentos	12
Projetos de Lei	17
Pequeno Expediente:	
Dep. Barbosa Neto	21
Dep. José Maria Ferreira.....	22
Dep. Augustinho Zucchi	23
Dep. José Domingos Scarpellini....	23
Dep. Durval Amaral.....	24
Grande Expediente:	
Dep. Durval Amaral.....	25
Horário das Lideranças:	
Liderança do PDT	
Dep. Luiz Carlos Martins.....	29
Liderança do PT	
Dep. Luciana Rafagnin	30
Liderança do PMDB	
Dep. Dobrandino da Silva.....	32
Liderança da Oposição	
Dep. Reni Pereira	33
Liderança do Governo	
Dep. Dobrandino da Silva.....	35
Ordem do Dia:	
Leitura do Expediente	37
Discussão / Votação:	
2ª Discussão	38
3ª Discussão	39
Requerimentos	41
Explicações Pessoais:	
Dep. Reni Pereira	41
Dep. Neivo Beraldin	41
Encerramento da Sessão	42
Transcrições	43
Publicações:	
Atas de Comissões	
Redação.....	45
Defesa dos Direitos da Mulher, da Criança e do Adolescente.....	46
Constituição e Justiça.....	46

Termo de Reassunção de Mandato

TERMO DE REASSUNÇÃO DE MANDATO DE
DEPUTADO ESTADUAL PELO EXMO. SR. LUIZ
CARLOS CAÍTO QUINTANA

Aos três dias do mês de abril do ano de dois mil e seis, o Exmo. Sr. Luiz Carlos Caíto Quintana reassumiu, na forma regimental, o mandato de Deputado Estadual, no gabinete da Presidência da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná.

Eu, Abib Miguel, Diretor Geral da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, mandei lavrar o presente termo, que após lido, vai devidamente assinado pelos Exmos. Srs. Deputado Hermas Brandão, Presidente da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná e Deputado Luiz Carlos Caíto Quintana.

(aa) HERMAS BRANDÃO

Presidente

LUIZ CARLOS CAÍTO QUINTANA

Deputado Estadual

ABIB MIGUEL

Diretor Geral

020ª SESSÃO ORDINÁRIA

**4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA
15ª LEGISLATURA
ATA DA 020ª SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM
03 DE ABRIL DE 2006**

(segunda-feira)

Mesa Executiva:

Presidência do Sr. Deputado Hermas Brandão, secretariado pelo Sr. Deputado Tadeu Veneri e pela Sra. Deputada Cida Borghetti.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Hermas Brandão, Pedro Ivo Ilkiv, Augustinho Zucchi, Arlete Caramês, Nereu Moura, Geraldo Cartário, Elio Rusch, Reni Pereira, Pastor Edson Praczyk, Ademar Traiano, Ailton Araújo, Alexandre Curi, Ângelo Vanhoni, Barbosa Neto, Carlos Simões, Cida Borghetti, Cleiton Kielse, Dobrandino da Silva, Duílio Genari, Durval Amaral, Elton Carlos Welter,

Francisco Bühner, Hermes Fonseca, Jocelito Canto, José Domingos Scarpellini, José Maria Ferreira, Luciana Rafagnin, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Martins, Luiz Fernandes da Silva Litro, Luiz Nishimori, Marcos Isfer, Mauro Moraes, Natálio Stica, Neivo Beraldin, Nelson Garcia, Plauto Miró Guimarães, Rafael Greca, Ratinho Júnior, Renato Gaúcho, Tadeu Veneri, Valdir Rossoni, Vanderlei Iensen e Waldir Leite (44). Achando-se ausentes os Srs. Deputados: André Vargas, Antonio Anibelli, Artagão Júnior, Caíto Quintana, Chico Noroeste, Edson Strapasson, Miltinho Pupio, Nelson Justus e Padre Paulo Campos (09); e em licença médica a Sra. Deputada Elza Correia (01).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a Sessão.

Abertura da Sessão:

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO

Procede à leitura da Ata da Sessão anterior, a qual foi aprovada conforme parágrafo 1º do artigo 88, do Regimento Interno.

O SR. 1º SECRETÁRIO

Procede à leitura do seguinte

Expediente:

Mensagens

MENSAGEM Nº 022/06

Curitiba, 29 de março de 2006.

Senhor Presidente:

Tenho a honra de encaminhar a V. Exa., para ser apreciado por essa augusta Assembléia Legislativa, o incluso anteprojeto de lei que objetiva autorizar o Poder Executivo a efetuar a cessão de uso, ao município de Bituruna, do imóvel constituído por área com 6.800,00 m2, na Colônia Santa Bárbara, no citado município, conforme Transcrição das Transmissões nº 8692, do 1º Ofício de Registro de Imóveis da Comarca de União da Vitória.

O plano de lei em referência é altamente significativo e consulta plenamente aos superiores interesses públicos, eis que, conforme dispositivo expressamente contido no texto da medida, o imóvel cuja autorização para cessão é solicitada, deverá ser utilizado pelo Município, exclusivamente, para implantação de unidades escolares.

Certo de que a medida proposta merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprova-

ção, reitero a V. Exa. os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ROBERTO REQUIÃO

Governador do Estado

ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a efetuar cessão de uso, ao município de Bituruna, do imóvel constituído por área com 6.800,00 m2, na Colônia Santa Bárbara, no citado município, conforme Transcrição das Transmissões nº 8.692, do 1º Ofício de Registro de Imóveis da Comarca de União da Vitória.

Art. 2º O imóvel em questão deverá ser utilizado, exclusivamente, para a implantação de unidade escolar, sendo retomado a qualquer tempo caso seja comprovada destinação diversa da estabelecida.

Art. 3º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

À Diretoria Legislativa.

MENSAGEM Nº 023/06

Curitiba, 29 de março de 2006.

Senhor Presidente:

Tenho a honra de apresentar à elevada consideração dessa egrégia Assembléia Legislativa, anteprojeto de lei que dispõe sobre ajuste orçamentário no valor de R\$ 800.000,00 (oitocentos mil reais), ao vigente orçamento da Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento, aprovado pela Lei Estadual nº 14.977, de 28 de dezembro de 2005.

Os recursos de que trata este ajuste orçamentário serão utilizados na construção de Unidades Municipais do Instituto de assistência Técnica e extensão Rural - Emater, com 110m cada, nos municípios de Iporã, Jandaia do Sul, Marquinho, Ramilândia, São José das Palmeiras, Tamarana e Três Barras do Paraná, para atendimento de pequenos agricultores e assentamentos rurais.

Esclareço também que os recursos para cobertura da referida programação são decorrentes de cancelamento de dotação do próprio Órgão.

Certo de poder contar com a atenção dessa egrégia Assembléia Legislativa, reitero a V. Exa. as expressões do meu mais alto apreço e consideração.

(a) ROBERTO REQUIÃO

Governador do Estado

ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1º Fica procedido um ajuste no Orçamento Geral do Estado, aprovado pela Lei Estadual nº 14.977, de 28 de dezembro de 2005, no valor de R\$ 800.000,00 (oitocentos mil reais), conforme Anexo I desta lei.

Art. 2º Servirá como recursos para cobertura do crédito de que trata o artigo anterior, igual importância proveniente de cancelamento de dotação, conforme Anexo II desta lei.

Art. 3º Em decorrência do contido no artigo 1º desta lei, fica incluído o Anexo de Obras do Instituto de

Assistência Técnica e Extensão Rural - Emater, conforme Anexo III desta lei.

Art. 4º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

À Diretoria Legislativa.

ACRÉSCIMO DE DESPESA	ANEXO I					FL. 01 R\$ 1,00	
Cód.	Especificação	Natureza da despesa	Fonte	Gr. Fonte	LDR	Valor	N. do Proc. COP
6500	SECRETARIA DE EST. DA AGRIC. E DO ABASTECIMENTO						
6531	INST. DE ASSIST. TÉCN. E EXTENSÃO RURAL - EMATER						
2855	GERENCIAMENTO DA ESTRUT. ADMIN. DA EMATER	4490.51	250	95	L	800.000	0308
Total						800.000	

ACRÉSCIMO DE DESPESA	ANEXO II					FL. 01 R\$ 1,00	
Cód.	Especificação	Natureza da despesa	Fonte	Gr. Fonte	LDR	Valor	N. do Proc. COP
6500	SECRETARIA DE EST. DA AGRIC. E DO ABASTECIMENTO						
6531	INST. DE ASSIST. TÉCN. E EXTENSÃO RURAL - EMATER						
2855	GERENCIAMENTO DA ESTRUT. ADMIN. DA EMATER	4490.52	250	95	L	800.000	0308
Total						800.000	

ACRÉSCIMO DE DESPESA	ANEXO III ANEXO A LEI Nº				FL. 02 R\$ 1,00	
Cód.	Especificação	Fonte	Gr. Fonte	Alo	Valor	N. do Proc. COP
6500	SECRETARIA DE EST. DA AGRIC. E DO ABASTECIMENTO					
6531	INST. DE ASSIST. TÉCN. E EXTENSÃO RURAL - EMATER					
2855	GERENCIAMENTO DA ESTRUT. ADMIN. DA EMATER					
372	IBIPORÃ					
0006	Construir Unidade Municipal da EMATER	250	95	L	100.000	0308
430	JANDAIA DO SUL					
0005	Construir Unidade Municipal da EMATER	250	95	L	120.000	0308
517	MARQUINHO					

ACRÉSCIMO DE DESPESA	ANEXO III ANEXO A LEI N°				FL. 02 R\$ 1,00	
0001	Construir Unidade Municipal da EMATER	250	95	L	110.000	0308
672	RAMILÂNDIA					
0004	Construir Unidade Municipal da EMATER	250	95	L	120.000	0308
780	SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS					
0002	Construir Unidade Municipal da EMATER	250	95	L	120.000	0308
814	TAMARANA					
0007	Construir Unidade Municipal da EMATER	250	95	L	110.000	0308
840	TRÊS BARRAS DO PARANÁ					
0003	Construir Unidade Municipal da EMATER	250	95	L	120.000	0308
TOTAL		O.F.		L	800.000	

MENSAGEM N° 024/06

Curitiba, 29 de março de 2006.

Senhor Presidente:

Tenho a honra de encaminhar a V. Exa., para ser apreciado por essa augusta Assembléia Legislativa, o incluso anteprojeto de lei que objetiva alterar dispositivos da Lei n° 14.773, de 05 de julho de 2005, através da qual foi determinada a isenção do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - ICMS, nas contratações de demanda de potência de energia.

O fornecimento de energia elétrica mediante contrato de demanda, celebrado entre empresas concessionárias de energia elétrica e consumidores, pretende garantir a estes últimos potência de energia, que poderá ou não ser utilizada, sendo cobrada em razão dos investimentos que a concessionária realiza para garantir o suprimento ao consumidor.

Nesta forma de contrato de fornecimento, o usuário efetua o pagamento à concessionária de dois valores: um deles, relativo à energia elétrica efetivamente consumida (consumo) e outro relativo à demanda contratada e colocada à disposição da consumidora, que será integralmente paga, mesmo que não utilizada.

Com relação proposta mantém-se o espírito original da Lei, esclarecendo dúvidas surgidas quanto à interpretação de seu texto original, para que seja exigido tão-somente o tributo relativo à parcela da demanda efetivamente utilizada pelo adquirente.

A proposição também dispensa o pagamento do imposto incidente sobre a parcela da demanda medida relativamente às operações ocorridas no período de 5 de julho de 2005 até a sua entrada em vigor, vedando a restituição das importâncias eventualmente recolhidas.

Certo de que a medida proposta merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprova-

ção, reitero a V. Exa. os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ROBERTO REQUIÃO
Governador do Estado

ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1º O artigo 1º da Lei n° 14.773, de 05 de julho de 2005, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º Nos casos de contratação de demanda de potência fica dispensado o ICMS incidente sobre a parcela de demanda não utilizada pelo adquirente.

Parágrafo Único. Considera-se demanda não utilizada, para fins da isenção de que trata esta lei, a diferença entre a parcela de demanda contratada e a medida.”

Art. 2º Fica dispensado o pagamento do imposto incidente sobre a parcela correspondente à demanda de potência medida, relativamente ao período compreendido entre 5 de julho de 2005 e a data da publicação desta lei.

Parágrafo Único. A dispensa de que trata este artigo não confere direito à restituição ou compensação, total ou parcial, de valores recolhidos.

Art. 3º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 5 de julho de 2005.

À Diretoria Legislativa.

MENSAGEM N° 025/06

Curitiba, 31 de março de 2006.

Senhor Presidente:

Tenho a honra de apresentar à elevada consideração dessa egrégia Assembléia Legislativa, anteprojeto de lei que dispõe sobre ajuste e uma conversão de fontes de recursos no valor de R\$ 2.628.556,00 (dois milhões, seiscentos e vinte e oito mil, quinhentos e cinquenta e seis

reais), ao vigente orçamento da Secretaria de Estado da Segurança Pública, aprovado pela Lei Estadual nº 14.977, de 28 de dezembro de 2005.

O ajustamento proposto tem por finalidade realizar o pagamento de 49 (quarenta e nove) veículos pick up e rádios VHF/FM adquiridos para a Polícia Militar do Estado do Paraná. Salientamos que o empenho relativo a esta despesa, foi estornado pela Secretaria de Estado da Fazenda, tendo como justificativa o ajuste fiscal. Os recursos são originários do Fundo de Reequipamento do Departamento de Trânsito - Funrestran, e foram depositados no Tesouro Geral do Estado, no exercício de 2005, estando em conformidade com a Lei nº 14.777, de 12.07.05.

Certo de poder contar com a atenção dessa egrégia Assembléia Legislativa, reitero a V. Exa. as expressões do meu mais alto apreço e consideração.

(a) ROBERTO REQUIÃO
Governador do Estado

ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1º Fica procedido um ajuste e uma conversão de fontes de recursos ao Orçamento Geral do Estado, aprovado pela Lei Estadual nº 14.977, de 28 de dezembro de 2005, no valor de R\$ 2.628.556,00 (dois milhões, seiscentos e vinte e oito mil, quinhentos e cinquenta e seis reais), conforme Anexos I e II desta lei.

Art. 2º Em decorrência do contido nos artigos 1º e 2º desta lei, fica alterado o Demonstrativo da Receita, conforme Anexos III e VI desta lei.

Art. 3º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

À Diretoria Legislativa.

ACRÉSCIMO DE DESPESA	ANEXO I					FL. 01 R\$ 1,00	
Cód.	Especificação	Natureza da despesa	Fonte	Gr. Fonte	LDR	Valor	N. do Proc. COP
3900	SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA						
3901	GABINETE DO SECRETÁRIO						
1028	INVESTIMENTOS PARA A SEGURANÇA PÚBLICA	4490.92	147	01	L	2.628.556	0328
Total						2.628.556	

ACRÉSCIMO DE DESPESA	ANEXO II					FL. 01 R\$ 1,00	
Cód.	Especificação	Natureza da despesa	Fonte	Gr. Fonte e	LDR	Valor	N. do Proc. COP
6900	SECRETARIA DE EST. DA SEGURANÇA PÚBLICA						
3901	GABINETE DO SECRETÁRIO						
1028	INVESTIMENTOS PARA A SEGURANÇA PÚBLICA	4490.52	107	09	L	2.628.556	0328
Total						2.628.556	

ACRÉSCIMO RECEITA CENTRALIZADA	ANEXO III			FL. 02 R\$ 1,00	
Cód.	Especificação	Fonte	GR. Fonte	Valor	Processo
1990.15.47	Salvos de Exercícios Anteriores -Transf. de Outras Entidades - Tesouro	147	01	2.628.556	0328
Total				2.628.556	

ACRÉSCIMO RECEITA CENTRALIZADA	ANEXO IV			FL. 02 R\$ 1,00	
Cód.	Especificação	Fonte	GR. Fonte	Valor	Processo
2471.00.00	Transferências de Convênios da União e de suas Entidades	107	09	2.628.556	0328
Total				2.628.556	

MENSAGEM Nº 026/06

Curitiba, 31 de março de 2006.

Senhor Presidente:

Tenho a honra de apresentar à elevada consideração dessa egrégia Assembléia Legislativa, anteprojeto de lei que solicita autorização para utilização dos recursos do Fundo de Desenvolvimento Econômico - FDE, atualmente geridos pela Agência de Fomento do Paraná S/A, conforme justificativa em anexo, destinados a atender as despesas do Poder Executivo nas áreas de Educação e Cultura, Segurança Pública, Justiça e Cidadania, Agricultura e Meio Ambiente, Desenvolvimento Urbano e Infraestrutura, e na Integralização de Capital na Agência de Fomento mediante a abertura de créditos adicionais na época oportuna, ficando estes créditos já autorizados para o exercício de 2006.

Solicita também, a abertura imediata de um Crédito Adicional no valor de R\$ 30.000.000,00 (trinta milhões de reais), utilizando os recursos tratados no parágrafo anterior, para atender as seguintes despesas: R\$ 12.410.000,00 (doze milhões, quatrocentos e dez mil reais) para a Secretaria de Estado da Educação; R\$ 12.000.000,00 (doze milhões de reais), para a Secretaria de Estado da Saúde e R\$ 5.590.000,00 (cinco milhões, quinhentos e noventa mil reais) para a Secretaria de Estado da Segurança Pública. Estes recursos serão destinados a atender despesas provenientes dos cancelamentos efetuados por força do Decreto nº 5616, de 03 de novembro de 2005, relativos à construção, melhorias e adaptações em prédios públicos e aquisição de equipamentos nas respectivas áreas.

(a) ROBERTO REQUIÃO
Governador do Estado

JUSTIFICATIVA PARA O PROJETO DE LEI

Proposta para utilização dos recursos do Fundo de Desenvolvimento Econômico - FDE

O objetivo da proposta adiante elencada constitui na possibilidade de o Estado do Paraná utilizar recursos financeiros do Fundo de Desenvolvimento Econômico - FDE, atualmente geridos pela Agência de Fomento do Paraná S/A. O Fundo de Desenvolvimento Econômico - FDE foi criado através da Lei nº 4.529/62, com as alterações implementadas para Lei nº 5.515/67.

Na qualidade de um fundo especial possui algumas características que lhe são peculiares, cujo objetivo precípuo é evitar o desvio de finalidade e o cumprimento dos objetivos pré-estabelecidos em sua lei de regência.

Daí que, a Lei nº 4.320/64, recepcionada como lei complementar pela Constituição Federal de 1988 possui título especial sobre a matéria dispondo expressamente em seus artigos 71 a 74.

Art. 71. Constitui fundo especial o produto de receitas especificadas que por lei se vinculam à realização de determinados objetivos ou serviços, facultada a adoção de normas peculiares de aplicação.

Desta forma, temos que, para a constituição de um fundo específico, torna-se imperativo que seja instituído através de lei ordinária, bem como, haja a disciplina de seus recursos, ou seja, sua receita.

Os recursos do Fundo de Desenvolvimento Econômico - FDE são públicos e oriundos do orçamento do Estado do Paraná, através de rubrica específica e repassados pela Secretaria de Estado da Fazenda.

O fundo especial consiste em um instrumento para a administração pública atingir determinado fim, portanto deve estar claro seu aspecto e sua finalidade estrutural.

Art. 72. A aplicação das receitas orçamentárias vinculadas a turnos especiais far-se-á através de dotação consignada na lei de Orçamento ou em créditos adicionais.

Marcos Juruena Villela Souto lecionada sobre a questão: *Extraí-se, daí, que é pressuposto para a instituição do fundo que a receita seja específica, estando determinada na lei que o instituir. O Estado, portanto, destaca, afeta, uma parcela do orçamento, vinculando-a a um objetivo específico. Há, deste modo, uma estrita correlação entre a receita arrecadada e o fim almejado pela Administração, de modo que, de antemão, já se sabe como e onde serão aplicados os recursos. Limita-se a liberdade do administrador, posto que há uma especialização das finalidades com que serão despendidos os recursos orçamentários.*

Por sua vez, os artigos 73 e 74 da Lei nº 4.320/64 estabelecem, respectivamente, a destinação do saldo positivo apurado em balanço, bem como, a possibilidade da instituição de normas peculiares de controle.

Art. 73. Salvo determinação em contrário da lei que o institui, o saldo positivo do fundo especial apurado em balanço será transferido para o exercício seguinte, a crédito do mesmo fundo.

Art. 74. A lei que instituir fundo especial poderá determinar normas peculiares de controle, prestação e tomada de contas, sem de qualquer modo, elidir a competência específica do Tribunal de Contas ou órgão equivalente.

Objetivamente, podemos elencar as principais características de um fundo especial, vejamos:

- receitas especificadas;
- vinculação à realização de determinados objetivos ou serviços;
- normas peculiares de aplicação;
- vinculação a determinado órgão da Administração;
- descentralização interna do processo decisório;
- plano de aplicação, contabilidade e prestação de contas específica.

Tem-se, então que o Fundo de Desenvolvimento Econômico - FDE tem a finalidade precípua de conceder incentivos, através de financiamentos e empréstimos destinados ao setor privado e público, conforme preceitua o artigo 1º da Lei nº 5.515/67:

Art. 1º O Fundo de Desenvolvimento Econômico - FDE, criado pela Lei nº 4.529, de 12 de janeiro de 1962, será utilizado na forma do artigo 11:

a) no setor público pela administração centralizada ou descentralizada do Estado, fundações ou sociedades de economia mista, constituídas pelo Poder Público;

b) no setor privado em empreendimentos industriais e agrícolas, como tais considerados, entre outras, as atividades hoteleiras, colonizadores, de formação de pastagens, de criação e engorda do gado, de avicultura, piscicultura, pesca, cultivo de cereais, cooperativas agrícolas, silvicultura, fruticultura e turismo.

Parágrafo Único. Todas as aplicações do Fundo de Desenvolvimento Econômico serão programadas pelo Conselho de Investimentos.

(Obs: o artigo acima, está na conformidade da Lei nº 5.716, de 1º de dezembro de 1967.)

Para o cumprimento das finalidades estabelecidas, no artigo 11 da Lei nº 5.515/67, estabeleceu em quais modalidades de operações, os recursos do fundo seriam aplicados, *verbis*:

Art. 11. Os recursos do Fundo de Desenvolvimento Econômico, serão utilizados nas seguintes operações:

- a) concessão e abertura de crédito ou avais;*
- b) subscrição, aquisição, alienação ou caução de ações ou debêntures.*
- c) pagamento de amortizações, juros e outras despesas relativas a empréstimos contraídos;*
- d) realização de estudos e projetos vinculados ao programa de aplicação do Fundo, para o que poderá depender até 3% (três por cento) dos recursos transferidos ao FDE (artigo 2º, letra "a" e "b");*
- e) oferecimentos de garantias destinadas a cobrir empréstimos contraídos à conta do Fundo;*
- f) execução de obras, compra e venda de bens móveis e imóveis, destinados exclusivamente à implantação de unidade ou conjuntos industriais, por conta própria da administradora, ou de empresas por ela financiadas;*

g) aperfeiçoamento dos processos de arrecadação, combate à sonegação de tributos, mediante estudos e projetos aprovados pela Secretaria da Fazenda e pela Diretoria do Banestado até 10% (dez por cento) em 1967, e até 5% (cinco por cento) nos anos seguintes, dos recursos arrecadados (artigo 2º, letras "a" e "b");

h) capitalização dos Fundos de Previdência e Financeiro de que trata a Lei nº 12.398, de 30 de dezembro de 1998;

§ 1º Fica autorizada a cessão, alienação, securitização, antecipação e a concessão de garantia em operações de qualquer natureza, dos créditos provenientes do artigo 142, da Constituição Estadual.

§ 2º As operações previstas no parágrafo anterior somente poderão ser feitas em moeda corrente ou em títulos públicos federais, a critério do Poder Executivo, e seu resultado será obrigatória e exclusivamente utilizado para o cumprimento das finalidades estabelecidas na alínea "h" deste artigo.

Ocorre que, com o advento da Lei de Responsabilidade Fiscal a aplicação dos recursos financeiros do Fundo de Desenvolvimento Econômico - FDE ficou prejudicada, encontrando obstáculos legais que tornam inviável a utilização desta fonte financeira para os objetivos nos quais a legislação determina sua utilização.

Tais limitações, encontram-se mais especificamente nos artigos 26, 27 e 35 da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Inicialmente, o artigo 26 da LRF, dispõe que:

Art. 26. A destinação de recursos para, direta ou indiretamente, cobrir necessidades de pessoas físicas ou débitos de pessoas jurídicas deverá ser autorizada por lei específica, atender às condições estabelecidas na lei de diretrizes orçamentárias e estar prevista no orçamento ou em seus créditos adicionais.

§ 1º O disposto no caput aplica-se a toda a administração indireta, inclusive fundações públicas e empresas estatais, exceto, no exercício de suas atribuições precípua, as instituições financeiras e o Banco Central do Brasil.

§ 2º Compreende-se incluída a concessão de empréstimos, financiamentos e refinanciamentos, inclusive as respectivas prorrogações e a composição de dívidas, a concessão de subvenções e a participação em constituição ou aumento de capital.

Analisando o dispositivo em questão verifica-se que as instituições financeiras não estão compreendidas entre as entidades delimitadas no regramento legal, constituindo exceção, ante a natureza de sua atividade.

Isto significa que, as instituições financeiras, incluindo-se neste conceito a Agência de Fomento do Paraná S/A, podem operar com maior autonomia do que a administração direta e indireta, desde que respeitadas as normas do que comumente se conhece por boa prática bancária.

Por sua vez, o artigo 27 da Lei Complementar nº 101/2000, estabelece a impossibilidade da concessão de

créditos para pessoas físicas ou jurídicas diretamente pelo Poder Executivo com subsídios sem que tal benesse esteja compreendida na lei orçamentária, bem como, os encargos não podem ser inferiores ao custo da captação do recurso, senão vejamos:

Art. 27. Na concessão de crédito por ente da Federação a pessoa física, ou jurídica que não esteja sob seu controle direto ou indireto, os encargos financeiros, comissões e despesas congêneres não serão inferiores aos definidos em lei ou ao custo de captação.

Parágrafo Único. Dependem de autorização em lei específica as prorrogações e composições de dívidas decorrentes de operações de crédito, bem como a concessão de empréstimos ou financiamentos em desacordo com o caput, sendo o subsídio correspondente consignado na lei orçamentária.

Com relação ao artigo 35, temos que:

Art. 35. É vedada a realização de operação de crédito entre um ente da Federação, diretamente ou por intermédio de fundo, autarquia, fundação ou empresa estatal dependente, e outro, inclusive suas entidades da administração indireta, ainda que sob a forma de novação, refinanciamento ou postergação de dívida contraída anteriormente.

§ 1º Excetuam-se da vedação a que se refere o caput as operações entre instituição financeira estatal e outro ente da Federação, inclusive suas entidades da administração indireta, que não se destinem a:

I - financiar, direta ou indiretamente, despesas correntes;

II - refinarciar dívidas não contraídas junto à própria instituição concedente.

Novamente, estamos diante de situação em que se denota que a legislação ressalva o exercício de atividade-fim das instituições financeiras, porém mantém as restrições do estado realizar operações de crédito.

Impede salientar que, situação análoga já existe no Estado do Paraná, especificamente em relação ao Fundo de Desenvolvimento Urbano - FDE que foi utilizado para financiar diversos projetos na área de desenvolvimento urbano através da Lei nº 8.917/88.

Vislumbrando os óbices impostos pela Lei de Responsabilidade Fiscal, foi sancionada a Lei nº 13.282/01 aportando os recursos de citado fundo especial na Agência de Fomento do Paraná S/A, instituição financeira criada pela Lei nº 11.741/97.

Tal medida é resultado da aplicação da Lei de Responsabilidade Fiscal que permite que as instituições financeiras atuem com maior liberdade do que o estado diretamente, isto se deve, em função de ser atividade-fim das instituições financeiras que não possuem a mesma rigidez na aplicação de recursos como um estado, respeitadas as determinações do Banco Central do Brasil - BACEN e, dependendo da modalidade de financiamento, as diretrizes legais oriundas da Secretaria do Tesouro Nacional - STN.

Por outro lado, é importante observar que, o Estado do Paraná pode utilizar recursos diretamente no desenvolvimento de projetos de seu interesse, inclusive atendendo dispositivos constitucionais que impõe, por exemplo, aplicações mínimas em alguns setores fundamentais na estrutura governamental, como nas áreas de saúde e educação.

Tem-se, também, que o projeto de lei em comento, busca que os recursos financeiros do Fundo de Desenvolvimento Econômico - FDE sejam utilizados para novos projetos, bem como, para capitalização de uma empresa pública, vedando expressamente que tais recursos sejam utilizados para pagamento de folha de pessoal, bem como, dívidas assumidas pelo Estado do Paraná.

Impende ressaltar que com a possibilidade de aplicação dos recursos do Fundo de Desenvolvimento Econômico - FDE, diretamente pela Agência de Fomento do Paraná S/A, através das devidas capitalizações, o Estado do Paraná estaria dando exemplo aos demais estados-membros de como solidificar e viabilizar uma instituição financeira voltada a incentivar a geração de emprego e renda, com a concessão de financiamentos àqueles que efetivamente necessitam do apoio estatal, tais como, pequenos e médios agricultores e aos micro e pequenos empresários.

Em sendo aprovado e sancionado o projeto de lei em comento, o Estado do Paraná através de abertura de créditos adicionais poderá, ainda, este ano utilizar-se dos recursos provenientes desta fonte, sendo que, nos anos subsequentes, incluirá em rubrica específica na lei orçamentária os recursos provenientes do Fundo de Desenvolvimento Econômico, já prevendo sua destinação.

Razões para a implementação do projeto de lei

- Representa uma solução para o Fundo de Desenvolvimento Econômico - FDE;

- Viabiliza a aplicação de recursos financeiros que estão estagnados, possibilitando o desenvolvimento de novos projetos pelo Estado do Paraná nas áreas de saúde, educação, transportes e desenvolvimento urbano, bem como, novos financiamentos a serem concedidos pela Agência de Fomento do Paraná, instituição financeira pública.

Objetivo Final

Buscar o equilíbrio do Fundo de Desenvolvimento Econômico - FDE, propiciando ao Estado do Paraná a aplicação de recursos financeiros em diversos segmentos sem com isto afrontar a legislação.

ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a utilizar os recursos do Fundo de Desenvolvimento Econômico - FDE, de que trata a Lei Estadual nº 5.515, de 15 de fevereiro de 1967, atualmente geridos pela Agência de Fomento do Paraná S/A, reduzindo seu patrimônio, os quais serão recolhidos ao Tesouro Geral do Estado, nos termos previstos nesta lei.

§ 1º Os recursos de que trata este artigo poderão ser utilizados nas seguintes áreas:

a) Educação e Cultura, Saúde, Segurança Pública, Justiça e Cidadania, Agricultura e Meio Ambiente, Desenvolvimento Urbano e Infra-estrutura;

b) Na Integralização de capital na Agência de Fomento do Paraná S/A.

§ 2º A utilização dos recursos de que trata este artigo, neste exercício se dará por meio da abertura de Créditos Adicionais, cuja abertura o Poder Executivo fica desde já autorizado.

§ 3º Fica vedada a utilização dos recursos financeiros, objeto do *caput* deste artigo, para pagamento de despesas com Pessoal e de Serviços da Dívida Pública.

Art. 2º Dos recursos financeiros mencionados no artigo 1º desta lei, fica o Poder Executivo autorizado imediatamente, a abrir créditos adicionais, no valor de R\$ 30.000.000,00 (trinta milhões de reais), para atender as seguintes despesas:

I - R\$ 12.410.000,00 (doze milhões, quatrocentos e dez mil reais), na Secretaria de Estado da Educação, destinados à construção, melhorias e adaptações de escolas públicas e à aquisição de equipamentos;

II - R\$ 12.000.000,00 (doze milhões de reais), na Secretaria de Estado da Saúde para construção, melhoria e adaptações de prédios e aquisição de equipamentos;

III - R\$ 5.590.000,00 (cinco milhões, quinhentos e noventa mil reais), na Secretaria de Estado da Segurança Pública, destinados ao pagamento de despesas decorrentes da aquisição de equipamentos necessários à modernização do Instituto de Identificação.

Art. 3º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

À Diretoria Legislativa.

MENSAGEM Nº 027/06

Curitiba, 31 de março de 2006.

Senhor Presidente:

Tenho a honra de apresentar à elevada consideração dessa egrégia Assembléia Legislativa, anteprojeto de lei que solicita a autorização para abertura de créditos adicionais no valor de R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais), aos Orçamentos das Secretarias de Estado da Educação, da Saúde, da Justiça e da Cidadania e do Desenvolvimento Urbano, aprovado pela Lei Estadual nº 14.977, de 28 de dezembro de 2005.

Os recursos de que tratam os créditos ora solicitados serão utilizados da seguinte forma:

- R\$ 3.000.000,00 (três milhões de reais), serão utilizados pelas vinculadas da Secretaria de Estado da Educação do Paraná - Fundepar e R\$ 220.000,00 pela Paraná Esporte - PRES, em ações voltadas a reparos, melhorias, adaptações, reconstruções, aquisição de equi-

pamentos e obras em prédios públicos na área de Educação;

R\$ 3.000.000,00 (três milhões de reais), serão destinados ao Fundo Estadual de Saúde - Funsaude/ISEP, que serão utilizados em construções e melhorias, aquisições de equipamentos ou de medicamentos em áreas de saúde;

R\$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais), serão utilizados pela Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano, em ações voltadas para a execução de convênios com municípios que foram estornados por força do Decreto nº 5616 de 03/11/2005;

- R\$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais), serão utilizados pela Secretaria de Estado da Justiça e Cidadania, em ações voltadas para a aquisição de equipamentos para as penitenciárias que estão em fase de conclusão de obra.

Dos recursos para os créditos propostos, R\$ 8.000.000,00 (oito milhões de reais) serão provenientes da transferência de parte do Superávit Financeiro, apurado no Balanço Patrimonial do exercício de 2005 do Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná - DIOE e R\$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais), da redução e conseqüente devolução de parte do capital subscrito pelo Governo do Estado do Paraná na Empresa Ambiental Paraná Florestas S/A.

O anteprojeto de lei em seu artigo 5º propõe a alteração da redação dos itens II, IV, V e VII do artigo 13 da Lei Estadual nº 14.977, de 28 de dezembro de 2005, suprimindo em todos eles a expressão “por projetos/atividades”, pois os limites para alteração da Lei Orçamentária da maneira como está vigente, têm prejudicado principalmente a execução dos Orçamentos dos Órgãos e Unidades que possuem menor expressão orçamentária, e as atividades de manutenção, as quais foram demasiadamente reduzidas por ocasião das emendas do Poder Legislativo à Proposta Orçamentária, como por exemplo, aquelas por onde correm as despesas com energia elétrica, água e esgoto, telefonia e Processamento de Dados.

(a) ROBERTO REQUIÃO

Governador do Estado

ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a abrir créditos adicionais ao Orçamento Geral do Estado, aprovado pela Lei Estadual nº 14.977, de 28 de dezembro de 2005, no valor de R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais), sendo R\$ 2.780.000,00 (dois milhões, setecentos e oitenta mil reais) ao Orçamento do Instituto de Desenvolvimento Educacional do Paraná - Fundepar, e R\$ 220.000,00 pela Paraná Esporte - PRES, vinculados à Secretaria de Estado da Educação, R\$ 3.000.000,00 (três milhões de reais) ao Orçamento do Fundo Estadual de Saúde - Funsaude/Isep, R\$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais) ao Orçamento da Secretaria de Estado da Justiça e Cidadania.

Art. 2º Os recursos de que trata o artigo anterior serão utilizados: em ações voltadas a reparos, adaptações, melhorias, adaptações, reconstruções, aquisição de equipamentos e obras em prédios públicos na área de Educação; a construções e melhorias, aquisição de equipamentos ou de medicamentos em áreas de saúde; a aquisição de equipamentos para as penitenciárias que estão em fase de conclusão de obra; a execução de convênios com municípios que foram estornados por força do Decreto nº 5616 de 03/11/05.

Art. 3º Servirá como recursos para cobertura dos créditos propostos de que tratam os artigos anteriores, R\$ 8.000.000,00 (oito milhões de reais), provenientes da transferência de parte do Superávit Financeiro, apurado no Balanço Patrimonial do exercício de 2005 do Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná - DIOE e R\$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais), da redução e consequente devolução de parte do capital subscrito pelo Governo do Estado do Paraná na Empresa Ambiental Paraná Florestas S/A.

Art. 4º Ficam o Instituto de Desenvolvimento Educacional do Paraná - Fundepar, e o Fundo Estadual de Saúde - Funsau de Isep autorizados a alterar as obras constantes do Anexo V - Programa de Obras - Fundepar, da Lei Estadual nº 14.977, de 28 de dezembro de 2005, necessários à implementação desta lei.

Art. 5º Ficam excluídas dos incisos II, IV, V e VII, do artigo 13 da Lei Estadual nº 14.977, de 28 de dezembro de 2005, as expressões “por projetos/atividades”.

Art. 6º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

À Diretoria Legislativa.

MENSAGEM Nº 028/06

Curitiba, 31 de março de 2006.

Senhor Presidente:

Tenho a honra de encaminhar a V. Exa., para ser apreciado por essa augusta Assembléia Legislativa, o incluso anteprojeto de lei que objetiva autorizar o Poder Executivo, por meio do Instituto Ambiental do Paraná - IAP, a efetuar cessão de uso, ao município de Mandaguari, do imóvel constituído por área com 24.200,00 m2, contendo uma casa de madeira, com 60,00 m2, do citado município, conforme Matrícula nº 1.183, do Registro de Imóveis da Comarca de Mandaguari.

O plano de lei ora submetido a essa augusta Assembléia Legislativa consulta, indiscutivelmente, aos superiores interesses públicos pois, da área em referência, 22.700,00 m2 deverão ser exclusivamente destinados para preservação ambiental e os restantes 1.500,00 m2 utilizados para construção de um Posto de Saúde, figurando no termo de cessão cláusula de retomada de tal

bem pelo Estado, no caso de comprovada destinação diversa daquelas estabelecidas.

Certo de que a medida proposta merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e consequente aprovação, reitero a V. Exa. os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ROBERTO REQUIÃO

Governador do Estado

ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1º Fica o Poder Executivo, por meio do Instituto Ambiental do Paraná - IAP, autorizado a efetuar cessão de uso, ao Município de Mandaguari, do imóvel constituído por área com 24.200,00 m2, contendo uma casa de madeira, com 60,00 m2, no citado município, conforme Matrícula nº 1.183, do Registro de Imóveis da Comarca de Mandaguari.

Art. 2º Do imóvel em questão deverá ser utilizada área de 22.700,00 m2, exclusivamente, como área de preservação ambiental, e 1.500,00 m2 para a construção de um Posto de Saúde, sendo retomado pelo Estado caso se comprove destinação diversa da estabelecida.

Art. 3º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

À Diretoria Legislativa.

MENSAGEM Nº 029/06

Curitiba, 31 de março de 2006.

Senhor Presidente:

Tenho a honra de encaminhar a V. Exa., para ser apreciado por essa augusta Assembléia Legislativa, o incluso anteprojeto de lei que objetiva autorizar o Poder Executivo, por meio do Departamento de Estradas de Rodagem - DER/PR, a efetuar a cessão de uso, ao município de Mandaguari, do imóvel constituído por área com 28.325,00 m2, junto ao Parque Municipal Ecológico, no citado município, conforme Transcrição das Transmissões nº 12.728, do Registro de Imóveis da Comarca de Mandaguari.

A presente proposição atende fielmente aos superiores interesses públicos, eis que o referido imóvel deverá ser utilizado pelo Cessionário, exclusivamente, como área de ampliação do Parque Municipal Ecológico, sendo expressamente vedada qualquer edificação sobre o mesmo, constando, ainda, do respectivo termo, cláusula de cancelamento da cessão caso haja destinação diversa da estabelecida.

Certo de que a medida proposta merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e consequente aprovação, reitero a V. Exa. os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ROBERTO REQUIÃO

Governador do Estado

ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1º Fica o Poder Executivo, por meio do Departamento de Estradas de Rodagem - DER/PR, autorizado a efetuar a cessão de uso ao município de Mandaguari, do imóvel constituído por área com 28.325,00 m2, junto ao Parque Municipal Ecológico, no citado município, conforme Transcrição das Transmissões nº 12.728, do Registro de Imóveis da Comarca de Mandaguari.

Art. 2º O imóvel em questão, no que é vedada qualquer edificação, deverá ser utilizado, exclusivamente, como área de ampliação do Parque Municipal Ecológico, sendo retomado pelo Estado, caso se comprove destinação diversa.

Art. 3º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

À Diretoria Legislativa.

Requerimentos

REQUERIMENTO Nº 663

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, a dispensa de redação final para os projetos que não sofreram emendas no curso de sua tramitação.

Sala das Sessões, em 03.04.06.

(a) MARCOS ISFER

REQUERIMENTO Nº 661

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário a inversão total da pauta da Ordem do Dia da presente Sessão Ordinária.

Sala das Sessões, em 03.04.06.

(a) NEIVO BERALDIN

Apoio: Natálio Stica, Arlete Caramês, Waldir Leite e Luiz Accorsi.

REQUERIMENTO Nº 664

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, a retirada da Ordem do Dia, do Projeto de Lei nº 287/05, item 08, por 10 Sessões Ordinárias.

Sala das Sessões, em 03.04.06.

(a) DOBRANDINO DA SILVA

REQUERIMENTO Nº 660

Senhor Presidente:

Os Deputados que o presente subscrevem, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o

soberano Plenário a votação nominal para o Projeto de Lei nº 527/05 da Ordem do Dia.

Sala das Sessões, em 03.04.06.

(a) NEIVO BERALDIN

REQUERIMENTO Nº 644

Senhor Presidente:

Os Deputados Estaduais, subscritores, facultados pelas disposições regimentais desta Casa Legislativa, SOLICITAM a V. Exa. a gentileza de designar a data do próximo dia 05 de maio, para a realização de Sessão Solene para a entrega dos títulos de Cidadania Honorária aos Srs. Dilvo Grolli e Assis Gurgacz, na cidade de Cascavel, neste Estado.

Sala das Sessões, em 03.04.06.

(aa) RENI PEREIRA

ELIO RUSCH

REQUERIMENTO Nº 645

Senhor Presidente:

A Deputada que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e legais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, fazer uso das dependências do plenário desta Casa para uma Audiência Pública da Unicafe - União das Cooperativas da Agricultura Familiar no dia 11 do corrente ano, das 9h às 12h.

Sala das Sessões, em 03.04.06.

(a) LUCIANA RAFAGNIN

REQUERIMENTO Nº 635

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, depois de ouvido o douto Plenário, voto de profundo pesar pelo falecimento da Sra. Francisca Garcia Freitas, aos 79 anos de idade.

Requer, também, envio de correspondência à família enlutada, da decisão do Plenário desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 03.04.06.

(a) BARBOSA NETO

REQUERIMENTO Nº 641

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e, após ouvido o douto Plenário, REQUER o envio de voto de pesar pelo falecimento da Sra. Aracy Salinet Vieira, moradora do município de Ibiporã, ocorrido no dia 30/03/06.

Solicito comunicar à família na Rua Alcides Tonon, 115 - Conjunto Antônio Frederico - CEP: 86.200-000 - Ibiporã - (At/ Sirlene Sciorra).

Sala das Sessões, em 03.04.06.

(a) JOSÉ MARIA FERREIRA

JUSTIFICATIVA:

O presente requerimento justifica-se por se tratar de membro de família conceituada no município de Ibiporã.

A Sra. Aracy Salient Vieira faleceu aos 94 anos, professora de mais de três gerações de ibiporenses, deixando filhos, netos e bisnetos naquela cidade.

Por onde passou só deixou a marca do amor, do respeito, da gratidão e da solidariedade, reconhecida por toda a comunidade de Ibiporã.

Este Deputado, enquanto Prefeito de Ibiporã, teve o privilégio de nomear um dos prédios públicos destinados à educação infantil, com o seu nome.

REQUERIMENTO Nº 642

Senhor Presidente:

A Deputada que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado na Ata dos trabalhos da Sessão de hoje, voto de profunda saudade pela passagem no dia 02 (dois) de abril de 2006, do primeiro ano de falecimento do Santíssimo Padre - Papa João Paulo II.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa, seja dado Ciência ao Exmo. Sr. Dom Moacyr José Vitti, Digníssimo Arcebispo da Arquidiocese de Curitiba, bem como ao Santíssimo Padre - Papa Bento XVI, no Vaticano, destacando a importância dos 26 (vinte e seis) anos de pontificado do Santíssimo Padre - Papa João Paulo II, em seu legado dedicado para a Igreja Católica e para todos(as) os(as) cidadãos de bem.

Sala das Sessões, em 03.04.06.

(a) CIDA BORGHETTI

REQUERIMENTO Nº 643

Senhor Presidente:

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após aprovação do douto Plenário, a inserção em Ata dos trabalhos desta Casa de Leis, de voto de profundo pesar pelo falecimento da Sra. Fabiane Otto Diedan, ocorrido no dia 30 de março do corrente, na cidade de Maringá.

Esta Casa reverencia a sua memória, associando-se às manifestações de pesar e apresenta à família enlutada, sinceras condolências.

O Deputado proponente, no uso de suas atribuições, requer à Mesa, o envio de cópia do presente documento à família enlutada representada pela mãe Eduarda, residente em Santa Isabel do Ivaí - Centro - CEP: 87.910-000, por intermédio do Vereador e Presidente da Câmara Roberto Aparecido Miranda Campos Vaz, município de Santa Isabel do Ivaí.

Sala das Sessões, em 03.04.06.

(a) LUIZ ACCORSI

REQUERIMENTO Nº 636

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja consignado na Ata dos trabalhos da Sessão de hoje, voto de regozijo à Sra. Alessandra Cristina da Silva.

A referida homenagem deve-se pelos relevantes serviços prestados por essa senhora à sociedade paranaense.

Requer ainda, de que seja dado ciência ao homenageado da decisão do Plenário desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 03.04.06.

(a) BARBOSA NETO

REQUERIMENTO Nº 637

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja consignado na Ata dos trabalhos da Sessão de hoje, voto de regozijo ao Sr. Clodovil Salustiano de Moraes. A referida homenagem deve-se pelos relevantes serviços prestados por esse senhor à sociedade paranaense.

Requer ainda, de que seja dado ciência ao homenageado da decisão do Plenário desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 03.04.06.

(a) BARBOSA NETO

REQUERIMENTO Nº 638

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja consignado na Ata dos trabalhos da Sessão de hoje, voto de regozijo ao Sr. Tiago Sílvio Dedoné. A referida homenagem deve-se pelos relevantes serviços prestados por esse senhor à sociedade paranaense.

Requer ainda, de que seja dado ciência ao homenageado da decisão do Plenário desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 03.04.06.

(a) BARBOSA NETO

REQUERIMENTO Nº 634

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, voto de congratulação ao Londrina Esporte Clube, pelos 50 anos de sua fundação.

Requer ainda, de que seja dado ciência ao Presidente do Clube, Sr. Peter Silva, da decisão do Plenário desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 03.04.06.

(a) BARBOSA NETO

REQUERIMENTO Nº 649

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja registrado nos Anais da Sessão de hoje, votos de congratulações e aplausos à Escola Estadual Ângelo Trevisan, município de Curitiba, em nome de sua Diretora Professora Antônia Maria Dezan Lobato, pelo recebimento do título Escola Referência Nacional em Gestão Escolar, vencedora do Prêmio Nacional de Referência

em Gestão Escolar ano base - 2004, concedido pelo Conselho Nacional de Secretários da Educação - Consed; União Nacional de Dirigentes Municipais de Educação - Undime; Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura - Unesco e pela Fundação Roberto Marinho.

Do aprovado requer ainda, que do presente se dê ciência à Diretora da Escola Estadual Ângelo Trevisan, Professora Antonia Maria Dezan Lobato, no endereço: Rua Ângelo Trevisan, nº 180, Bairro Santa Felicidade, Curitiba-PR. CEP: 82.010-030.

Sala das Sessões, em 03.04.06.

(a) AUGUSTINHO ZUCCHI

JUSTIFICATIVA:

A Escola Estadual Ângelo Trevisan, localizada no bairro Santa Felicidade em Curitiba, é reconhecida no Estado do Paraná como escola modelo em razão da qualidade de ensino que oferece aos seus alunos. A dedicação e a competência da Diretora, professora Antonio Maria Dezan Lobato e sua equipe de educadores, promove, a cada dia, a disseminação de práticas inovadoras para a valorização da educação pública.

A qualidade na educação é sem dúvida a principal ferramenta para o progresso das sociedades e o desenvolvimento de nosso país. Nesse sentido, a Escola Estadual Ângelo Trevisan cumpre papel fundamental, sendo modelo de educação pública.

Por esse motivo, no ano de 2004 a Escola Estadual Ângelo Trevisan foi selecionada pelo Comitê Estadual de Educação, como Escola Referência em Gestão Escolar do Paraná, e indicada para concorrer ao Prêmio Nacional de Referência Escolar, o qual para orgulho de nós todos paranaenses, foi vencedora. Em virtude do mérito alcançado, a Escola Estadual Ângelo Trevisan, foi convidada pela Embaixada dos Estados Unidos no Brasil, para participar da missão de intercâmbio educacional entre o Brasil e os Estados Unidos, realizada no período de 26 de novembro a 10 de dezembro de 2005 naquele país.

A Assembléia Legislativa do Paraná, em nome deste Deputado congratula-se com a equipe de educadores, alunos e funcionários da Escola Estadual Ângelo Trevisan, em nome da Diretora Professora Antonia Maria Dezan Lobato, pelo merecimento de tão nobre título, concedido pelo Consed, Undime, Unesco e Fundação Roberto Marinho.

REQUERIMENTO Nº 648

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Secretário de Estado da Segurança Pública, Exmo. Sr. Luiz Fernando Delazari, solicitando agilidade na adequação da unificação dos boletins de ocorrências em funções das reclamações das vítimas que são atendidas pela 10ª Subdivisão Policial de Londrina.

Sala das Sessões, em 03.04.06.

(a) BARBOSA NETO

REQUERIMENTO Nº 650

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente à Secretaria de Estado da Administração e Previdência, solicitando informações sobre os Srs. Caíto Quintana, Reinhold Stephanes, Roque Zimmermann, Aldair Rizzi, Luiz Eduardo Cheida, Edson Strapasson, Valdir Pugliesi, Nitis Jacon, Vanderlei Iensen, Marcelo Almeida, Eduardo Baggio, Gilberto Bérquio Martins, Ricardo Gomide, Jorge Demiaty, Gilberto Pavanelli, Benedito Cândido da Silva, Luiz Cláudio Romanelli, Leonardo Paranhos, conforme segue:

- os mesmos têm outro vínculo com o Estado do Paraná, investidura de qualquer espécie, em cargo público na Administração Direta ou Indireta, ou se estão nomeados em Conselhos de Administração ou Conselhos Fiscais de quaisquer entes da administração pública indireta;
- em caso positivo, qual o cargo e respectiva remuneração;
- possuem vínculo de qualquer natureza com Prefeituras e Câmaras Municipais.
- em caso positivo, qual o valor da remuneração;
- em algum momento, houve acúmulo de vencimento;
- estão os mesmos ou estiveram formalmente à disposição do Estado, se estão, como foi formalizado o ato, juntados os respectivos instrumentos;
- se, vinculados a instituições de ensino superior;
- houve acúmulo de vencimentos?
- A entidade foi ressarcida mensalmente?
- Qual a remuneração acumulada desde a posse até a data da saída, por servidor?

Sala das Sessões, em 03.04.06.

(a) LIDERANÇA DA OPOSIÇÃO

Apoiamento:

Plauto Miró Guimarães, Luiz Carlos Martins, Barbosa Neto, Ademar Traiano, Elio Rusch, Durval Amaral e José Domingos Scarpellini

REQUERIMENTO Nº 651

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Chefe da Casa Civil, solicitando informações sobre os Srs. Caíto Quintana, Reinhold Stephanes, Roque Zimmermann, Aldair Rizzi, Luiz Eduardo Cheida, Edson Strapasson, Valdir Pugliesi, Nitis Jacon, Vanderlei Iensen, Marcelo Almeida, Eduardo Baggio, Gilberto Bérquio Martins, Ricardo Gomide, Jorge Demiaty, Gilberto Pavanelli, Benedito Cândido da Silva, Luiz Cláudio Romanelli, Leonardo Paranhos, conforme segue:

- data de admissão;
- salário inicial;
- ultimo salário;

- quais as viagens feitas desde a posse, especificar as datas de saída e retorno, os objetivos das viagens, os assessores que acompanharam, deslocamento de carro, avião, ou outro meio de transporte;

- qual o valor da diária paga, ou qual o total das despesas na referida viagem, no caso de apresentação de notas fiscais;

- quem ordenou o deslocamento e, conseqüentemente, quem foi o ordenador da despesa;

- totalizar, mês a mês, da posse até a data de saída, o total das despesas com transporte (aéreo ou rodoviário) e, as diárias e/ou ressarcimento individual e/ou da comitiva.

Sala das Sessões, em 03.04.06.

(a) LIDERANÇA DA OPOSIÇÃO

Apoiamento: Plauto Miró Guimarães, Luiz Carlos Martins, Barbosa Neto, Ademar Traiano, Elio Rusch, Durval Amaral e José Domingos Scarpellini

REQUERIMENTO Nº 652

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Presidente do Tribunal de Contas do Estado, solicitando informações sobre os Srs. Caíto Quintana, Reinhold Stephanes, Roque Zimmermann, Aldair Rizzi, Luiz Eduardo Cheida, Edson Strapasson, Valdir Pugliesi, Nitis Jacon, Vanderlei Iensen, Marcelo Almeida, Eduardo Baggio, Gilberto Bérquiu Martins, Ricardo Gomide, Jorge Demiat, Gilberto Pavanelli, Benedito Cândido da Silva, Luiz CLáudio Romanelli, Leonardo Paranhos, conforme segue:

- data de admissão;

- salário inicial;

- último salário;

- quais as viagens feitas desde a posse, especificar as datas de saída e retorno, os objetivos das viagens, os assessores que acompanharam, deslocamento de carro, avião, ou outro meio de transporte;

- qual o valor da diária paga, ou qual o total das despesas na referida viagem, no caso de apresentação de notas fiscais;

- quem ordenou o deslocamento e, conseqüentemente, quem foi o ordenador da despesa;

- totalizar, mês a mês, da posse até a data de saída, o total das despesas com transporte (aéreo ou rodoviário) e, as diárias e/ou ressarcimento individual e/ou da comitiva.

Sala das Sessões, em 03.04.06.

(a) LIDERANÇA DA OPOSIÇÃO

Apoiamento:

Plauto Miró Guimarães, Luiz Carlos Martins, Barbosa Neto, Ademar Traiano, Elio Rusch, Durval Amaral e José Domingos Scarpellini

REQUERIMENTO Nº 653

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após

ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Chefe da Casa Civil e ao Diretor-Presidente da Copel, solicitando informar quem são os membros do Conselho Fiscal e do Conselho Administrativo da Sercomtel Celular; a remuneração de cada um dos seus membros, pagamento de jeton (desde a posse até a presente data), e ainda, o pagamento ou ressarcimento das despesas em razão de viagens.

Informar, também, se os membros dos conselhos mantêm vínculo, de qualquer espécie ainda que comissionado, com outros órgãos da Administração Direta ou da Administração Indireta.

Sala das Sessões, em 03.04.06.

(a) VALDIR ROSSONI

Apoiamento:

Luiz Carlos Martins, Barbosa Neto, Durval Amaral, Elio Rusch e José Domingos Scarpellini.

REQUERIMENTO Nº 655

Senhor Presidente:

Rafael Greca de Macedo, Deputado Estadual que este subscreve, tendo sido honrosamente Prefeito de Curitiba entre 1993-1996, PEDE o envio de expediente ao Sr. Promotor de Justiça de Proteção ao Meio Ambiente do Paraná, Sérgio Luiz Cordoni; ao Sr. Prefeito da Capital do Estado, Carlos Aberto Richa e ao Sr. Presidente da Câmara de Vereadores de Curitiba, João Cláudio Derosso, alertando quanto ao perigoso teor do Projeto de Lei nº 0500265.2005, para facilitar a instalação de um posto de gasolina a cada 250 metros, ou seja, até dois postos, sendo um em cada esquina, numa mesma quadra. Isto desqualifica o espírito ecológico, urbanístico e de segurança pública da Lei nº 8681, de 11 de julho de 1995 que, então Prefeito Municipal de Curitiba, tive a alegria de sancionar, certo de estar fazendo o melhor pela nossa população.

Sala das Sessões, em 03.04.06.

(a) RAFAEL GRECA

JUSTIFICATIVA:

O eleitor e engenheiro civil Murilo Zortéa denuncia projeto de lei, em tramitação na Câmara Municipal, que permitirá a construção de postos de gasolina a cada 250 metros, em Curitiba. Isto significa dois postos numa mesma quadra, um em cada esquina. Coisa que nosso exemplar zoneamento proíbe, desde 1995. A capital do Estado tem hoje quatrocentos postos de gasolina. Tanques de combustíveis muito próximos são risco inimigável à integridade urbana. Perto de escolas serão crime contra a humanidade. Vereadores, Prefeito e Promotoria do Meio Ambiente têm o dever de impedir isso. Não podemos piorar a olhos vistos. Licenciosidade urbanística, não! Que não se perca a qualidade de Curitiba, orgulho do Paraná, asseguradora do Prêmio Mundial do Habitat - 1996 - World Habitat Award 1996, da ONU.

Seja este requerimento encaminhado às autoridades nominadas: Sr. Promotor de Justiça de proteção ao Meio Ambiente do Paraná, Sérgio Luiz Cordoni, Rua Mal. Flo-

riano Peixoto, 1251 - CEP 80230-110; ao Sr. Prefeito da Capital do Estado, Carlos Alberto Richa, Av. Cândido de Abreu, 817 - CEP 80530-908 e ao Sr. Presidente da Câmara de Vereadores de Curitiba, João Cláudio Derosso, Rua Barão do Rio Branco, s/nº - CEP 80010-902.

REQUERIMENTO Nº 656

Senhor Presidente:

Rafael Greca de Macedo, RG 531.233-PR, Prefeito de Curitiba - 1993-1996; Ministro de Estado, 1990-2000; Deputado Federal, 1998 a 2002 e Deputado Estadual pelo PMDB, que este subscreve, PEDE à egrégia Assembléia seja encaminhado o presente expediente ao Dr. Alfredo Pereira do Nascimento, Ministro de Estado dos Transportes - Esplanada dos Ministérios, bloco R - 6º andar - sala 600 - CEP 70.044-900 - Brasília/DF; ao Dr. José Alexandre Nogueira de Resende, Diretor-Geral da Agência Nacional de Transportes - ANTT - Setor Bancário Norte, QD-02 - BL C - LT 17 - Edifício Fenícia - 12º andar - CEP 70040-020 - Brasília/DF, estranhando a implantação de duas praças de pedágio num trecho de 90 Km, no mesmo município de Guaratuba.

- Por que não colocar a praça da BR-101 (se for imperativa a construção), no Km 7, após o trevo de Garuva?

Sala das Sessões, em 03.04.06.

(a) RAFAEL GRECA

JUSTIFICATIVA:

A bela Baía de Guaratuba é composta por dezesseis rios, quatorze que nascem na serra, inúmeras ilhas, mangues e vegetação típica, formando uma das praias e paisagens mais bonitas do Estado. Tem dois acessos terrestres: um pela BR-277 - Alexandra Praias, até o Porto Passagem onde a travessia da baía é feita por balsa ou ferry-boat. O motorista que fizer o trajeto de ida e volta: Curitiba-Guaratuba-Curitiba, paga exatamente R\$ 30,40 (trinta reais e quarenta centavos). O outro acesso é pela BR-376 e BR-101 / Garuva-Guaratuba.

A ANTT - Agência Nacional de Transportes, pretende implantar praças de pedágio no Km 654 da BR-376, no município de Tijucas do Sul, e no Km 2 da BR-101, no município de Garuva/SC, ambas portanto, antes do trevo de acesso para Guaratuba, que fica no Km 6 da mesma BR-101.

Para chegar em Guaratuba, ou o cidadão paga um pedágio e uma tarifa de balsa por um lado, ou pagará dois pedágios pelo outro acesso!

Tal situação será péssima para o turismo e inibirá a implantação do tão sonhado projeto de Turismo Rural às margens do rio São João e da BR-376.

Considerando que o território de Guaratuba é extenso e sua área rural altamente produtiva, são inúmeros os pequenos produtores que plantam banana, arroz e outras frutas regionais. Com a implantação destas novas praças de pedágio, estes pequenos produtores rurais, que para vender a produção utilizam a BR-376 e BR-101 Garuva/SC para chegar à sede do Município, consequen-

temente, haverá aumento do custo de vida para os moradores de Guaratuba!

Seja este requerimento encaminhado às autoridades citadas e também ao jornalista Marcus Aurélio de Castro, rua Annette Macedo, 225 - CEP 80210-360, que indignado, como toda população guaratubana, encaminhou o e-mail apenso a este.

REQUERIMENTO Nº 658

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, e, após ouvido o douto Plenário, REQUER, aprovação para realização de Audiência Pública para discutir as dificuldades do agronegócio paranaense sobre o prisma de busca de soluções, a realizar-se no dia 20 de abril de 2006, com início às 09h30, com previsão de encerramento às 13h00, nas dependências do Salão Paroquial Pio XII de Ibiporã, nesse município.

Sala das Sessões, em 03.04.06.

(a) JOSÉ MARIA FERREIRA

REQUERIMENTO Nº 647

Senhor Presidente:

Hermes Fonseca Filho, Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER que, após ouvido o Plenário, seja solicitada à Cohapar - Companhia de Habitação do Paraná, a remessa para esta Casa dos documentos/informações que se seguem:

1. as cópias dos convênios/contratos com o município de Cornélio Procopio relativos aos empreendimentos habitacionais: João Rocha, João Batista Lima II (Vila Operária), Sebastião Cunha II;
2. as datas em que ocorreram as doações dos terrenos do Município para a Cohapar;
3. a relação inicial dos inscritos para os empreendimentos, no escritório da Cohapar de Cornélio Procopio.

Sala das Sessões, em 03.04.06.

(a) HERMES FONSECA

REQUERIMENTO Nº 659

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, e após ouvido o douto Plenário, vem REQUERER a constituição de Comissão Especial formada por sete Sras. e Srs. Deputados, por um prazo de quarenta dias, para levantar dados e informações acerca da situação de grave dificuldade que vive a agricultura do Estado, pleiteando alternativas que levem a uma política que permita o desenvolvimento sustentado pelo setor.

Requeiro ainda, Sr. Presidente, que os componentes desta Comissão, elaborem a Carta do Paraná, avaliada por esta Casa, e sejam portadores junto ao Gabinete da Presidência da República, Ministério do Planejamento, Banco Central, Conselho Monetário Nacional, Ministério da Fazenda, Ministério da Agricultura, Minis-

tério do Desenvolvimento Agrário e Ministro do Desenvolvimento Econômico.

Sala das Sessões, em 03.04.06.

(a) JOSÉ MARIA FERREIRA

JUSTIFICATIVA:

Sras. e Srs. Deputados, o presente requerimento se justifica em função da grave dificuldade que vive a agricultura do nosso Estado, onde a insolvência bate à porta das grandes e pequenas propriedades, e do Governo Federal espera-se medidas firmes e urgentes, para manutenção de atividade tão importante para a estabilidade da nossa economia, para o qual conto com o seu apoio.

REQUERIMENTO Nº 654

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja registrado nos Anais desta Casa as matérias que o jornal Folha de Londrina tem feito sobre a situação da agropecuária paranaense. Aproveito a oportunidade para solicitar seja oficiado ao jornal, o registro aqui referido, cumprimentando-o pela seqüência de matérias que tem feito, enfatizando as dificuldades por que passam os produtores paranaenses, fundamentalmente, em função da política cambial do Governo Federal, o agravamento da situação em virtude da estiagem, da falta de garantia de preço mínimo, da situação da febre aftosa e ainda, da gripe aviária.

Este conjunto de fatores tem inviabilizado o agro-negócio, e a solução para crise está no alongamento das dívidas e na fixação de uma política agrícola, consistente e duradoura. Estas conquistas só ocorrerão com a mobilização dos produtores rurais e o respaldo da imprensa paranaense, como tem dado o jornal Folha de Londrina.

Sala das Sessões, em 03.04.06.

(a) DURVAL AMARAL

Projetos de Lei

PROJETO DE LEI Nº 152/06

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Declara de Utilidade Pública o Albergue Noturno de Cianorte, com sede e foro em Cianorte.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 03.04.06.

(a) RATINHO JÚNIOR

JUSTIFICATIVA:

O Albergue Noturno de Cianorte, com sede na Ria Tapajós, nº 193 - Zona Sete de Cianorte, Estado do Paraná, é uma sociedade civil, sem fins lucrativos, filantrópica, beneficente e tem como objetivos: o desenvolvimento de programas e serviços dedicados ao amparo de

viajantes e famílias carentes, visando melhor qualidade de vida aos atendidos.

Face ao exposto, espero o apoio dos nobres integrantes desta Casa de Leis para aprovação deste projeto.

PROJETO DE LEI Nº 153/06

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica declarada de Utilidade Pública Estadual a Associação de Moradores e Agricultores da Linha Caravagio, com sede e foro no município de Palotina.

Art. 2º A presente lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 03.04.06.

(a) LUIZ FERNANDES DA SILVA LITRO

JUSTIFICATIVA:

A Associação de Moradores e Agricultores da Linha Caravagio, do município de Palotina, foi criada com o objetivo de reunir as famílias que residem naquela localidade situada na zona rural do município de Palotina e, através dessa união de pessoas, defender os interesses da comunidade, promovendo o bem-estar da sociedade.

A entidade, que tem sua existência desde o ano de 1996, vem cumprindo fielmente seu objetivo existencial, conforme depreende-se das inúmeras atividades desenvolvidas pela mesma, de abrangência local e regional.

Sua inclusão como entidade de Utilidade Pública Estadual virá auxiliar sua diretoria e seus membros na busca de recursos para a manutenção de suas atividades e o desenvolvimento de outras que merecem a atenção da sociedade como um todo. Por esses e outros motivos que justificam a pretensão contida nesta proposição de lei, conto com a compreensão e aprovação dos nobres Pares desta Assembléia Legislativa.

PROJETO DE LEI Nº 154/06

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica declarada de Utilidade Pública Estadual a Organização Não Governamental - ONG Grande Roda de Tambores, com sede e foro na cidade de Curitiba.

Art. 2º A presente lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 03.04.06.

(a) LUIZ FERNANDES DA SILVA LITRO

JUSTIFICATIVA:

A Organização Não Governamental Grande Roda de Tambores, fundada em 19 de junho de 2004, entidade sem fins lucrativos formada por voluntários dispostos a desenvolverem trabalho de grande alcance social, constitui-se atualmente em uma associação com destacada atuação na

Capital do Estado e região metropolitana, conforme depreende-se do relatório de atividades que anexamos ao presente projeto de lei. Sua inclusão como entidade de Utilidade Pública Estadual virá auxiliar sua diretoria e seus membros na busca de recursos para a manutenção de suas atividades e o desenvolvimento de outras que merecem a atenção da sociedade como um todo.

Por esses e outros motivos que justificam a pretensão contida nesta proposição de lei, conto com a compreensão e aprovação dos nobres Pares desta Assembléia Legislativa.

PROJETO DE LEI Nº 155/06

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica declarada de Utilidade Pública Estadual a Associação Amigos da Universidade - ASMU, com sede e foro no município de Barracão.

Art. 2º A presente lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 03.04.06.

(a) LUIZ FERNANDES DA SILVA LITRO

JUSTIFICATIVA:

A Associação Amigos da Universidade - ASMU, com sede e foro na cidade de Barracão, Estado do Paraná, entidade sem fins lucrativos, foi criada no ano 2000 com a finalidade de auxiliar os Poderes Públicos da região da fronteira Brasil-Argentina e divisa de Estados Paraná-Santa Catarina, especialmente na organização, discussão e busca de recursos para repasse à Universidade do Oeste de Santa Catarina - Unoesc visando a instalação de uma extensão nas cidades vizinhas, fato consumado com a criação da Faculdade da Fronteira, na cidade de Barracão.

A entidade, que tem sua existência há 06 anos, vem cumprindo fielmente seu objetivo existencial, conforme depreende-se das inúmeras atividades desenvolvidas pela mesma, de abrangência local e regional.

Sua inclusão como entidade de Utilidade Pública Estadual virá auxiliar sua diretoria e seus membros na busca de recursos para a manutenção de suas atividades e o desenvolvimento de outras que merecem a atenção da sociedade como um todo, principalmente dos acadêmicos daquela Universidade. Por esses e outros motivos que justificam a pretensão contida nesta proposição de lei, conto com a compreensão e aprovação dos nobres Pares desta Assembléia Legislativa.

PROJETO DE LEI Nº 156/06

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a criar, através do Departamento de Trânsito - Detran/PR - a Cir-

cunscrição Regional de Trânsito (Ciretran) no município de Itapejara D'Oeste.

Parágrafo Único. A Ciretran de Itapejara D'Oeste abrangerá os municípios de Bom Sucesso do Sul e Verê.

Art. 2º As dependências físicas e as despesas de funcionários necessárias para o funcionamento da Ciretran ficarão a cargo do município de Itapejara D'Oeste.

Art. 3º Ao Departamento de Trânsito - Detran/PR caberá o treinamento do funcionalismo público municipal, a ser colocado à disposição da Ciretran de Itapejara D'Oeste.

Art. 4º A presente lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 03.04.06.

(a) NEREU MOURA

JUSTIFICATIVA:

É de interesse da população do Sudoeste do Estado a criação de uma Ciretran - Circunscrição Regional de Trânsito no Município de Itapejara D'Oeste, que abranja, além deste, os municípios de Bom Sucesso do Sul e Verê.

A unidade da Ciretran beneficiará o desenvolvimento da população local, que conta com cerca de 20.532 habitantes. Ou seja, tendo-se notícia da criação das 93ª, 94ª, 95ª e 96ª circunscrições, em municípios com população inferior ou similar à do município de Itapejara D'Oeste, torna-se plenamente plausível o pleito.

A população dos três municípios a serem abrangidos pela Ciretran teria acesso facilitado a este importante serviço público, sendo de maior proximidade física e, por consequência, de maior efetividade, atendendo o fim maior deste Estado, qual seja, a satisfação do interesse público.

Demais disso, o município de Itapejara D'Oeste se propõe a colaborar com os recursos materiais e humanos a serem utilizados pela Ciretran, formando uma parceria com o Estado e o Detran/PR.

PROJETO DE LEI Nº 157/06

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica o Estado do Paraná autorizado a efetuar doação ao município de Maringá de imóvel constituído pelo Parque Florestal dos Pioneiros-Bosque 02-Parte "C" Remanescente, com área de 3.599,97 metros quadrados, situados na Zona 04, do município e Comarca de Maringá.

Art. 2º O imóvel de que trata o artigo 1º desta lei será utilizado para o funcionamento de Centro de Capacitação em Artes Plásticas, sede dos regentes de coral infantil e adulto e academia ao ar livre, em benefício da população do município de Maringá e região.

Art. 3º O município de Maringá não pode dar destinação diversa do previsto nesta lei ao imóvel doado,

ficando automaticamente revertido ao patrimônio do Estado do Paraná em caso de desvio de finalidade de uso do imóvel, sem direito a indenização por benfeitorias.

Art. 4º A presente lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 03.04.06.

(a) CIDA BORGHETTI

JUSTIFICATIVA:

O artigo 10 da Constituição Estadual dispõe que os bens imóveis do Estado não podem ser objeto de doação, salvo mediante lei e se o beneficiário for pessoa jurídica de direito público. É o caso em questão, posto que a doação será para a Prefeitura de Maringá.

O imóvel de que trata esta lei foi doado ao Estado do Paraná, pelo município de Maringá, através da Lei Municipal 4.287/96, de 30 de setembro de 1996, para a construção de Usina do Conhecimento.

A obra da Usina do Conhecimento foi parcialmente concluída e o prédio está perecendo em razão da falta de manutenção.

A Prefeitura de Maringá está implantando no local Centro de Capacitação para 2.500 professores de artes plásticas. Contudo, necessita reformar o imóvel.

Funcionará nesse local, ainda, teatro, bem como a sede de coral adulto e infantil. Serão 87 regentes de coral já capacitados pelo Município, desenvolvendo trabalhos com crianças e adultos, inclusive com bandas marciais.

A academia ao ar livre que será implantada no local é réplica chinesa e receberá toda a comunidade interessada, sem restrição de idade. Pela manhã serão atendidos idosos e a partir da tarde os demais munícipes, que contarão com a orientação de professores de educação física do município de Maringá. Os trinta e sete municípios da Amusep terão acesso aos equipamentos instalados no imóvel de que trata esta lei.

É projeto do mais alto mérito, cumprindo a determinação constitucional de proporcionar educação, lazer e esporte à população de Maringá e região.

PROJETO DE LEI Nº 158/06

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica declarada de Utilidade Pública a Casa de Apoio à Pessoa Idosa do Paraná, com sede e foro na Capital do Estado do Paraná.

Art. 2º A presente lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 03.04.06.

(a) MARCOS ISFER

JUSTIFICATIVA:

A Casa de Apoio à Pessoa Idosa do Paraná é uma associação civil, sem fins lucrativos, que promove o bem-

estar do idoso. Prima, especialmente, pela defesa dos direitos dos idosos, enfatizando o auxílio e desenvolvimento de programas para a terceira idade.

Fundada em 19 de setembro de 2000 e com sede na Rua Alexandre Von Humboldt, nº 615, na cidade de Curitiba, a Associação tem como objetivos específicos: atuar na defesa dos idosos, buscando auxiliar e desenvolver programas de desenvolvimento dos mesmos; angariar fundos, donativos e benefícios para assistência social dos idosos; estimular o espírito de solidariedade na comunidade e entre seus associados; desenvolver e melhorar as condições de vida de pessoas idosas e carentes; manter serviços assistenciais e cooperativos, inclusive através de convênios com órgãos públicos e particulares.

Visa também, manter trabalhos de cultura, educação, saúde e lazer em benefício de idosos carentes; manter telemarketing para angariar fundos e donativos junto à comunidade.

Desta forma, esperamos contar com o apoio dos nobres Pares para que possamos aprovar a presente proposição.

PROJETO DE LEI Nº 159/06

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica declarada de Utilidade Pública Estadual a Associação Cultural Esportiva Recreativa Ouro e Prata, com sede em Toledo/PR.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 03.04.06.

(a) ELTON CARLOS WELTER

JUSTIFICATIVA:

A Associação Cultural Esportiva, Recreativa, Ouro e Prata, é uma associação civil sem fins lucrativos, de caráter cultural, fundada em 10 de abril de 2002, em Toledo/PR, tendo sido registrada no Cartório de Registros de Pessoas Jurídicas, sob nº 1007, em 03 de julho de 2002.

A entidade tem por objetivo principal congregar os atletas e amigos do referido município e estimular o espírito de solidariedade entre os atletas e amigos integrantes na Associação, no sentido de desenvolver e melhorar as condições de vida dos atletas de Toledo. A instituição em epígrafe, vem desenvolvendo um trabalho pautado nos princípios do respeito, honestidade, ampla promoção humana e da solidariedade. Lei Municipal nº 54/02 de 26/08/02.

Considerando o elevado propósito da referida entidade e estando o presente projeto de lei para fins de declaração de Utilidade Pública em conformidade com a legislação pertinente, conclamamos aos nobres Pares a aprovação desta proposta de lei.

PROJETO DE LEI Nº 160/06
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica implantada, em conformidade com o parágrafo 2º do artigo 58 da Lei nº 9394, de 20 de dezembro de 1996, a classe hospitalar como o atendimento pedagógico e educacional dispensado à criança e ao adolescente hospitalizado em hospitais públicos e privados que recebam verba pública no Estado do Paraná.

Parágrafo Único. Hospitais privados poderão implantar a classe hospitalar, atendidos os preceitos desta lei.

Art. 2º Aos alunos do ensino fundamental e médio matriculados na rede pública ou privada, incapacitados de presença às aulas devido à internação hospitalar, e que mantenham condições físicas, intelectuais e emocionais para realizar aprendizagem, aplicar-se-á o regime de classe hospitalar, devendo tal regime ser comunicado ao estabelecimento de ensino de vínculo do aluno.

Art. 3º O atendimento pedagógico e educacional ministrado em classe hospitalar possui equivalência às classes comuns de ensino, sendo computada como frequência efetiva às aulas.

Art. 4º Fica autorizada a celebração de convênios entre a instituição hospitalar e o Poder Executivo Estadual, através da Secretaria da Educação, para a designação do corpo docente para lecionar na classe hospitalar.

Parágrafo Único. Enquanto ausente cargo próprio para a categoria, o corpo docente da classe hospitalar será formado por professores do quadro efetivo de escolas públicas de ensino fundamental e médio mediante convênio nos termos do artigo 4º.

Art. 5º Aos servidores designados em classe hospitalar, em efetivo exercício da função, ficam assegurados todos os direitos e garantias atinentes ao profissional que desempenha atividades em classe tradicional.

Art. 6º O corpo docente em classe hospitalar deverá manter em banco de dados próprio o registro dos procedimentos e conteúdos ministrados ao aluno, inclusive as avaliações, que serão enviadas ao fim de cada bimestre ao estabelecimento de ensino de vínculo do aluno-paciente para as devidas anotações no currículo escolar.

Art. 7º Aos hospitais privados não se aplicam os artigos 4º e 5º, devendo estes, caso mantenham classe hospitalar, realizar a contratação de professores para este fim.

Art. 8º Os órgãos públicos e privados abrangidos pela obrigatoriedade instituída por esta lei deverão, no

prazo de noventa dias da sua publicação, adotar as providências necessárias ao seu cumprimento.

Art. 9º O Poder Executivo regulamentará a presente lei no prazo de sessenta dias a contar da data de sua publicação.

Art. 10. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 03.04.06.

(a) ARLETE CARAMÊS

JUSTIFICATIVA:

O presente projeto de lei tem por objetivo instituir e regulamentar o regime de classe hospitalar no Estado do Paraná. Este regime especial de ensino, apesar de sua importância, padece de regulamentação, havendo poucas instituições hospitalares em nosso Estado que implantaram a classe hospitalar.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação, Lei 9394/96 garante às crianças e adolescentes que necessitem de atendimento educacional especializado em função de sua condição específica, o direito de receber ensino em classe especial.

Dispõe a LDB no capítulo referente à educação especial:

Art. 58. Entende-se por educação especial, para os efeitos desta lei, a modalidade de educação escolar, oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos portadores de necessidades especiais.

§ 1º Haverá, quando necessário, serviços de apoio especializado, na escola regular, para atender às peculiaridades da clientela de educação especial.

§ 2º O atendimento educacional será feito em classes, escolas ou serviços especializados, sempre que, em função das condições específicas dos alunos, não for possível a sua integração nas classes comuns de ensino regular.

§ 3º A oferta de educação especial, dever constitucional do Estado, tem início na faixa etária de zero a seis anos, durante a educação infantil.

Se é dever do Estado garantir a educação, inclusive em condições especiais, não podemos deixar de reconhecer a necessidade da implantação de classes hospitalares para o fim de atender crianças e adolescentes privados do processo educacional convencional por estarem em internação hospitalar.

Conforme bem salienta a professora Eneida Simões da Fonseca, *é necessária uma política voltada para as necessidades pedagógico-educacionais e os direitos à educação e à saúde desta clientela que encontra-se em particular estágio de vida, tanto em relação à construção de estratégias sócio-interativas para o viver individual e em coletividade.*

Portanto, através do presente projeto pretende-se garantir aos alunos do ensino fundamental e médio, tanto da rede pública quanto privada, impossibilitados de comparecer às aulas devido à internação hospitalar, desde que

mantenham condições físicas, intelectuais e emocionais para a aprendizagem, o direito a continuar estudando por meio da classe hospitalar.

O projeto, ao regulamentar a questão, também confere equivalência entre o ensino comum e o ministrado em classe hospitalar, sendo este computado inclusive como frequência efetiva às aulas. Como as aulas ministradas em classe hospitalar valem como frequência, o aluno a ela submetido não tem interrompido o ano letivo, prosseguindo seus estudos normalmente.

Assim, diante da importância e alcance social do projeto, gostaria de contar com o apoio dos demais Deputados desta Casa para sua aprovação.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Concedo a palavra, Pela Ordem, ao Sr. Deputado Vanderlei Iensen, que retorna à Casa hoje. Nossas boas-vindas. Sempre foi um Deputado dedicado e que tem um grande laço de amizade aqui na Casa.

O SR. VANDERLEI IENSEN (PMDB)

Muito obrigado, Presidente.

Quero comunicar à Casa que estamos retornando e agradecer o carinho e o apoio com que estamos sendo recebidos aqui.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Boas-vindas.

A SRA. LUCIANA RAFAGNIN (PT) (Pela Ordem)

Quero registrar a presença nesta Casa, acompanhando a Sessão, do Diretor da Unioeste, Ricardo Lemos.

Pequeno Expediente:

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Boas-vindas.

No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao Sr. Deputado Barbosa Neto.

Deputado Barbosa Neto (PDT)

O SR. BARBOSA NETO

Sr. Presidente Hermas Brandão, Sras. e Srs. Deputados.

Trago à tribuna, na tarde de hoje, a minha preocupação em relação ao que está ocorrendo sobre os boletins de ocorrências que são registrados pela Polícia do Estado do Paraná.

O Governo do Estado alardeou a unificação dos boletins entre as Polícias Civil e Militar, para que deixasse de haver o registro na sede da delegacia para que, logo que fosse atendida pela Polícia Militar, a pessoa, vítima de violência, furto ou roubo, ou qualquer outra ocorrência, já não teria mais a necessidade de ter que se

dirigir até a Delegacia, a fim de, novamente, fazer esse registro.

Infelizmente, esta medida que entrou em vigor no dia 23 de março, ainda não está sendo levada a bom termo. O Boletim Unificado tem demorado a ser implementado. Temos casos de protocolo registrado pela Polícia, no local do sinistro, no local da ocorrência e posteriormente é levado para o Batalhão. Outro policial tem que digitar este tipo de ocorrência e, posteriormente, entra no sistema e este período demora até quatro dias.

Existem alguns casos que até agora isso não aconteceu, e a vítima acaba perdendo muito com tudo isso.

Pessoas estão reclamando, porque precisam de algum documento para poder acionar o seguro, no caso de um carro furtado, de uma casa arrombada, ou mesmo das satisfação para empresas a quem trabalham ou para poder agilizar a questão de documentos roubados ou furtados e isso está demorando muito e o prejuízo acaba sendo grande para essas pessoas.

O apelo que fazemos à Secretaria de Estado da Segurança Pública, é que possa agilizar, de forma efetiva, para que entre em vigor, o mais rapidamente possível, esta unificação dos boletins de ocorrências. Se isso não puder ser feito, já que existe todo um trâmite de adaptação para que o novo sistema possa ser incorporado de maneira mais célere, que possa ter, nesta fase de migração, a condescendência para que os dois boletins possam ser viabilizados simultaneamente, até de uma forma eficaz e efetiva, e possa ser atendido e assimilado por todo o sistema da Secretaria de Estado da Segurança Pública.

Um outro problema é que, se a Polícia Militar recebe uma outra chamada, quando está atendendo determinada ocorrência, ela simplesmente abandona o local, quando está fazendo o Boletim Unificado e vai, imediatamente, para o outro, para socorrer outras vítimas e acaba deixando desguarnecida aquela primeira pessoa que a chamou.

Então, estamos preocupados com isso. Temos notícias de várias pessoas que estão constatando este fato, que é uma deficiência do sistema até o momento e estamos trazendo ao conhecimento dos Deputados na tarde de hoje, principalmente da Secretaria de Estado da Segurança Pública, através de um requerimento que estamos propondo, a fim de que seja, de forma oficial, notificada a Secretaria a respeito desse caso. Essa demora seria até natural; queremos compreender que é um momento de mutação, que vai ser feita essa adaptação, mas enquanto isso não acontece, fica o nosso registro e o nosso apelo, Sr. Presidente.

O SR. PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES (PFL) (Pela Ordem)

Quero comunicar a presença dos Vereadores de Nova Cantú, José Carlos Gomes, Alcení Martinelli, Antônio Mota dos Santos e Hélio Shelmm.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

As nossas boas-vindas aos Exmos. Srs. Vereadores.

Com a palavra, Deputado José Maria Ferreira.

Deputado José Maria Ferreira (PMDB)

O SR. JOSÉ MARIA FERREIRA

Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados.

Faço uso desta tribuna hoje, com muita tristeza, porque venho, neste momento, registrar o passamento de uma das mais importantes figuras da comunidade ibiporaense, a Sra. Araci Salinetti Vieira. Uma senhora de 94 anos, que na última quinta-feira veio a falecer e que foi professora de mais de três gerações ibiporaenseS, inclusive deste que neste momento tem a oportunidade de utilizar a tribuna.

Araci Vieira, oriunda da região de São Jerônimo da Serra, veio para Ipirorã pelos anos de 38, e foi por quase quarenta anos, professora daquela comunidade. Oportunidade que tive também, enquanto Prefeito de Ipirorã, de ainda, nos anos de 91, fazer uma homenagem a esta emérita professora, colocando o nome da Araci S. Vieira numa das escolas para a Primeira Infância que nós construímos em Ipirorã.

Era uma pessoa que, ao longo de sua vida, semeou amor, carinho, bondade, solidariedade, foi uma das figuras marcantes, do ponto de vista da relação humana, que nós tivemos na nossa comunidade.

Deixa também, na lembrança como saudade, filhos, netos e bisnetos, que com certeza têm o maior orgulho pela vida e da forma como viveu, doando-se a cada momento a um próximo.

Fica, portanto, registrado o falecimento da professora Araci S. Vieira, o qual também solicito à Mesa, o encaminhamento de ofício de pesar à sua família.

Já é de conhecimento de toda a Casa e da sociedade, a situação que está vivendo o agricultor no nosso Estado e na nossa região.

Em novembro, por solicitação deste Deputado, a Assembléia Legislativa do Estado do Paraná realizou, na cidade de Assaí, uma audiência pública, para levantar e discutir, propor políticas que venham ao encontro dos interesses dos agricultores do nosso Estado. A região Norte do Estado, naquela oportunidade, passava por um período de seca bastante severo, trazendo como consequência, frustração da safra e no horizonte, prejuízos quase que irrecuperáveis à agricultura atingindo o patrimônio das famílias desses agricultores e de novembro para cá, encaminhamos o resultado daquela audiência de Brasília, do Governo do Estado, do Banco Central, do Ministério da agricultura, Conselho Monetário Nacional, Ministro do Planejamento, através do seu titular, Ministério da Fazenda, o Incra, o Ministério de Desenvolvimento Agrário. E nada se fez.

Hoje, nós, que pretendemos produzir 43 milhões de toneladas métricas de milho, o milho seco...

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Concedemos mais um minuto para V. Exa. concluir seu pronunciamento. Ou usará o horário da Liderança de Partido?

O SR. JOSÉ MARIA FERREIRA (PMDB)

Meu Líder não está, só uso um minuto, Sr. Presidente.

O milho sem mercado, a nove reais a saca. Se fizermos um comparativo com 2004, a soja, na média, foi vendida a 45,50; hoje está a 23; trigo estava 24, hoje a 17, sem mercado; o milho, a 16, e hoje a 9, ainda com dificuldade para comercialização; se falarmos, então, da carne bovina, a 54, hoje 45; o frango a 1,45, hoje a 1,15 e possivelmente daqui uns dias abaixo de um real; a carne suína a 2,54, e hoje a 1,50 e com dificuldades no horizonte próximo.

Então, se não tomarmos nenhuma atitude, Deputados, com certeza estaremos vendo o naufrágio da nossa agricultura, e há um momento, este é um momento extremamente importante para a Assembléia Legislativa tomar um posicionamento. Já foram feitas reuniões, Sr. Presidente, além daquela em Assaí, em que V. Exa., na condição de Presidente, permitiu que a Assembléia pudesse realizar uma audiência pública, movimentos em Sertãozinho, Bela Vista, e estamos para realizar em Ipirorã, no dia 20 de abril, nas mesmas condições.

Mas, sabemos que não serão esses movimentos que trarão o resultado e a solução. Eles serão a questão emblemática do despertar do Governo para os problemas que está enfrentando a agricultura do nosso Estado.

Por esta razão, solicito e encaminho à Presidência, à Mesa desta Casa, a constituição de uma comissão para irmos a Brasília levar os reclamos da agricultura do nosso Estado, os reclamos dos agricultores, que no último final de semana, a imprensa trouxe que 42 mil pequenos e médios agricultores do Estado do Paraná estarão sofrendo processo de execução fiscal. E nós estaremos atingindo, justamente aqueles que tentaram, por um momento, investir na atividade de maior risco, que é a agricultura. E não logrou êxito e não teve o Governo para ampará-los. Aliás, ao contrário, em muitos momentos foi padraço, porque era o tempo em que produzíamos quase três milhões e meio de toneladas de trigo no Estado do Paraná; estávamos exportando 380 mil toneladas por dia, por um período, trigo da Argentina e do Uruguai.

Recentemente, um grande produtor de massas de Minas Gerais já fez "rachie" para a safra seguinte, aproveitando a nossa cotação do dólar e já tem assegurada a compra, aquisição e importação do trigo da Argentina, e o nosso não precisa ser produzido. E numa dessas reuniões que tenho feito com os sindicatos rurais, tenho proposto como única alternativa pacífica, mas extremamente

vigorosa e eficaz: o corte voluntário da produção, a redução da produção em 50% da área plantada.

Porque só desta forma é que o Governo vai sentir o valor da agricultura à hora em que os preços das prateleiras comecem a subir e provocar, com certeza, um índice maior na taxa de inflação, e verificar também a redução do saldo da balança de pagamento provocado pela produção, ou pela desativação de parte das nossas áreas.

Este é o requerimento, Sr. Presidente, que espero ver aprovado no final desta tarde, porque, caso contrário, vamos ser testemunhas de um grande êxodo da zona rural para a região urbana, conturbando ainda mais o nosso já delicado processo social.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Deputado Augustinho Zucchi, com a palavra.

Deputado Augustinho Zucchi (PDT)

O SR. AUGUSTINHO ZUCCHI

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Quero fazer um relato de reunião de hoje de manhã, de todos os sindicatos do Paraná.

Participei, na sede da Federação da Agricultura, e quero aqui, Sr. Presidente, relatar que o Presidente, Dr. Ágide Meneghetti, discorreu sobre o trabalho que a Assembléia tem prestado em favor dos agricultores, do apoio que tem dado, enfim, das medidas que tem tomado para ajudar a nossa agricultura.

O Presidente da Faep, Deputado Hermas Brandão, fez referência a V. Exa., na condução que tem tido frente aos problemas da nossa agricultura. Estavam lá pessoas do Paraná todo. A situação é bastante grave porque todos os produtores estão numa situação difícil, não se trata de diferenciar se é o produtor da agricultura familiar, se é o empresário da agricultura, se é aquele que trabalha com a agricultura em escala comercial, são todos.

Infelizmente o Governo transformou o crédito rural, a dívida do crédito rural em crédito fiscal, e hoje, temos fiscais da Receita Federal intimando agricultor, temos agricultores que não conseguiram quitar suas prestações vencidas o dia 30 de março, não conseguiram pagar, Deputado Scarpellini, e ainda teremos o vencimento, a grande maioria daqueles que financiaram insumos, em trinta de abril, e não há como pagar, até porque aqueles que estão colhendo, que não foram prejudicados pela seca, não têm mercado. E aí é aquela história: ficamos sempre por conta do mercado; a nossa agricultura é uma agricultura de improvisação; é o único país do mundo que não considera agricultura como sendo uma atividade de segurança nacional; considera uma atividade como outra qualquer; mas não pode ser considerada porque nós produzimos sob risco.

Então, quando há um problema de estiagem, ou de qualquer outra intempérie, passamos a pagar o preço. E

isso tudo veio agora com a questão também do preço dos produtos, que aí está sendo puxado para baixo tendo em vista o câmbio, mas que muitos agricultores, infelizmente, além de não colher bem, ainda não têm mercado; o “sujeito” colhe o milho, vai vender, não tem para quem vender, não tem política reguladora, não tem política de abastecimento, ou seja, nós não temos política agrícola no nosso Brasil.

Então, essa reunião foi para mobilizar em todo o Estado, lá saíram muitas propostas. Mas, a principal delas é que haverá uma outra reunião, porque estamos aguardando de Brasília uma Medida Provisória para ver quais os itens atendidos por ela. E os produtores irão fazer reuniões regionais e locais para tomar uma posição para decidir que tipo de mobilização vai se fazer.

Particularmente, defendi que os Prefeitos, as lideranças, os vereadores devem participar de um grande movimento. Porque os municípios pensam o seguinte: quanto é que cada agricultor contribui para seu município? Esta não é conta certa. Temos que levar em conta que a agricultura é, sim, um fator de justiça social. Porque aqueles agricultores que saem da sua propriedade, acabam gerando um problema social. Estamos vendo que cada vez mais é preciso casas populares. Cada vez mais tem que ter amparo para aqueles que não têm emprego na cidade.

É importante que os Prefeitos, os Vereadores, vejo aqui Vereadores de Nova Cantu, todos nos somemos para fazer uma mobilização. Não apenas para esse problema, mas para alertarmos o Brasil, que precisamos de uma política agrícola a longo prazo.

O que foi tratado lá na reunião é realmente isso: mobilizar os nossos agricultores, para que possamos estabelecer algumas medidas importantes para a nossa agricultura, senão iremos quebrar. Vamos ter um colapso na nossa economia, porque não há como os agricultores suportarem essa crise pela qual estamos passando.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Com a palavra o Deputado José Domingos Scarpellini.

Deputado José Domingos Scarpellini (PSB)

O SR. JOSÉ DOMINGOS SCARPELLINI

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Venho à tribuna tratar, mais uma vez, de um assunto que considero muito sério.

A Promotora de Piraí do Sul interditou o Lar das Meninas Oricena Vargas que funciona há trinta anos.

A Promotora, que representa o Ministério Público, e este como fiscal da lei que o é por essência, deveria respeitar a lei, os costumes, o povo e, principalmente, as crianças que moravam nesse lar.

Esse é um assunto muito sério, porque além da Promotora ter promovido a representação que conclui-se com a interdição do lar, determinou a divisão das crianças.

Não foi aquela divisão salomônica, aqui foi diferente. Aqui foi uma decisão de divisão arbitrária, prepotente e desumana, que nos cheira uma vendita política. A Promotora recomenda que as crianças, em número de doze, fossem divididas entre seis pessoas responsáveis pela sua guarda. Então, determinou que o Prefeito da cidade de Piraí ficasse com duas; que o Assessor Chefe de gabinete do Prefeito ficasse com mais duas; e assim por diante. Ela foi dividindo a guarda das crianças entre as autoridades públicas municipais. Vai ao Secretário da Assistência; vai ao Assessor Jurídico; cada um com a responsabilidade de ficar com duas crianças.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Vejam ao cúmulo em que chegou a Promotora e ao cúmulo do consentimento da própria Justiça da Comarca de Piraí do Sul ao aceitar uma recomendação dessa natureza. Interditaram o Lar que funcionava há mais de trinta anos, porque havia vazamentos nas torneiras, nas descargas e as escovas de dente das crianças não estavam identificadas com nome. Isso é muito importante para a Promotora. Não acho isso muito importante, porque 90% das crianças que vivem na periferia, de onde vieram essas doze crianças que estavam no Lar, não têm escova de dente, não tem pasta, não têm torneira com vazamento porque não têm a torneira, não têm a pasta e não tem a escola.

Sr. Presidente, uma recomendação lógica que fiz é que vou a Piraí. Estamos convocando os membros da Comissão de Direitos Humanos da Assembléia para, na quinta-feira, às 14h, irmos a Piraí para ouvirmos a sociedade e fazer as representações necessárias por abuso de autoridade contra essa Promotora que chegou a esse absurdo.

Eu pergunto, Sr. Presidente, Srs. Deputados: quantas crianças essa Promotora levou para sua casa? Ou ela pensa que autoridade no município é só Prefeito, Secretário de Prefeito, assistente social, que têm responsabilidade sobre as crianças! Quantas ela levou para sua casa?

Quem sabe nenhuma e quem sabe assim ficou melhor, porque as crianças que não foram para sua casa não serão afetadas psicologicamente, porque isso não é uma coisa normal e não sendo normal, não partiu de uma pessoa normal.

Portanto, Sr. Presidente e Srs. Deputados, fica, aqui, o nosso protesto e registro. A Comissão de Direitos Humanos precisa ir a Piraí do Sul para investigar a fundo essa questão.

Nós, como Assembléia, como Deputados, precisamos dar um basta nesses abusos cometidos por alguns setores do Ministério Público que abusam mais da sociedade do que os militares no tempo da ditadura.

Muito obrigado, Sr. Presidente, Srs. Deputados.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Com a palavra o Sr. Deputado Durval Amaral, no Pequeno Expediente.

O Grande Expediente está reservado a V. Exa. também.

Deputado Durval Amaral (PFL)

O SR. DURVAL AMARAL

Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Inicialmente, Sr. Presidente, quero cumprimentar a imprensa do Estado do Paraná, muito especialmente o jornal Folha de Londrina, pela cobertura que tem dado à grave crise que assola a agricultura do Estado do Paraná.

A Folha de Londrina, que é um jornal enraizado no interior do Estado, tem feito matérias de páginas inteiras, sistematicamente, trazendo as dificuldades do homem do campo. As dificuldades que têm assolado o agronegócio do Estado do Paraná. Razão pela qual estou apresentando um requerimento pedindo que essas matérias todas do jornal sejam registradas nos Anais da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná e também fazendo um ofício solicitando e cumprimentando a Folha de Londrina. Até porque não haverá conquistas para o produtor rural do nosso Estado se não houver a mobilização. Só que essa mobilização tem que ter o respaldo de toda a imprensa do Estado do Paraná.

Por isso mesmo, Sras. e Srs. Deputados, meu pronunciamento nesta tarde é em função das nossas andanças pelo interior do nosso Estado. Posso sentir o desespero dos produtores rurais diante da descomunal crise que atinge a agricultura e por consequência, toda a sociedade paranaense.

Os produtores rurais protestam com toda razão porque são vítimas de uma política econômica equivocada do Governo Federal, que permite manter o Real supervalorizado. A raiz dessa crise está justamente na política cambial, Sr. Presidente. A seca, que por três anos assola as nossas lavouras, a febre aftosa, que foi desastrosamente administrada pelo Governo do Estado e a deficiência de nossa infra-estrutura são apenas agravantes para a crise do agronegócio.

No primeiro semestre de 2004, o dólar chegou a valer três reais e vinte centavos, para despencar logo em seguida. Assim, os produtores rurais plantaram uma safra com custo de produção influenciado diretamente pelo dólar que valoriza grande parte dos fertilizantes e defensivos agrícolas importados e, sobretudo os combustíveis. Contudo, quando colheram em 2005, além da queda dos preços internacionais, das commodities agrícolas, o dólar já valia cerca de dois reais e quarenta centavos. Só aí temos uma diferença cambial de 25%.

A safra de verão seguinte, já no segundo semestre de 2005, foi plantada com o dólar a dois reais e quarenta centavos e colhida com o dólar valendo menos de dois reais e quinze centavos. Um prejuízo, nobre Deputado Plauto Miró, de mais de 10%.

Para tornar ainda mais trágica essa situação, vale lembrar que a grande parte ou a maior parte de produtores de milho e soja, também plantaram safra de inverno. Principalmente o trigo, do qual o Paraná é o maior produtor brasileiro.

Pois bem, em 2004 os produtores paranaenses colheram mais de três milhões de toneladas de trigo, cujo preço mínimo é de 24 reais a saca. O melhor preço que conseguiram foi de aproximadamente dezenove reais. E ainda o produtor teve de disputar o mercado com trigo importado da Argentina, mais barato e mais competitivo que o nosso, em função das diferenças cambiais.

É claro que a maior parte do trigo paranaense foi comercializada com grandes prejuízos aos produtores, em face da necessidade de eles atenderem aos compromissos financeiros com bancos e fornecedores.

Infelizmente, o mesmo processo se deu com a safra colhida em 2005: preço de mercado abaixo do mínimo em razão das distorções do câmbio que favorecem as importações.

Passa a usar o horário do Grande Expediente

Portanto, os produtores paranaenses estão com dívidas acumuladas em quatro safras, duas de verão e duas de inverno e não apenas dívidas com bancos, mas principalmente com fornecedores.

Recentemente, para dar respaldo às suas reivindicações de alongamento das dívidas rurais, a Federação da Agricultura do Estado do Paraná, brilhantemente presidida e dirigida pelo nosso companheiro Ágide Meneghette, fez pesquisa com 1800 produtores rurais e este resultado a FAEP enviou a todos nós, Parlamentares, para que pudéssemos constatar, nobre Deputado Valdir Rossoni, as dificuldades e aflições por que passa o homem do campo. De cada dez produtores ouvidos pela FAEP, sete afirmam que não vão conseguir saldar sua dívida total ou parcialmente. 72% deles não terão renda suficiente para arcar com os seus compromissos e ainda sobreviver. Não conseguirão pagar as suas dívidas, não conseguirão fazer uma nova planta e não conseguirão girar, efetivamente, plantando no campo.

O Sr. Plauto Miró Guimarães (PFL)

Nobre Deputado, concede-me um aparte?

(Assentimento)

Deputado Durval, ouço com atenção o seu pronunciamento e me somo à sua preocupação.

Pela manhã, conversávamos com representantes do Legislativo Municipal de Nova Cantu, com os Vereadores José Carlos, Alcení, Antônio e o Hélio, que estavam junto conosco. Eu os questionava sobre a situação de produtividade da safra, que é plantada no município de Nova Cantu, em toda aquela região. Eles nos traziam a informação de que a quebra de produção foi muito grande, por problemas climáticos.

O senhor veja que estamos tomando prejuízos. Eu me incluo como produtor na safra 2003 e 2004 e, agora, na safra 2004 e 2005 que também foi negativa e a safra 2005 e 2006, que estamos colhendo.

Tivemos um problema dos insumos, que foram comprados com o preço do dólar na casa de 2,60 e, agora na hora da colheita, estamos vendendo o resultado da produção, com o dólar a 2,15, 2,20 e 2,10, pois ele anda variando nos últimos dias. Isso está trazendo um prejuízo à agricultura no Brasil e, em especial, no Estado do Paraná. Este ano está pior nesta safra. Temos dois problemas: o problema do preço de venda do produto e o preço que os insumos custaram e também o problema que temos no Paraná, o resultado de uma estiagem que tomou conta da maior parte das regiões do nosso Paraná. Tem que haver alguma solução feita pelo Governo Federal, para tentar amenizar o problema da agricultura no Brasil, através do alongamento dos custeios e dos investimentos que os produtores rurais fizeram nesses últimos anos, para plantar a safra.

O que precisamos de concreto, Deputado Durval e Srs. Deputados, é um plano de preço mínimo aos produtos. Porque quando o preço mínimo realmente existir, vamos ter a garantia de colher e de termos aquele preço mínimo para poder viabilizar o resultado da atividade agrícola. Do jeito que está, não tem uma política de preço mínimo e não tem uma política clara para a agricultura nacional.

Espero que o Deputado Abelardo Lupion, que está assumindo a Comissão da Agricultura do Congresso Nacional, possa trazer com mais evidência a discussão desse problema, que afeta diretamente a agricultura nacional e, em especial, os agricultores do Paraná, que estão tendo um prejuízo claro neste momento da colheita no nosso Estado.

Obrigado, Deputado Durval.

O SR. DURVAL AMARAL (PFL)

Eu é que agradeço ao nobre Deputado Plauto Miró.

Prossigo: trata-se de uma situação limite, não apenas para os produtores rurais em desespero, mas para toda a sociedade. A queda da renda do campo tem reflexos imediatos na economia do interior do Estado.

Perde o comércio com a queda das vendas, perde o setor de serviços por falta de clientes e a consequência de tudo isso, Srs. Deputados, é o desemprego não somente no campo, mas inclusive nas cidades.

A reivindicação dos produtores, de alongamento de suas dívidas, por uma razão muito simples, é mais do que justa, é necessária para o Estado e para o país. Não pode haver delongas em uma situação de emergência como essa que atinge o Brasil inteiro. É bom lembrar que tem sido o agronegócio que tem dado sustentação econômica ao Brasil, com saldos positivos na balança comercial externa.

Concedo aparte ao nobre Deputado Ademar Traiano.

O Sr. Ademar Traiano (PSDB)

Deputado Durval, V. Exa. traz a esta Casa uma discussão séria, responsável e madura. É chegado o momento de este Parlamento tomar providências com relação ao que vem ocorrendo no campo, ao que vem ocorrendo com esse que, com certeza, é o segmento mais representativo na geração de receita e divisas para este país. A balança comercial brasileira, com certeza, vive em função da agricultura brasileira, da produção agrícola que infeliz e lamentavelmente, na nossa concepção e na nossa leitura, está fadada, neste momento, à morte em função da falta de atenção das autoridades governamentais.

V. Exa. relata com muita propriedade, com muito equilíbrio, com informações que realmente enriquecem o seu pronunciamento, trazendo dados fundamentais e vitais com relação à problemática da agricultura brasileira. Nós somos do interior do Paraná também e conhecemos de perto as dificuldades em que vive o nosso agricultor e por extensão e por consequência essa crise está se deflagrando e tendo reflexos em todos os segmentos da economia brasileira, porque se a agricultura não vai bem, nenhum segmento vai.

O que observamos hoje, Deputado Durval, é que realmente este Governo não tem política nenhuma em defesa da agricultura brasileira. O preço mínimo se anuncia, mas não se cumpre. Não se tem mais AGF, não se tem mais EGF para comprar e dar essa tranquilidade e garantia ao nosso produtor brasileiro com relação ao preço mínimo - se existe, não compra, o Governo não destina recursos para que se compre a safra do nosso agricultor, mesmo que seja ela pelo preço mínimo. É uma crise realmente das piores possíveis, neste país, que vive a agricultura e o grande problema que percebo é a extensão dessa crise. Quantos anos vamos levar para recuperar a vida do produtor brasileiro em razão dessa crise aviltante que ele está vivendo?

Deputado Durval, lembro-me que no passado, quando ainda no regime da Ditadura, quando os militares comandavam este país, nós tínhamos o Delfim Neto e os produtores de soja o apelidaram, na época, como o "Ministro praga da soja". E agora pergunto a V. Exa: quem é a praga da agricultura neste momento? Quem está liquidando com a agricultura brasileira? Quem está acabando com esse segmento que realmente tem um significado importante e vital na economia brasileira?

Quero crer que a praga da soja ou praga da agricultura chama-se Lula. Há que se dizer isso com muita propriedade, porque enquanto no Governo passado políticas se voltaram para a agricultura brasileira e a melhor fase que o nosso produtor viveu, foi no Governo Fernando Henrique Cardoso. Desde os últimos tempos do Regime Militar até este momento atual, a melhor fase foi do Governo Fernando Henrique Cardoso.

E agora está fadado, realmente, à morte o nosso pequeno agricultor, o médio e o grande, não há política de governo. Eu não acredito em uma agricultura forte, sadia e consistente enquanto não tivermos uma política consistente. O agricultor depende da chuva, tem que rezar dia e noite para que chova no tempo normal para que possa produzir. O agricultor não tem política de preço mínimo, não tem seguro. Enfim, não tem nada. Como nós podemos dar garantia aos nossos agricultores brasileiros da forma como esse Governo está tratando, com a maior indiferença, do mundo, a agricultura deste país?

Portanto, Deputado Durval, quero cumprimentá-lo por esse pronunciamento. E quero crer que o Paraná tem que começar a levantar a sua voz, mostrar ao Governo brasileiro que chega de brincar com o agricultor. É chegado o momento de, realmente, darmos as mãos, Federação da Agricultura, políticos, Deputados Estaduais e Federais, Instituições, em defesa daquele que representa, realmente, o maior e mais importante segmento deste país. Chega de brincar com a nossa agricultura!

Parabéns pelo seu pronunciamento.

O SR. DURVAL AMARFAL (PFL)

Agradeço ao Deputado Ademar Traiano.

Na seqüência, darei um aparte ao Deputado Elton Welter. Antes, porém, ao Deputado Elio Rusch.

O Sr. Elio Rusch (PFL)

Deputado Durval Amaral, ouço com muita atenção o seu pronunciamento e quero parabenizá-lo pelo conteúdo do mesmo e pelos dados que V. Exa. traz hoje, aqui, na Assembléia Legislativa.

Se falarmos de agricultura, temos que lembrar que o agronegócio no Brasil, hoje, é que mantém exatamente a economia. E do jeito que estamos vivendo, o atual estágio econômico do nosso país traz não só a intranquilidade à agricultura e ao agronegócio, em termos gerais, mas traz a falência. Nós, que somos da região Oeste, e V. Exa. do Norte. Traiano do Sudoeste, ouvimos em todos os cantos do Paraná e do Brasil, quando nós assistimos, semana passada, a uma reportagem na RPC, do norte do nosso Estado, um agricultor chorando porque não conseguia pagar as suas dívidas. Quando participamos de reuniões no interior, com presidentes de sindicatos, lideranças do setor agrícola, vemos o desespero, porque nós também mexemos com a agricultura; sentimos na carne o que é esse modelo econômico implantado pelo atual Governo. E V. Exa. traz com que muita propriedade.

Conversamos, agora, no final de semana, com algumas lideranças da agricultura do Estado do Paraná, e alguém me disse: no mercado internacional a soja está muito bem, está valendo quase onze dólares. Então, qual é o problema hoje do produto agrícola, do grão do Brasil? É o câmbio. E o Governo não quer admitir isso. E o que é que estamos vendo? A propaganda que o Governo e o seu Partido fazem na televisão mostra, exatamente, Srs.

Deputados, à sociedade brasileira, que nunca se comeu tão barato e nunca se comprou comida tão barata como se compra hoje. Isso é verdade. Olha, a propaganda que vemos na televisão, Deputado José Maria, V. Exa. que ocupou a tribuna há pouco, no Oeste do Paraná você tem propaganda anunciando frango a menos de um real o quilo, mas às custas de quem? Às custas do produtor, às custas daquele que produz a economia no nosso país. Será que o Governo está vendo que estamos falindo a agricultura? Que nós estamos acabando exatamente, com aquele que produz? Se não bastasse as frustrações de safra que nós temos no Brasil, vem o Governo ainda com essa defasagem cambial, que considero que é o principal problema que nós vivemos, hoje, na agricultura do Brasil, sem querer falar na febre aftosa, que atingiu em cheio a economia, a carne de gado, do nosso Brasil. Sem querer falar da febre aftosa, que V. Exa. foi muito feliz quando disse aqui na Assembléia, que quem trouxe a febre aftosa para o Paraná foi o Governo Estadual. Se tudo isso não bastasse, tem a gripe aviária. Tudo isso contra o homem do campo.

Então, quero parabenizar V. Exa. pelo seu pronunciamento, aqui, na Assembléia, esperando que o Governo Federal, através do Ministério da Fazenda, possa, efetivamente, trazer um alento à classe produtora do nosso país.

Parabéns, e muito obrigado!

O SR. DURVAL AMARAL (PFL)

Agradeço ao nobre Deputado Elio Rusch. E vou conceder um aparte, na sequência, ao Deputado José Maria, ao Deputado Elton Welter e ao Deputado Valdir Rossoni, visto que o meu tempo está se esgotando e gostaria de encerrar o assunto. Pediria que os apertes fossem o mais breve possível.

O Sr. José Maria Ferreira (PMDB)

Não tenha dúvida. V. Exa. ficou nove minutos concedendo apertes, mas quero usar a palavra para cumprimentá-lo pela oportunidade e pela correção com que faz o pronunciamento e acrescentar, Deputado Durval Amaral, que na quinta-feira, quando vi a publicação dos dados do IBGE em que trouxe um PIB da ordem de dois trilhões e cento e setenta e poucos bilhões, como resultado nacional do ano de 2005, verifiquei que 54% deste PIB era composto do serviço do comércio, 33, aproximadamente, da indústria e só 8.74 eram da agricultura. Se fizermos uma análise de que houve um avanço de 106 milhões de toneladas métricas em 2004, para 118 e depois para 126 e esperada 136 milhões este ano, não tem como justificar a participação do PIB da agricultura menor do que foram os outros anos a não ser no aviltamento dos preços pagos pelos produtos agrícolas.

Estes os dados que gostaria de trazer porque eles nos causam preocupações reais sobre política de preço, de financiamento e de escoamento que o Governo Federal tem implantado no nosso Estado e no nosso país.

Muito obrigado pelo aparte e parabenizo-o pela fala.

O SR. DURVAL AMARAL (PFL)

Agradeço, nobre Deputado José Maria, a maneira clara, concisa e extremamente com raciocínio lógico com relação à participação do agronegócio no PIB brasileiro.

Muito obrigado pelo aparte.

Com o aparte o deputado Elton Welter.

O Sr. Elton Carlos Welter (PT)

Obrigado pelo aparte, Deputado Durval. O Governo brasileiro está ciente desta crise da agricultura, já há uma comissão permanente discutindo uma MP para salvaguardar os problemas diagnosticados pelos vários pronunciamentos aqui feitos.

Agora, precisava dizer algumas coisas - infelizmente com a gripe aviária nós, que exportamos 40% da nossa produção de frango, os consumidores do exterior onde deu surto de gripe aviária, eles diminuíram o seu consumo próximo a 70%. Isto afetou direto nas indústrias aqui no Paraná. Infelizmente, a gripe atingiu o consumo e o giro da economia em determinadas regiões do Estado do Paraná - a aftosa não foi diferente.

Mas, para resumir, Deputado Durval Amaral, este Governo está fazendo um esforço grandioso para ajudar a agricultura. Temos agora, para a agricultura familiar, um seguro agrícola, que não tinha. As pessoas que fazem Pronaf, se dá um fenômeno climático, seca ou coisa assim, ele tem; inclusive há previsão de lucro presumido, isto não existia e o Governo está ciente desta crise.

Outro assunto e encerro o meu aparte: a questão das *commodities* é um problema mundial. O preço dos produtos (soja, milho e outros) estão com preços ruins no mundo todo, porque há excesso de oferta. Por isso que está acontecendo isto. Então, não podemos atribuir ao Governo brasileiro. Questão cambial também é um assunto que merece ser discutido amplamente, porque é um setor que está pagando o ... (ininteligível)... o Estado tem que achar recursos para resolver.

Agora, no geral, o câmbio do jeito que está é bom porque o poder de consumo das pessoas melhorou e o salário, as pessoas assalariadas estão consumindo mais e vivendo melhor.

O SR. DURVAL AMARAL (PFL)

Agradeço o parte ao deputado Elton Welter.

Concedo aparte ao deputado Valdir Rossoni.

O Sr. Valdir Rossoni (PSDB)

Rapidamente, Deputado Durval, apenas para dizer que a crise que assola a economia brasileira - até fico me perguntando quando o IBGE traz alguns números - se você pegar o setor produtivo do Paraná, por exemplo, o agronegócio está parado; você pega o ramo industrial, o setor madeireiro, parado; calçado, parado; setor têxtil, parado; setor metalúrgico, parado; e, esses números do

IBGE, você até fica perguntando o que está dando a essa altura.

A grande verdade é a seguinte: o mesmo erro que cometeu o Governo Fernando Henrique, a paridade do dólar, um por um, quase quebrou os mesmos setores que estão falindo hoje, por quê? Ah, mas o dólar está 2,20; está 2,20, só que temos uma base de cálculo dos nossos insumos, energia elétrica, combustível e aí por diante, no dólar de 3,50. Antigamente se justificava o aumento do combustível pelo aumento do dólar, agora o dólar cai e o combustível aumenta.

Então, não sei a que ponto o Governo se torna surdo para os clamores da sociedade porque os grandes geradores de emprego, hoje, estão demitindo, e por esta crise nós vamos pagar muito caro a partir do ano que vem.

Cumprimento V. Exa. pelo pronunciamento.

O Sr. Augustinho Zucchi (PDT)

Deputado Durval Amaral, quero agradecer a V. Exa. e para que V. Exa. possa concluir, apenas dizer da alegria de participar do seu pronunciamento.

Pronunciamento que realmente faz jus à situação vivida pela nossa agricultura.

Quero apenas dizer o seguinte: as lideranças no Paraná estão tomando uma posição de mobilização para unificarmos a posição dos agricultores e das lideranças em favor da nossa agricultura. Apenas para dizer a V. Exa. que nós, Deputados, - estive inclusive na reunião, hoje, de manhã, acabei de falar no pronunciamento que fiz -, deveremos nos somar aos agricultores, aos Prefeitos para uma reunião que, certamente, será em Brasília. Uma mobilização muito grande que faremos em todo Brasil, o Paraná junto com outros Estados e claro que nós estaremos participando.

Está de parabéns V. Exa. pelo pronunciamento.

O SR. DURVAL AMARAL (PFL)

Obrigado, nobre Deputado Zuchinho, V. Exa. que é uma das principais lideranças do agronegócio paranaense e que tem se destacado nesta Casa.

Último aparte ao Deputado José Domingos Scarpellini, para que eu possa concluir o meu pronunciamento.

O Sr. José Domingos Scarpellini (PSB)

O tempo é muito curto, tenho trinta segundos para me expressar. Eu gostaria de dizer o seguinte: o preço da soja, do milho, por exemplo é o preço internacional e o preço do petróleo será internacional? O dólar baixa e o petróleo sobe internamente. Nós estamos vendendo o óleo diesel inviabilizando as safras no Mato Grosso, Goiás e por este Brasil afora.

Portanto, fica aqui o nosso protesto contra o preço que a Petrobras está cobrando dos seus derivados de petróleo.

Muito obrigado.

O SR. DURVAL AMARAL (PFL)

Agradeço ao Deputado Scarpellini.

(Lê):

No ano passado, o agronegócio rendeu líquido 34 bilhões de dólares, e nestes últimos anos tem sido o responsável pela conquista de divisas fortes para equilíbrio de nossas contas externas.

Significa que o agronegócio tem salvo o país da bancarrota e não haveria agronegócio se não fosse a agropecuária.

E não é apenas o alongamento das divisas dos produtores que se faz necessário, mas também investimentos que tornem a agropecuária e o agronegócio mais competitivos.

Nossa infra-estrutura, está sucateada. Os portos brasileiros são caros, lentos e desorganizados. As rodovias estão se desmanchando e os investimentos na Rede Ferroviária brasileira são ridículos frente ao desafio de transformá-la no principal modal de transporte interno.

A pecuária brasileira, mesmo com os preços baixos pagos aos produtores, assumiu a liderança no mercado internacional, mesmo com a ocorrência de febre aftosa. Contudo, para consolidar a sua posição no mercado, precisa de sanidade e nesta questão, tanto o Governo Federal e principalmente o Governo do Estado, estão cometendo falhas imperdoáveis e irresponsáveis.

Vejam, Srs. Deputados, que não é apenas uma solução financeira que a nossa agropecuária necessita - embora neste momento seja a questão mais urgente. Precisa também de uma política consistente, de longo prazo e não apenas para dentro da porteira. Precisa de infra-estrutura barata e de garantia de sanidade.

Temos, portanto, uma crise pontual que só se resolve com o alongamento das dívidas. Mas, temos também uma crise estrutural que depende de investimentos dos Governos Federal e Estadual.

Este país, tem vocação para ser o grande celeiro do mundo, com terra, água e sol mais do que qualquer outro país.

O nosso produtor rural sabe incorporar novas e modernas tecnologias de produção, que o colocam entre os melhores do mundo.

Os produtores não merecem que seus governos lhes virem às costas num momento de crise.

Não foram eles que provocaram. Na verdade são vítimas, vítimas das intempéries, da falta de crédito, da má gestão da infra-estrutura e do câmbio perverso que lhes derruba o preço e lhes rouba a renda."

Era esse, Sr. Presidente, o nosso pronunciamento somando-se à luta da Federação da Agricultura do Estado do Paraná, dos vários sindicatos em todo o Estado, de todos os produtores rurais. E pedir realmente, Srs. Deputados, que todos nós já estamos na luta dos produtores rurais, dos agropecuaristas deste Estado. Não é um privilégio dos pequenos, nem dos médios e nem tampouco só dos grandes. Mas, que todos nós, efetivamente, possamos muito bem, como colocou o Deputado Augustinho Zuc-

chi, engajar-nos nessa luta, nesse movimento nacional, irmos a Brasília, irmos às ruas para protestar e para reivindicar e sobretudo de uma maneira organizada e consistente, conseguiremos proteger um pouco o agronegócio paranaense e muito especialmente o agronegócio do Brasil.

Muito obrigado.

Horário das Lideranças:

O SR. PRESIDENTE (**Pedro Ivo Ilkiv**)

Horário da Liderança do PDT. Com a palavra o Sr. Deputado Luiz Carlos Martins.

Liderança do PDT: Deputado Luiz Carlos Martins

O SR. LUIZ CARLOS MARTINS

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Tenho a minha história no rádio que já vem de quarenta anos. Nasci radialista, sou radialista e estou Deputado. Amanhã posso deixar de ser Deputado e continuo radialista. Radialista é a minha profissão, radialista e jornalista, com muito orgulho. Tenho pela minha profissão um grande orgulho e também tenho responsabilidade por ela. Sabe que em todos esses anos, Deputado Alexandre Curi, de comunicação, comunicando-me com o povo em público, em estúdio, enfim, quando venho nesta tribuna, eu me emociono. Quando venho a esta tribuna o meu coração bate mais forte, sabe por quê? Porque neste momento estou aqui representando quase 49 mil pessoas que votaram em mim.

Então, preciso ter muito cuidado naquilo que falo, naquilo que pronuncio na tribuna. É preciso pensar muito, é preciso refletir bastante, principalmente no momento em que vivemos neste país, mas venho a esta tribuna para fazer uma reflexão, Deputado Durval Amaral. Parabéns pelas suas colocações aqui. Venho para fazer uma reflexão sobre a sucessão estadual, porque não só eu, mas todos os companheiros do PDT, o Deputado Barbosa Neto sabe disso, o Deputado Augustinho Zucchi, enfim, todos os do PDT sabem e são questionados a todo momento: O Osmar Dias é candidato ou não é? Esta é a pergunta. Não é só para a Bancada do PDT, mas também para o PSDB, o PFL. Tenho certeza que os companheiros do PSDB também estão ouvindo esse questionamento: Afinal de contas, o PDSB vai ter candidato ou não vai? O PFL vai ter candidato ou não vai? Por quê?

Nós queremos saber a opinião, queremos ouvir do Senador Osmar Dias se ele é candidato ou não é. Por mais que eu chegue aqui e diga: O Senador Osmar Dias é candidato ou, por mais que o Deputado Zucchinho, ele, amigo do Senador Osmar dias, muito antes de vir para esta Casa, o Deputado Zucchinho, que é respeitado por todos nós, todos vão dizer: nós queremos ouvir o Senador Osmar Dias, Deputado Zucchi. Nós também, do PDT,

queremos ouvir o Senador Osmar Dias. Por quê? Porque o Senador Osmar Dias é o nosso Líder. O que nós sabemos é que estão antecipando uma sucessão presidencial, governamental e eu não sei o porquê. Estou começando a refletir sobre isso também. Por “que essa pressa? E quem tem pressa, muitas vezes, come cru”. Então, é um jogo perigoso. O jogo ainda não começou, ele não foi para campo. Está nos bastidores. Muitas alianças incríveis poderão acontecer, muitas alianças previsíveis também.

Não há certeza ainda do quadro neste país e por que antecipar? Por que apressar? O jogo ainda não começou, apenas os bastidores. Aí depois, tem o vestiário, tem a concentração, depois, vai para campo. Tem o primeiro tempo, tem expulsão, tem suspensão. Tem o meio tempo e depois, tem o segundo tempo e até a prorrogação, que é o segundo turno das eleições. Será que não estaríamos nos precipitando? Será que o povo está querendo saber disso? Será que o povo quer saber, será que o povo está interessado em toda essa discussão? Será que não estamos sendo muito apressados?

Então, o que nós sabemos é que o Senador Osmar Dias (ninguém sabe ainda as regras do jogo, as regras estão mudando, é um negócio de maluco, de doido), e a única coisa que nós sabemos é que o Senador Osmar Dias está trabalhando, com tudo isso que está acontecendo. Ele precisa do PSDB, ele precisa do PFL, ele precisa dos Partidos para formar, queiramos ou não, o Governador Requião é forte candidato à reeleição.

Então, é preciso fortalecer toda uma Oposição, todo um programa, todo um projeto. Ele está trabalhando em cima disso.

O PDT nacional pretende lançar candidato a Presidente da República, o que na opinião do Senador Osmar Dias e na nossa opinião, é uma loucura. Por quê? Porque o tempo do PDT na rádio e na televisão é pequeno. É preciso uma aliança. Há cláusulas de barreira, o Partido pode desaparecer na sequência. Há todo um jogo acontecendo e o Senador Osmar Dias está participando, está tentando convencer esse pessoal.

Que ele quer ser Governador do Paraná, ele já disse isso para todos nós. É claro que ele quer ser. É claro! Veja a história do Senador Osmar Dias, é uma história de trabalho e de luta. Ele sempre foi coerente, sempre foi firme em suas posições. Ele não quer criar uma falsa expectativa e depois ter que desmentir. Veja a história dele.

Concedo o aparte ao nobre Deputado Durval Amaral.

O Sr. Durval Amaral (PFL)

Cumprimento V. Exa., Deputado Luiz Carlos Martins, pela sua posição: Líder da Bancada do PDT, de apoio incondicional e restrito à candidatura do Senador Osmar Dias. Claro que ela tem algumas peculiaridades e algumas etapas a serem vencidas.

Mas quero dizer, como Deputado do PFL, que estamos desde o primeiro dia deste mandato, defendendo

uma bandeira e uma causa que, efetivamente, é a transformação e a maneira diferente de administrar este Estado, que todos nós entendemos, que o Estado do Paraná, por ser um Estado pujante, deva ser administrado de outra forma, de outra maneira. Que, aliás, esse é um sentimento já da população. Defendemos, nós do PFL, uma ampla frente de Oposição, não só com o PDT, com o PFL, com o PSDB. Aliás, sacrificamos o lançamento de uma candidatura própria dentro do PFL em cima desse projeto de uma frente de Oposição.

Declaramos hoje, ao Governo do Paraná três candidaturas têm: A do Governador Roberto Requião, a do Rubens Bueno e do Senador Flávio Arns.

Vou dar a minha opinião aqui, não é uma opinião partidária, mas é uma opinião de um Parlamentar: chega um momento em que o Senador Osmar Dias não deve olhar para o lado e nem para trás; ele deve ser candidato em qualquer circunstância, mesmo que não consigamos uma frente de Oposição. Mas, como muito bem colocou V. Exa. essa é uma eleição de dois turnos, a competência administrativa e a competência política intelectual do Senador Osmar Dias e a seriedade e a honestidade dele, todos nós conhecemos.

Portanto, que saia candidato, que vá às ruas, leve a sua campanha, que efetivamente ele estará no segundo turno, e no segundo turno a frente estará inevitavelmente constituída.

O SR. LUIZ CARLOS MARTINS (PDT)

Obrigado, Deputado Durval Amaral e é claro que nós estaremos todos juntos e todos os partidos estão convidados para essa grande aliança de Oposição. Todos, inclusive o PSB. Todos.

Aos poucos o Senador Osmar Dias vai conversando com as lideranças. Agora, o que ele não pode é assumir compromissos e, depois, vão cumpri-los já que ele tem uma história de cumprir os compromissos assumidos. Não só em praças públicas, mas também em salas fechadas, em reuniões com companheiros, com aqueles que caminharam e vão caminhar juntos.

O jogo ainda não começou, não é preciso pressa, é preciso ter muito cuidado, prestar atenção no que está acontecendo no país, senão podemos comer cru e nós não podemos, pela experiência e pela vivência que temos.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Pedro Ivo Ilkiv**)

PT. Deputada Luciana Rafagnin.

Liderança do PT: Deputada Luciana Rafagnin

A SRA. LUCIANA RAFAGNIN

Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Faço uso desta tribuna... inicialmente, tribuna para, registrar a presença das colegas Vereadoras Cristiane Oliveira, de Atalaia; Adinalva Junqueira, de Inajá; bem

como registrar a presença do Prefeito do município de Honório Serpa, Sr. Izidoro Dalchiavon e os seus Vereadores que acompanham a Sessão de hoje: Ovanir Holl, que é Presidente da Câmara Municipal; Marcos Renato, Ivânio, Ademir, Orzozimbo, Vonir, Valdevino; e acompanha também o Sebastião, que é Secretário da Câmara Municipal. Quero desejar as boas-vindas a todos os Vereadores e ao Prefeito, que acompanham esta Sessão.

Ouvíamos atentamente os pronunciamentos feitos pelos Deputados sobre a crise da agricultura. Realmente, temos que concordar que existe uma crise na agricultura, sim. Nós temos que ter - e acredito que o Governo Federal também -, até porque na semana passada nós tivemos audiências com representantes do Ministério da Agricultura, com representantes do Banco do Brasil, esta audiência foi no Sudoeste e teve a participação de várias entidades, inclusive da Ansop - Associação dos Prefeitos Municipais da Região Sudoeste - teve a presença de vários Vereadores, de várias lideranças sindicais, enfim, entidades que representam a agricultura do Estado do Paraná.

Na discussão, pelo menos o encaminhamento dado e o que foi debatido pelos membros que representam o Governo Federal, que estavam lá representando os Ministérios, é que nesta semana devem ser anunciadas algumas medidas do Governo Federal, que vão ao encontro para amenizar um pouco a problemática que vive nossa agricultura, porque entendemos que é preciso, neste momento, alguma ação mais direta. E uma delas é com relação à prorrogação da dívida dos agricultores, também entendemos que é necessário que se façam algumas ações com relação a baixar o custo de produção, porque nosso agricultor, hoje, tem um alto custo para produzir e por isso tem dificultado bastante a produção dos nossos agricultores ou de ele obter algum lucro na sua produção.

Então, entendemos que algumas ações serão anunciadas nesta semana pelo Governo Federal, estamos também no aguardo. Entendemos que é justo que façamos, aqui, nossas reivindicações para a nossa agricultura.

Agora, também gostaria de dizer que não é possível aceitar que toda problemática da agricultura se resuma no Governo do Presidente Lula. Nós sabemos que a crise da agricultura existe desde quando começaram a surgir os planos econômicos para salvar o país. Na verdade, sempre quem salvou foi a nossa agricultura. Isto lembro que, porque antes mesmo de entrar na política, no movimento sindical, como agricultora, nós ouvíamos muito, vivíamos o drama da nossa agricultura, porque era sempre a agricultura quem agüentava os planos para dar certo no nosso país.

Infelizmente, hoje, nós sentimos uma consequência de todos esses anos de exploração. Agora, queria dizer que nós tivemos informações seguras de que o Governo Federal investiu, só no Estado do Paraná, no ano de 2005, 108 milhões de reais para a compra do trigo e dezesseis 16 milhões de reais para a compra do milho no Estado do Paraná.

Então, entendemos que algumas ações foram feitas. Suficientes? Não. Mas, entendemos que muitas coisas ainda precisam ser feitas para a nossa agricultura. Sofremos uma estiagem que acometeu todos os nossos agricultores, de uma maneira especial falando do Sudoeste, da região Centro-Oeste, da região Oeste, que sofreram muito - três estiagens consecutivas - e isso descapitalizou muito nossos agricultores; isso fez com que eles não conseguissem dar a volta por cima, tendo em vista que se passaram três safras e sem colher nada!

Entendemos que, neste momento, o Governo precisa se voltar para nossos agricultores e precisa ter uma política para a agricultura. Agora, não podemos concordar que se atribua tudo ao Governo Lula, toda esta questão da problemática que vive hoje a agricultura e dizer que em outros governos tudo era um mar de rosas, não é verdade. Todos nós sabemos e só acredita quem realmente quiser que era um mar de rosas, porque quem viveu e quem acompanha a agricultura de fato, sabe muito bem que quem agüentou os planos econômicos dos governos foram os próprios agricultores.

O Sr. Natálio Stica (PT)

V. Exa. me concede um aparte?

(Assentimento)

Muito obrigado, Deputada Luciana.

Quero me somar ao seu pronunciamento, e até entendo que por se tratar de um ano aonde teremos eleições é normal que quem faz parte da Oposição ao atual Presidente do Brasil venha tentar desgastá-lo com a crise que se avizinha, ainda com muito mais intensidade. Ainda vamos ter uma crise maior por conta dessas pragas que acontecem no mundo. A gripe aviária não chegou no Brasil, felizmente, e espero que não chegue, mas já estamos sofrendo as conseqüências, e assim outras pragas que acontecem no mundo acabam trazendo o efeito, porque temos um país onde a agricultura e o agronegócio são fundamentais para o nosso crescimento.

Mas, queria dar alguns números para colaborar com o pronunciamento de V. Exa. Veja aqui algumas comparações do ano de 2002 para o ano de 2005: 2002 - exportação do agronegócio, vinte bilhões de dólares; em 2005 - 42 bilhões de dólares, passou do dobro. Exportação de soja: 2002 - seis milhões de dólares; 2005 - nove bilhões de dólares. Exportação de carne bovina: 2002 - três bilhões de dólares; 2005 - 7.8 bilhões de dólares. Exportação de suínos: 470 milhões de dólares; 2005 - um bilhão de dólares. E a única que caiu, exportação de frango: 2002 - três bilhões e trezentos milhões para um bilhão e quatrocentos milhões, em 2005. A única que caiu, sabemos até o porquê. Mas o resto praticamente dobrou em tudo.

Outro detalhe que é importante: o Pronaf, que havia emprestado no máximo 2,2 bilhões de reais até 2002, triplicou de valor na safra 2004/2005 e quadruplicou na safra de 2005/2006. Os contratos realizados pelo Pronaf atingiram novecentas famílias na safra de

2002/2003, na última safra foram mais de um bilhão e seiscentos mil contratos. Um crescimento de 80%, e na safra de 2005/2006 estamos passando para três vezes mais.

Portanto, Deputada Luciana, tem que deixar esses números com muita clareza para que possamos entender o que é que está sendo feito pelo Presidente Lula.

Outra coisa: vejo aqui quase que diariamente falando: "veja a Petrobras, o preço da gasolina". Não é barato o combustível mesmo. Agora, vou trazer aqui, com mais tempo, a comparação do preço anterior e da atual para ver quanto teve de aumento. O que teve, sim, é seriedade neste Governo, na administração da Petrobras que não tinha a mesma seriedade que temos. Por isso, o lucro que está aí, e aonde ela está aplicando. Vejam o que o Presidente Lula tem feito com a criação do biodiesel, que só neste Governo teve a coragem, não só gerando emprego, mas trazendo o biodiesel para misturar no nosso diesel.

A nossa gasolina, Deputada Luciana, vendemos para os Estados Unidos. Por quê? Porque temos preço para competir com os Estados Unidos, o que não exportamos são os impostos que estão colocados no preço da gasolina. Quem faz o preço não é a Petrobras, é a ANP - Agência Nacional do Petróleo, e não a Petrobras que faz o preço ao bel prazer, como muitos tentam dizer. E mais: vejam o investimento que o Lula está fazendo - e eu já trouxe desta tribuna - só na refinaria de Araucária, um bilhão e trezentos milhões de dólares entre os investimentos, tirando o enxofre da gasolina e do diesel, permitindo que não tenhamos mais a chuva ácida, que nenhum Governo se preocupou com isso porque isso é dinheiro que ninguém vai ver.

Então, Deputada Luciana, parabéns pelo seu pronunciamento. Estou coletando dados e com mais tempo trarei a esta tribuna para mostrar que o Presidente Lula faz bem para o Brasil.

A SRA. LUCIANA RAFAGNIN (PT)

Agradeço, Deputado Stica, e só para concluir, Sr. Presidente, falar que o Governo Lula também criou o seguro agrícola que só no Paraná foram trinta mil agricultores que o acionaram, e que isso salvou a vida de muitos pequenos agricultores. Coisas que não se viam em outros governos e que é importante, porque os agricultores estão esperando novamente a questão do Proagro-Mais, mas estão esperando e isso não está vindo porque existe uma Oposição que não está votando o Orçamento do Governo, e até lá o Governo Lula não pode mandar o recurso para que seja repassado aos nossos agricultores.

Reconhecemos que algumas coisas ainda precisam ser feitas na agricultura, mas é importante citar que houve muitos avanços, entre eles o programa da habitação rural, habitação para o campo, que nenhum outro Presidente fez. E o Governo Lula está trazendo a cidadania e a dignidade de viver no campo.

Muito obrigada!

O SR. PRESIDENTE (**Pedro Ivo Ilkiv**)

Horário do PMDB. Com a palavra o Deputado Dobrandino da Silva.

Liderança do PMDB: Deputado Dobrandino da Silva

O SR. DOBRANDINO DA SILVA

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Venho a esta tribuna para fazer um comentário, principalmente sobre a minha região, especialmente a região das três fronteiras.

Na semana passada a Rede Globo fez uma reportagem de uma reunião que tivemos no Paraguai. Cerca de sete Deputados da Ciudad del Leste, o Prefeito Zacarias, discutindo a problemática das nossas três fronteiras.

Foz do Iguaçu passa pelo momento mais difícil da história da cidade. Os postos de gasolina estão quebrando, já demitiram 2/3 dos funcionários em função da diferença de preço da gasolina na cidade de Porto Iguaçu, na Argentina.

Os donos de posto de gasolina, nos próximos dias, vão colocar os caminhões e todos os funcionários na frente da ponte da Argentina, fechar a ponte e fazer um grande protesto.

E o pior é o problema da Receita Federal, a arbitrariedade cometida na Ponte da Amizade.

Gostaria de falar para o nosso comitê de imprensa que fiquei satisfeito com a veiculação da Rede Globo, colocando a minha posição, porque a Rede Globo reafirmou a nossa posição contra as arbitrariedades que acontecem na fronteira.

Quero deixar bem claro, não foi da vontade da Rede Globo envolver o Delegado da Receita Federal, e também não é coisa do Delegado. Sabemos que tem um endereço. É o endereço político do nosso adversário da fronteira, tentando nos jogar contra a população. E eles se enganaram, porque recebi mais de duzentos telefonemas da cidade de Foz do Iguaçu e região, parabenizando-me. Pelo menos estamos brigando contra a injustiça na fronteira, brigando pela população.

O que aconteceu, esses adversários, na última eleição em Foz do Iguaçu, colocaram vários out-doors com a fotografia do Prefeito atual e do seu Vice-Prefeito, a foto do Presidente Lula, dos Senadores Álvaro e Osmar Dias, do Senador Flávio Arns, enfim, várias lideranças nacionais e dizia: “são essas pessoas que vão ajudar Foz do Iguaçu. São essas pessoas que vão tirar Foz do Iguaçu da crise”. Inclusive, lá estive o apresentador de televisão Ratinho, e junto com essas fotos estava o Presidente da Itaipu, Jorge Samek, e dizia: “estes salvarão Foz do Iguaçu!” E na verdade, o que eu disse no Paraguai reafirmo aqui: essas pessoas enganaram a população de Foz do Iguaçu.

Foz do Iguaçu está numa crise sem precedentes. A cidade está quebrando, o comércio está fechando, estão morrendo pessoas na fila da saúde. Todos os dias morrem

pessoas nas filas dos postos de saúde do município. A Santa Casa, que todos conheciam, por mais de cinquenta anos salvava a vida de pessoas, fechou suas portas. A violência na cidade, em função da crise, toma conta e causa preocupação à população; o desemprego tomou conta. E eu pergunto: onde estão esses que foram a público dizer que iam salvar Foz do Iguaçu?

Eu disse à Rede Globo: eu não mudei de posição! A minha posição foi sempre a mesma - em defesa da nossa região e, principalmente, da população de Foz do Iguaçu. Fico mais tranquilo, agora, porque está aqui o meu colega, Deputado Reni Pereira, que é de Foz do Iguaçu e sei que tem essa preocupação.

A cidade de Foz do Iguaçu não tem indústria, ela vive do turismo e em função desse intercâmbio Brasil-Paraguai.

Claro que os paraguaios estão retaliando, hoje, porque a região está quebrada. Eu disse no Paraguai, em Ciudad del leste, para os seus Deputados: “você têm que interpelar o Governo paraguaio, que está sendo frouxo, omisso, nessa questão da fronteira!” O Governo paraguaio tem que sentar com o Governo brasileiro. Essa crise já vem de muito tempo, mas só se manifestou por meio da Polícia e da Receita Federais. Nunca sentaram à mesa para dizer uma vírgula sobre a situação da fronteira, apenas colocam a polícia repreendendo com arbitrariedade enorme.

Vejam o que está fazendo a Receita Federal. O táxi, por exemplo, que vem do Paraguai, trazendo mercadoria, seja ou não contrabando: o motorista do táxi não tem competência de mandar abrir o pacote e ver o que tem dentro. Claro que a Receita tem que tomar a mercadoria, mas não pode prender o táxi, a não ser que a mercadoria estivesse camuflada, escondida dentro do carro, e têm mais de cinquenta táxis presos na cidade de Foz do Iguaçu.

Não defendemos, em momento nenhum, contrabando, mas vem de anos! Então, a Receita era conivente com o contrabando antes, porque nunca fez nada. Deixou criar sua economia através desse chamada contrabando. Concordamos que tem que fechar a porta para o contrabando, mas o Governo brasileiro tem que abrir outra porta para essa população.

Por ter o Paraguai um Governo frouxo, como eu disse, fraco, ele acaba sendo omisso e está se esvaindo a cidade de Foz do Iguaçu. Nos hotéis está baixando a lotação. Hoje, estamos 30% menos que no ano passado, até porque no ano passado tinha o reflexo da administração anterior que fez um trabalho, no mundo inteiro, que veio muito turismo para Foz e, hoje, na verdade, não fizeram mais o trabalho, ninguém mais participou dos

congressos. E o turismo está caindo violentamente. Mas, a economia da cidade, os supermercados, as lojas, o comércio está quedando principalmente em função desse arrocho da Receita Federal.

Eu dizia, Sr. Presidente, não é culpa do Delegado da Receita Federal. O Delegado é mandado. Cumpre ordem.

É a política de arrocho do Governo Federal, através da Receita, que só arrecada e não dá retorno. Está hoje esse desastre. E aí, sim, Srs. Deputados, que me preocupo muito mais. O que se fala na fronteira, Deputados, é que a Receita Federal, através do Governo Federal, cumpre determinação dos Estados Unidos. Na verdade, ficamos preocupadíssimos. E é verdade, já estão se instalando no Paraguai. Teve um Embaixador há pouco tempo atrás em Foz do Iguaçu; ficou uma semana, esteve na Receita Federal e dali para cá o arrocho dobrou ainda mais.

Então, deixo registrado aqui na Assembléia Legislativa e agradeço à Globo que reafirmou a minha posição.

A Globo tem que destacar a situação caótica que está Foz do Iguaçu, hoje. A Rede Globo tem um papel importante neste Paraná, cobre todo o Estado com a sua comunicação, forte como é. Ajude-nos a fazer com que o Governo Federal se manifeste com relação à economia das três fronteiras. Uma cidade importante, tem nome no mundo inteiro e a tendência, hoje, é ficar pior do que a baixada fluminense do Rio de Janeiro.

E nós todos precisamos lutar por uma região importante que está sendo hoje esvaída pela política econômica do Governo Federal.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Pedro Ivo Ilkiv**)

Liderança do PSDB.

(**Declina**)

Liderança da Oposição, Deputado Reni Pereira.

Liderança da Oposição: Deputado Reni Pereira (PSB)

O SR. RENI PEREIRA

Quero agradecer ao Líder da Oposição por ceder este espaço e gostaria de fazer a réplica do pronunciamento do Deputado Dobrandino, até porque evitei de me pronunciar, pois tenho certeza que V. Exa. mesmo, na minha concepção, tendo cometido um erro, tentou, na verdade, ajudar a população.

Mas, volto a frisar que V. Exa. cometeu um erro e não queria eu, tanto é que nem permaneci no plenário para evitar qualquer “diz que me disse”, a falar qualquer coisa. E o senhor cometeu um erro, quer seja incitação ao crime, eventualmente ter saído do país sem ter pedido autorização desta Casa, V. Exa. vai responder adequadamente a quem assim fizer a indagação.

Não serei eu.

Quero dizer que percebi algumas incoerências em seu discurso que certamente não são compatíveis com a sua trajetória de homem público, que sempre procurou defender, quando V. Exa. fala que o Delegado de Foz do Iguaçu e a Receita cumprem ordens. Percebo que V. Exa. tem consciência que eles são servidores públicos e cumprem a lei.

Então, V. Exa., como homem que faz leis, bem como o seu companheiro Cláudio Rorato, também têm

essa consciência; sabem que se for para alterar a rotina de trabalho deles, temos que alterar a lei. E foi isso que nós tentamos fazer nesta Casa quando fizemos uma indicação legislativa que V. Exa. aprovou, juntamente com todos os Deputados desta Casa, tentando revogar o decreto aduaneiro que permite apreensão de táxis e veículos de transporte de passageiros, por parte da Receita Federal. Mesmo que eles tenham essa autorização.

Por outro lado, vejo outra incoerência de V. Exa., quando diz que o Paraguai é um país frouxo e fraco.

Não é. É um país soberano. Tanto é soberano que os Estados Unidos têm uma base militar lá, e nós estamos vendo pacificamente isso porque não podemos interferir.

Confesso que até hoje não assisti à reportagem da Rede Globo, percebi comentários e não vou me pronunciar sobre aquilo que não vi. Mas, percebo que V. Exa., se fez aquilo que me contaram que fez, que foi incitar o povo paraguaio a agir em represália aos brasileiros, em relação às atitudes da Receita Federal, V. Exa. errou novamente. Porque mesmo que seja um povo frouxo e fraco, eles têm que saber a hora e o momento oportuno de fazer as represálias. Temos mais de trezentos mil brasileiros que exploram a agricultura do lado de lá.

Esse final de semana estive em Santa Helena e em São Miguel do Oeste, algumas famílias estão vindo para cá, porque começaram as perseguições. Para explicar aonde podem chegar as consequências de nós insuflarmos o povo paraguaio a ter represália, temos que lembrar que há menos de um século o Brasil, juntamente com a Argentina e o Uruguai, massacraram a população paraguaia. Isso está embutido na história daquele povo.

Não perca o norte de que a população paraguaia é descendente de indígena. Hoje, na Gazeta do Povo, percebi a morte de dois policiais civis, em Dourados, por parte de indígenas que pensaram se tratar de alguém que era conivente com quem lhe tinha tirado a terra matando à pedrada e à paulada. Não está afastado este risco para com os mais de trezentos mil brasileiros.

Em relação à cidade de Foz do Iguaçu, V. Exa. faz uma mistura com a matéria, em relação à crise do combustível - também fizemos nesta Casa uma indicação para que o Governo Federal utilize os recursos da Side, para subvencionar o preço dos combustíveis na fronteira. Entendemos que estar ao lado do povo é usar o nosso poder, como Deputado Estadual e Federal - tínhamos dois há poucos dias em Foz do Iguaçu, para tentar mudar as leis e buscar o apoio.

Permita-me, humildemente, dizer que acredito que V. Exa. tentou acertar, mas errou e é melhor aceitar o erro.

Em relação a Foz do Iguaçu, dizer que aqueles que foram pedir o apoio lá, seja o Samek, seja o Deputado André Vargas ou seja o apresentador Carlos Massa, ninguém ganhou nada para fazer. Eles tiveram uma expectativa de um pronunciamento daquilo que queriam ver em Foz do Iguaçu. Percebo, aqui, o Deputado Luiz Carlos Martins que está com uma caravana de familiares e ami-

gos para passar o feriado em Foz do Iguaçu. Foz do Iguaçu não é uma cidade nossa - nós temos a responsabilidade de melhorar a cada dia -, é uma cidade que é do Brasil e do Paraná e temos que zelar. Temos muitas pessoas no Brasil e no Paraná que gostam de Foz do Iguaçu, que gostariam, de vê-la administrada de uma maneira diferente e a população também.

A eleição de 2004 é coisa do passado e nesse sentido quero falar e agradecer novamente.

Concedo um aparte ao Deputado Ratinho Júnior e na seqüência concluo.

O Sr. Ratinho Júnior (PPS)

Deputado Reni, agradeço o aparte.

Dizer que ficamos muito felizes, como paranaenses, em saber que Foz do Iguaçu tem um representante como V. Exa., que tem discernimento, que trata essa cidade e as suas autoridades com respeito e que ao invés de instigar a violência, tenta trazer a pacificação para Foz do Iguaçu e para o nosso Estado.

Ouvi atentamente o pronunciamento do Deputado Dobrandino. Ele está magoado, porque perdeu as eleições de 2004. Isso não vem de agora. Aconteceu uma série de incompetência no município de Foz do Iguaçu, administrativamente: começando com os Jogos da Natureza, com um gasto de oitenta milhões de reais e ninguém sabe o que aconteceu; com o dinheiro que foi gasto com o Centro de Convenções, eu faria dez centros de convenções.

Tudo isso faz com que as pessoas tenham uma atitude emocional e não racional. Quando vimos esse trabalho, ficamos pensativos e cautelosos ao mesmo tempo, em tentar conter algumas situações.

Nesse posicionamento do Deputado Dobrandino, no Paraguai, o PPS foi firme e entrou com uma representação, porque autoridade paranaense não tem direito nenhum de promover ou incentivar a violência. Não é isso que queremos.

Fica muito feliz, porque o senhor tem tratado Foz do Iguaçu com muito carinho. Apoiamos, sim, o atual Prefeito de Foz de Iguaçu, porque sabemos que ele é uma boa pessoa, está fazendo um grande mandato, tanto é que hoje Foz do Iguaçu dá exemplo na educação, porque as crianças do ensino fundamental têm aula o dia todo - é uma das poucas cidades do Estado em que as crianças do ensino fundamental têm aula em período integral.

Então, realmente foi uma mudança. Foz do Iguaçu sofreu demais com as administrações passadas, mas agora está olhando para o futuro, é uma cidade abençoada por Deus pela sua beleza natural e a maior indústria de empregos chama-se turismo - custa mil dólares uma pessoa empregada no turismo, enquanto na indústria, custa seis mil. É muito mais barato gerar emprego no turismo do que na indústria.

Então, está de parabéns o Prefeito do Município de Foz do Iguaçu e está de parabéns V. Exa. pelo trabalho que vem fazendo, que nos alegra por Foz do Iguaçu ter

um Deputado com discernimento, tranquilidade e racionalidade, principalmente.

O SR. RENI PEREIRA (PSB)

Obrigado pelo aparte!

Quero concluir, Deputado Dobrandino, afirmando categoricamente para V. Exa. que a mim não compete tecer comentários ou julgar a sua atitude. O senhor tem que prestar contas das suas atitudes à população que o elegeu e assim o senhor tem se mantido. Só usei a tribuna - e agradeço ao Deputado Valdir Rossoni - para rebater algumas incoerências que V. Exa. teceu na tribuna do Governo e dizer que o senhor pode esperar da minha pessoa que, em nenhum momento vou me voltar contra a sua atitude. O senhor tem que prestar contas para os eleitores e não sou seu eleitor e já tenho candidato.

Concedo um aparte, rapidamente, ao Deputado Barbosa Neto.

O Sr. Barbosa Neto (PDT)

Gostaria de cumprimentar V. Exa. e dizer que o Deputado José Maria Ferreira teve quatro minutos além do tempo normal e a Deputada Luciana Rafagnin, três minutos. E gostaria de concluir meu raciocínio, Deputado, dizendo que não vi a reportagem, mas li no jornal Gazeta do Povo o que foi transcrito, do que foi gravado nessa reunião. Esse fato é extremamente grave. Se tudo aquilo que estiver colocado for verdade, de um Líder do Governo nesta Casa, que principalmente depõe contra o nosso país; se realmente tudo isso que está no jornal for comprovado e que disseram, incitando a violência contra nós brasileiros, esta Casa inclusive deve tomar providências se for realmente denunciado, porque o decoro parlamentar foi ferido neste momento.

Era esse o aparte, Sr. Deputado.

O SR. RENI PEREIRA (PSB)

Obrigado!

Concluindo, Sr. Presidente, gostaria de reafirmar, Deputado Dobrandino, V. Exa., que foi um companheiro por ocasião da aprovação do Pólo Tecnológico de Foz do Iguaçu, sem a vossa interferência, com certeza não teríamos conseguido aprovar naquele momento. V. Exa. mostrou que a eleição municipal era coisa do passado e que o senhor queria somar no desenvolvimento de Foz do Iguaçu.

Tenho certeza que foi equívoco de V. Exa. quando citou que o povo do Paraguai é frouxo e fraco e que a sua presença, lá, foi para estimular uma atitude mais arraigada por parte daquele povo para com os brasileiros. Tenho certeza que naquele momento o senhor não pensou nos mais de trezentos mil brasileiros que estão um pouquinho mais adiante da cabeceira da ponte.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Ivo Ilkiv)

No Horário da Liderança do Governo, com a palavra o Deputado Dobrandino da Silva.

Liderança do Governo: Deputado Dobrandino da Silva (PMDB)

O SR. DOBRANDINO DA SILVA

Sr. Presidente.

Reinício dizendo ao Deputado Ratinho que prefiro sair na imprensa - que é mentira, não é verdade - que fui incitar no Paraguai, do que ser citado na imprensa nacional que fui pedir voto para alguém, por dinheiro. Isso não faço. Ando de cabeça erguida. Todo mundo sabe do que estou falando, nas manchetes!

Deputado Reni Pereira, espero que V. Exa. não esteja defendendo o que está fazendo a Receita Federal na Ponte da Amizade. Espero que V. Exa. defenda aqui os reais interesses do povo de Foz do Iguaçu e não é o que V. Exa. falou aqui. Eu jamais disse que o povo do Paraguai é frouxo. O Governo do Paraguai é frouxo, omissos, é ele que tem que discutir com o Presidente Lula a ação na fronteira.

Não lhe dei aparte, Deputado Reni Pereira, embora tenha feito esforço em lhe ajudar quando está em jogo o interesse de Foz do Iguaçu. Mas, defender aquilo que está acabando com a cidade. V. Exa não conte com o meu apoio.

Continuo dizendo que o Governo do Paraguai é omissos, tem que sentar à mesa com o Presidente brasileiro e achar uma solução para a crise. E V. Exa. não tem que dar lição nenhuma. V. Exa., Deputado Reni, não tem moral, não tem credencial, eu vou para a sétima eleição. Seis eu já disputei e fui vitorioso em todas elas. V. Exa. não se preocupe, eu não tenho nenhuma preocupação. V. Exa. não vota em mim porque já tem candidato. Eu voto em mim, eu sou candidato. Se V. Exa. quiser votar em mim eu agradeço, mas não estou pedindo o seu voto. A minha posição é defender Foz do Iguaçu, Deputado Reni. V. Exa. tem a obrigação de ajudar a cidade. V. Exa. estava junto naquela “frentona”, vocês lembram, Srs. Deputados? E hoje os turistas já estão chamando Foz do Iguaçu de cidade ecológica. O mato tomou conta da cidade; o caos tomou conta de Foz do Iguaçu. Quem descer do avião no aeroporto e for até a cidade só está o trilho do asfalto, o mato tomou conta.

Então, Deputado Reni, desculpe-me, acho que V. Exa. muitas vezes até é coerente em defender as suas posições, mas Foz do Iguaçu, hoje, está um barco desgobernado. Estamos tentando ajudar, junto ao Governo do Estado, Foz do Iguaçu. Estamos fazendo um esforço enorme para que o Governo do Estado continue ajudando Foz como sempre ajudou, mas Foz vive o momento mais difícil. E aquela turma que está no outdoor e que dizia que iria mudar Foz do Iguaçu, mudou mesmo, jogou no buraco.

Adianta, o Deputado Ratinho Júnior não conhece a cidade, é o Governo do Estado e o Governo Federal. V. Exa. não está falando a verdade, não é verdade o que está falando; V. Exa. tem que ter mais conhecimento.

O Deputado Barbosa me dizendo que tem que ter decoro parlamentar. Eu vou ao Paraguai, José Maria, quantas vezes quero, nunca tive problema, graças a Deus, e não vou lá incitar, vou lá me reunir com eles e dizer que está havendo, na verdade, através do Governo brasileiro, a ignorância de um problema sério da nossa fronteira. Eu ajudei V. Exa., na verdade, no projeto do Parque Ecológico que até hoje não saiu, tomara que saia, mas até hoje está no papel. Agora, fazer uma indicação aqui, Deputado José Maria, o Governo Federal, olha, pára de arrochar Foz do Iguaçu, fazer um requerimento. Isso não vai a lugar nenhum. Eu quero ver a sua posição publicamente contra os atos da Receita Federal que está matando Foz do Iguaçu, não vi ainda. Não vi de V. Exa., não vi do Deputado Chico, não vi do Prefeito de Foz.

Olha, na campanha, Deputado Valdir Rossoni, o Prefeito de Foz, hoje atual, embarcou na garupa de uma moto, que tem milhares em Foz, e a televisão focando: “olha, esse problema é problema da Prefeitura, em janeiro eu resolvo”. Hoje, se ele for a Foz, os motoqueiros são capazes de linchá-lo, porque nunca vimos uma palavra dele em defesa daquela gente. Não se trata, na verdade, de contrabando ou não, trata-se de uma cidade que o povo está passando fome, está morrendo nas filas, e a cidade está acabando, uma das cidades mais importantes do Brasil.

Não vou lhe conceder aparte, vou concluir o meu pronunciamento dizendo que eu não mudei em nenhum momento, Deputado Cartário. Continuo com a minha posição firme em defesa da cidade. Não é por hoje eu ser deste ou daquele Partido. Vou defender Foz do Iguaçu porque é cidade que nós devemos obrigação, pois nos elegeu. E me entristece quando V. Exa. vem à tribuna demonstrar que a Receita está certa, que o povo está errado. Isso não é verdade. Quero que fique registrado nos Anais desta Casa, porque não podemos, na verdade, ter duas posições. Eu só tenho uma posição e ela é clara, não é por trás das cortinas. A minha posição é clara em defesa do povo e vou continuar com a mesma, inclusive o povo do Paraguai, Deputado Reni, inclusive o povo do Paraguai. V. Exa. é muito pequeno, na verdade, de expressão, desculpe-me, para...

(Vozes paralelas)

O SR. PRESIDENTE (**Pedro Ivo Ilkiv**)

Solicito a V. Exa. que não interrompa, não lhe foi dado o aparte, Deputado Reni.

O SR. DOBRANDINO DA SILVA (PMDB)

V. Exa. me desculpe, não preciso de lição de ninguém para chegar nesta tribuna. Na época da ditadura militar eu estava na rua brigando pelo povo e nem por isso fui chamado de terrorista.

Quero dizer que vou continuar com a minha posição...

O SR. JOSÉ DOMINGOS SCARPELLINI (PSB)

Permite um aparte de colaboração, Deputado?

(Assentimento)

Estou entendendo perfeitamente o arroubo do Deputado Reni Pereira, do Deputado Ratinho, do Deputado Barbosa Neto. Não vejo falta de decoro parlamentar na posição de um Deputado ir e tomar algumas posições de ordem política. Não vejo quebra de ética nisto, acho que as coisas são perfeitamente normais.

Deputado Reni Pereira, ouvi as palavras do Deputado Ratinho dizendo que em Foz do Iguaçu, apesar de eu ter uma simpatia muito grande pelo Prefeito, ele não pode jamais, em um ano, ter feito tudo sozinho e colocado a escola integral para todas as crianças de Foz do Iguaçu, sozinho. Isto é uma coisa impossível. Foz do Iguaçu se faz por uma história de trabalho que eu acho que passa pelas mãos de todos aqueles que administraram e por todos aqueles que estão trabalhando, como V. Exa. trabalhou, fez um projeto de lei que foi votado, foi aprovado, não está concretizado, mas vai ser.

Acredito que o problema de Foz do Iguaçu não é um problema só da fronteira, é um problema, hoje, do Brasil todo, que ficou afetado em função da radicalização cometida pela Receita Federal, que de repente quer resolver o problema de arrecadação do Brasil, tudo em Foz do Iguaçu, e não é por aí o caminho. O Paraguai, por sua vez, tem a sua soberania, tem o seu povo, tem a sua produção, mas que também faz em conjunto com o Brasil, que são milhares de brasileiros que lá trabalham.

Então, não seria inteligente a Assembléia começar a jogar um povo contra o outro, porque estamos aqui e eles estão lá - quem vai sofrer o dia-a-dia, o cotidiano daqueles que estão sendo perseguidos, quer pela Receita ou por quem quer que seja, é muito difícil.

Então, precisamos serenar e discutir, criarmos aqui uma comissão de avaliação, alguma coisa que possa ser feita para minorar a ação da Polícia e da Receita, porque o que temos visto, na verdade, eles estão muito violentos em relação a produtos fabricados lá. Mas, com relação ao plantio de maconha, as grandes áreas de maconha plantadas lá no Paraguai, que tem plantios extensos de maconha, inclusive maconha irrigada, isto a Polícia não tem feito o trabalho e não tem trazido para uma discussão, o Governo da Nação vizinha.

Então, acho que temos que realmente questionarmos a questão de roubo de carro, que é uma coisa muito acentuada - não é só a Receita Federal, mas no momento ela é quem está danificando as relações.

Muito obrigado.

O SR. DOBRANDINO DA SILVA (PMDB)

Obrigado, Deputado Scarpellini.

Queria dizer, Deputados, na verdade eu respeito o Deputado Reni. Ele tem dificuldade, na verdade, de defender, de colocar a sua posição, hoje, porque ele é parte daquela... **(ininteligível)** ...que na verdade, literalmente quebraram a Prefeitura. Esta é a verdade. Eu não estou

nem culpando o Prefeito. o Prefeito tem dificuldade também, nós sabemos, a arrecadação está ruim, caiu o ICMS por pura incompetência deles, mas de qualquer maneira sabemos que estão lutando. Agora, a cidade está um caos; Foz do Iguaçu, hoje, está um caos. Não dá para ninguém sair na rua porque o mato tomou conta da cidade.

Então, quero dizer ao Deputado Reni Pereira, o que eu na verdade não entendo e gostaria que V. Exa. continuasse defendendo Foz do Iguaçu e não podemos aplaudir os atos da Receita Federal, porque eu disse que não mudei e o povo do Paraguai me conhece muito bem, sabe da minha postura, sempre, a região toda lá. Agora, quem mudou foram aqueles que prometeram e não cumpriram.

O SR. RENI PEREIRA (PSB) **(Pela Ordem)**

Sr. Presidente, fui citado várias vezes inclusive agora finalizando e só gostaria de...

O SR. PRESIDENTE **(Pedro Ivo Ilkiv)**

Nobre Deputado, não cabe Pela Ordem, peço a sua compreensão senão nós vamos polemizar o assunto e não cabe a Pela Ordem, nesta questão. V. Exa. está inscrito em Explicações Pessoais.

Antes de passar à Ordem do Dia, solicito ao 1º Secretário, Deputado José Maria para fazer a leitura das mensagens enviadas pelo Exmo. Sr. Governador Roberto Requião.

O SR. 1º SECRETÁRIO **(José Maria Ferreira)**

(Lê Mensagens n°s 22 a 29/06 do Poder Executivo)

O SR. NEIVO BERALDIN (PDT) **(Pela Ordem)**

Sr. Presidente, se não me falha a memória as mensagens governamentais são lidas após a leitura da Ata da Sessão anterior, no Horário do Expediente. Por que hoje, atipicamente, estão sendo lidas no período da Sessão?

O SR. PRESIDENTE **(Pedro Ivo Ilkiv)**

O Presidente Hermas Brandão recebeu e pediu que fosse lido após o Horário das Lideranças.

O SR. NEIVO BERALDIN (PDT)

Pois é, mas não está cumprindo o Regimento, ou está cumprindo o Regimento?

O SR. PRESIDENTE **(Pedro Ivo Ilkiv)**

Foi protocolado, Deputado Neivo e conforme a decisão, que cabe ao Presidente, aceitou, não é a primeira vez que estão sendo lidas mensagens logo após o Horário das Lideranças, já aconteceu várias vezes, inclusive de forma quase rotineira.

O SR. NEIVO BERALDIN (PDT)

Então por que está no Regimento: - Abre-se a Sessão, passa-se à leitura da Ata da Sessão anterior, na

seqüência o 1º Secretário lê o Expediente onde deve ter as mensagens. Se houver, o Secretário as lê, se não, o Secretário diz que não há mensagens.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Ivo Ilkiv)

Deputado Neivo, vou levar essa preocupação de V. Exa. ao Presidente, porque foi ele que deu por recebidas as mensagens.

Ordem do Dia:

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à Ordem do Dia, com a presença de 44 Srs. Deputados.

Leitura do Expediente

Sobre a mesa, Mensagem nº 022/06, subscrita pelo Sr. Governador do Estado, constante do expediente, encaminhando anteprojeto de lei que objetiva autorizar o Poder Executivo a efetuar a cessão de uso ao município de Bituruna, do imóvel constituído por área com 6.800,00m², na Colônia Santa Bárbara, no citado município. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Mensagem nº 023/06, subscrita pelo Sr. Governador do Estado, constante do expediente, apresentando anteprojeto de lei que dispõe sobre ajuste orçamentário no valor de R\$ 800.000,00 (oitocentos mil reais) ao vigente orçamento da Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento, aprovado pela Lei Estadual nº 14.977, de 28 de dezembro de 2005. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Mensagem nº 024/06, subscrita pelo Sr. Governador do Estado, constante do expediente, encaminhando anteprojeto de lei que objetiva alterar dispositivos da Lei nº 14.733, de 05 de julho de 2005, através da qual foi determinada a isenção do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - ICMS, nas contratações de demanda de potência de energia. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Mensagem nº 025/06, subscrita pelo Sr. Governador do Estado, constante do expediente, encaminhando anteprojeto de lei que dispõe sobre um ajuste e uma conversão de fontes de recursos no valor de R\$ 2.628.556,00 (dois milhões, seiscentos e vinte e oito mil, quinhentos e cinquenta e seis reais) ao vigente orçamento da Secretaria de Estado da Segurança Pública, aprovado pela Lei Estadual nº 14.977, de 28 de dezembro de 2005. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Mensagem nº 026/06, subscrita pelo Sr. Governador do Estado, constante do expediente, apresentando anteprojeto de lei que solicita a autorização para utilização dos recursos do Fundo de Desenvolvimento Econômico - FDE, atualmente geridos pela Agência de Fomento do Paraná S/A, destinados a atender despesas

do Poder Executivo nas áreas de Educação e Cultura, Segurança Pública, Justiça e Cidadania, Agricultura e Meio Ambiente, Desenvolvimento Urbano e Infra-estrutura, e na integralização de capital na Agência de Fomento mediante a abertura de créditos adicionais na época oportuna, ficando estes créditos já autorizados para o exercício de 2006. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Mensagem nº 027/06, subscrita pelo Sr. Governador do Estado, constante do expediente, apresentando anteprojeto de lei que solicita autorização para a abertura de créditos adicionais no valor de R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais) aos orçamentos das Secretarias de Estado da Educação, da Saúde, da Justiça e da Cidadania e do Desenvolvimento Urbano, aprovado pela Lei Estadual nº 14.977, de 28 de dezembro de 2005. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Mensagem nº 028/06, subscrita pelo Sr. Governador do Estado, constante do expediente, encaminhando anteprojeto de lei que objetiva autorizar o Poder Executivo, por meio do Instituto Ambiental do Paraná - IAP, a efetuar cessão de uso ao município de Mandaguari, do imóvel constituído por área com 24.200,00m², contendo uma casa de madeira, com 60,00m², no citado município conforme matrícula nº 1.183, do Registro de Imóveis da Comarca de Mandaguari. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Mensagem nº 029/06, subscrita pelo Sr. Governador do Estado, constante do expediente, encaminhando anteprojeto de lei que objetiva autorizar o Poder Executivo por meio do Departamento de Estradas de Rodagem - DER/PR, a efetuar a cessão de uso ao município de Mandaguari, do imóvel constituído por área com 28.325,00m², junto ao Parque Municipal Ecológico, no citado município, conforme Transcrição das Transmissões nº 12.728, do Registro de Imóveis da Comarca de Mandaguari. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Projeto de lei de autoria da Deputada Arlete Caramês, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Deputado Marcos Isfer, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Deputado Elton Carlos Welter, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria da Deputada Cida Borghetti, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Deputado Ratinho Júnior, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projetos de lei em nº de 03 (três) de autoria do Deputado Luiz Fernandes da Silva Litro, constantes do expediente. Necessitam de apoio. **Apoiados.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Deputado Nereu Moura, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 661, de autoria do Deputado Neivo Beraldin, com apoio dos Deputados Natálio Stica, Waldir Leite, Arlete Caramês e Luiz Accorsi, constante do expediente, solicitando a inversão total da pauta da Ordem do Dia da presente Sessão Ordinária. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Discussão/Votação

De conformidade com o requerimento acima aprovado, passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

2ª Discussão

ITEM 23

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 091/06, de autoria do Deputado Reni Pereira, declarando de Utilidade Pública a Associação Educacional e Assistencial Nova Aliança, com sede e foro na cidade de Cascavel. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 22

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 082/06, de autoria do Deputado Padre Paulo Campos, declarando de Utilidade Pública a Associação Comunitária da Vila Rural Antonio Picoli - Acovrap, com sede no município de Ourizona e foro em Mandaguari. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 21

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 078/06, de autoria do Deputado Geraldo Cartário, declarando de Utilidade Pública a Associação de Moradores da Localidade de Ribeirãozinho, com sede e foro no município de Agudos do Sul. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 20

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 065/06, de autoria do Deputado Luiz Accorsi, declarando de Utilidade Pública a Associação Movimento Peniel, com sede e foro no município de Rolândia. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 19

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 062/06, de autoria do Deputado Dobrandino da Silva, declarando de Utilidade Pública a Associação Rádio Comunitária Cidade Verão FM, com sede no município de Santa Terezinha de

Itaipu e foro na Comarca de Foz do Iguaçu. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 18

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 055/06, de autoria do Deputado Dobrandino da Silva, declarando de Utilidade Pública a Associação Comercial e Empresarial de Missal, com sede naquele município e foro em Medianeira. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 17

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 053/06, de autoria do Deputado Antonio Anibelli, concedendo título de Cidadão Honorário do Estado do Paraná, ao Rvmo. Frei Policarpo Berri. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 16

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 049/06, de autoria do Deputado Augustinho Zucchi, declarando de Utilidade Pública a Sociedade Patobranquense, de Estudos Espíritos, com sede e foro no município de Pato Branco. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 15

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 047/06, de autoria do Deputado Cleiton Kielse, declarando de Utilidade Pública a Associação dos Trabalhadores com Material Reciclável e Meio Ambiente de São José dos Pinhais, com sede e foro no município de São José dos Pinhais. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 14

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 032/06, de autoria do Deputado Rafael Greca, declarando de Utilidade Pública o Instituto Mauro Goulart, com sede e foro nesta Capital. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. COM EMENDA DA CCJ. **Aprovado o projeto artigo por artigo. Aprovada a emenda da CCJ.**

ITEM 13

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 020/06, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 003/06, que autoriza o Poder Executivo a efetuar cessão de uso de imóvel situado no município de Curitiba, conforme especifica. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ. e COPTC. COM EMENDA DA CCJ. **Aprovado o projeto, artigo por artigo. Aprovada a emenda da CCJ.**

ITEM 12

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 752/06, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 064/05, que autoriza o Poder Executivo a doar imóvel pertencente ao Estado

do Paraná, para o município de Boa Esperança. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ. e COPTC. COM EMENDA DA CCJ. **Aprovado o projeto, artigo por artigo. Aprovada a emenda da CCJ.**

ITEM 11

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 694/05, de autoria do Deputado Rafael Greca, concedendo Cidadania Benemérita do Paraná ao Padre Reginaldo Manzotti. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. COM EMENDA DA CCJ.

Está em discussão e votação o projeto. **Aprovado, artigo por artigo.** Está em votação a emenda. **Aprovada.**

ITEM 10

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 683/05, de autoria do Deputado Natálio Stica, autorizando o Poder Executivo a ceder ao município da Lapa, o imóvel que especifica. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ e COPTC. COM SUBSTITUTIVO GERAL DA COPTC.

Está em discussão e votação o projeto. **Aprovado, artigo por artigo.** Está em votação a emenda. **Aprovada.**

ITEM 09

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 418/05, de autoria do Deputado Delegado Bradock, dispondo sobre a Lei de Promoções dos Oficiais da Polícia Militar do Estado do Paraná. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ e CF. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 08

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 287/05, de autoria do Deputado Delegado Bradock, dispondo sobre o Programa Escola Domiciliar para Alunos Enfermos Matriculados na Rede Pública Estadual de Ensino do Paraná COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ, CSP e CECECT.

Em votação.

O SR. DOBRANDINO DA SILVA (PMDB) (**Pela Ordem**)

Sr. Presidente, queria requerer, conversar com Deputado Delegado Bradock, retirar por dez Sessões esse requerimento. Eu encaminho em seguida o requerimento subscrito.

O SR. PRESIDENTE (**Pedro Ivo Ilkiv**)

Está em votação o Requerimento nº 664, de autoria do Deputado Dobrandino da Silva, constante do expediente, solicitando a retirada da Ordem do Dia por 10 (dez) Sessões. **Aprovado.**

Fica portanto, adiada a discussão por 10 (dez) Sessões do Projeto de Lei nº 287/05.

ITEM 07

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 468/04, de autoria do Deputado Geraldo Cartário, autorizando o Poder Executivo a doar imóvel para a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de São João do Triunfo. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ e COPTC. **Aprovado, artigo por artigo.**

3ª Discussão

ITEM 06

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 019/06, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 002/06, autorizando o Poder Executivo doar à Cohapar, imóvel situado no município de Itapejara do Oeste. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ e COPTC. COM EMENDA DA CCJ. APRECIAR NESTE TURNO EMENDA APROVADA EM SEGUNDA DISCUSSÃO.

Está em votação a emenda. **Aprovada.** Está em votação o projeto. **Aprovado.**

ITEM 05

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 012/06, de autoria do Deputado Antonio Anibelli, denominando de Prefeito Francisco Teixeira, uma parte do trecho da PR-281 que liga a localidade de Lagoinha à sede do município de Agudos do Sul. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ e COPTC. COM EMENDA DA CCJ. APRECIAR NESTE TURNO EMENDA APROVADA EM SEGUNDA DISCUSSÃO.

Está em votação a emenda. **Aprovada.** Está em votação o projeto. **Aprovado.**

ITEM 04

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 790/05, de autoria do Deputado Rafael Greca, instituindo o reconhecimento de Utilidade Pública à Associação de Ginástica Rítmica - Segundo os critérios que determina, e dá outras providências. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. COM EMENDA DA CCJ. APRECIAR NESTE TURNO EMENDA APROVADA EM SEGUNDA DISCUSSÃO.

Está em votação a emenda. **Aprovada.** Está em votação o projeto. **Aprovado.**

ITEM 03

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 695/05, de autoria do Deputado Ângelo Vanhoni, instituindo o Programa de Compromisso das Empresas e Órgãos Públicos do Governo do Paraná com as condições de acessibilidade em calçadas e vias públicas. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ, CF e COPTC. COM EMENDA DA

CCJ. APRECIAR NESTE TURNO EMENDA APROVADA EM SEGUNDA DISCUSSÃO.

Está em votação a emenda. **Aprovada.** Está em votação o projeto. **Aprovado.**

ITEM 02

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 527/2005, de autoria do Deputado Neivo Beraldin, proibindo o Poder Executivo, as Secretarias de Estado ou qualquer órgão da Administração Pública direta ou indireta da realizar contratos de repasse de recursos financeiros de publicidade junto a emissoras de programas de rádio e televisão e publicações que pertencem a políticos em mandato eletivo. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. COM EMENDAS DE PLENÁRIO COM PARECER FAVORÁVEL À EMENDA 01 E CONTRÁRIA À EMENDA 02. EM REGIME DE URGÊNCIA. APRECIAR NESTE TURNO EMENDA APROVADA EM SEGUNDA DISCUSSÃO.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
EMENDAS AO PROJETO DE LEI Nº 527/05

P A R E C E R :

Histórico

O Projeto de Lei nº 527/05, de autoria do Deputado Neivo Beraldin, proíbe o Poder Executivo, as Secretarias de Estado ou qualquer órgão da Administração Pública direta ou indireta, de realizar contratos e repasse de recursos financeiros de publicidade junto a emissoras e programas de rádio e televisão e publicações que pertencem a políticos em mandato eletivo.

O projeto havia recebido parecer favorável desta douta Comissão, vindo a sofrer duas emendas de Plenário.

A primeira emenda, de autoria do autor do projeto, visa aprimorar a redação do projeto de lei, estabelecendo de forma mais completa os casos de impedimento do Estado em celebrar os contratos e repasses de recursos financeiros de publicidade.

A segunda emenda, de autoria do Deputado Plauto Miró Guimarães e outros, modifica a redação do artigo 1º do projeto de lei para aprimorar o texto legal.

Fundamentação

As emendas não apresentam óbice de natureza legal ou constitucional.

A emenda de Plenário nº 01 estabelece de forma mais detalhada os casos de proibição do Poder Público em celebrar contratos ou efetuar repasses financeiros de verbas de publicidade, estando amparada constitucionalmente em todos os seus termos.

A emenda de Plenário nº 02, muito embora seja apenas de aprimoramento do texto do projeto de lei, não merece acolhida, vez que já se encontra contemplada no texto da emenda de Plenário apresentada pelo próprio autor do projeto.

Da Conclusão

Pelo exposto, opino favoravelmente à regular tramitação da emenda de Plenário nº 01, de autoria do autor do projeto e deixo de acolher a segunda emenda, tendo em vista que está contemplada pelo texto da primeira emenda.

Sala das Comissões, 21.02.06.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

JOSÉ MARIA FERREIRA - Relator

Apoioamento:

Carlos Simões, Barbosa Neto, Hermes Fonseca, Delegado Bradock, Ratinho Júnior, Duílio Genari, Reni Pereira e 1 ilegível.

Sobre o referido projeto, Requerimento nº 660, de autoria do Sr. Deputado Neivo Beraldin, constante do expediente, solicitando votação nominal.

Em votação.

O SR. DOBRANDINO DA SILVA (PMDB) (**Para Encaminhar**)

Peço aos Deputados da Base que votem contra o requerimento de votação nominal, para votar normal como os outros projetos.

O SR. PRESIDENTE (**Pedro Ivo Ilkiv**)

Está em votação o requerimento. **Aprovado.**

O SR. CARLOS SIMÕES (PTB) (**Pela Ordem**)

Verificação de votação, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Pedro Ivo Ilkiv**)

Foi feita a verificação de votação, Deputado Neivo.

Está **rejeitado** o requerimento.

Em votação a emenda. **Rejeitada.**

Em votação o Projeto. **Aprovado.**

O SR. CARLOS SIMÕES (PTB)

Solicito verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (**Pedro Ivo Ilkiv**)

Os Deputados que aprovam o projeto, queriam levantar-se.

Está **rejeitado** o projeto.

O SR. NEIVO BERARDIN (PDT)

Para justificar o voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Pedro Ivo Ilkiv**)

Não cabe justificativa de voto, a não ser que seja por escrito.

V. Exa. pode encaminhar à Mesa o voto, por escrito, conforme o Regimento Interno.

O SR. NEIVO BERARDIN (PDT)

Então, faço a justificativa por escrito à Mesa e me inscrevo em Explicações Pessoais.

O SR. PRESIDENTE (**Pedro Ivo Ilkiv**)

ITEM 01

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 718/03, de autoria do Deputado Elton Carlos Welter, alterando o artigo 1º da Lei nº 12.442, de 13 de janeiro de 1999, que declara de Utilidade Pública a Central de Associações do Oeste do Paraná - CAOPA, com sede e foro no município de Medianeira. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ.

Requerimentos

O SR. PRESIDENTE (**Pedro Ivo Ilkiv**)

Sobre a mesa, Requerimentos nºs 634 a 638 e 648, de autoria do Deputado Barbosa Neto, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 641, 658 e 659, de autoria do Deputado José Maria Ferreira, constante do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 642, de autoria da Deputada Cida Borghetti, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 643, de autoria do Deputado Luiz Accorsi, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 644, de autoria dos Deputados Reni Pereira e Elio Rusch, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 645, de autoria da Deputada Luciana Rafagnin, constante do expediente. **Autorizo o plenarinho para a Audiência Pública da Unicafis.**

Requerimento nº 647, de autoria do Deputado Hermes Fonseca, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 649, de autoria do Deputado Augustinho Zucchi, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 650 a 653, de autoria do Deputado Valdir Rossoni, com apoio dos Deputados Barbosa Neto, Luiz Carlos Martins, Ademar Traiano, Barbosa Neto e demais Srs. Deputados, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 654, de autoria do Deputado Durval Amaral, constante do expediente. **Aprovado. (A matéria acha-se publicada no final desta Ata).**

Requerimentos nºs 655 e 656, de autoria do Deputado Rafael Greca, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 663, de autoria do Deputado Marcos Isfer, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Explicações Pessoais:

O SR. PRESIDENTE (**Pedro Ivo Ilkiv**)

Em Explicações Pessoais, concedo a palavra aos Srs. Deputados Reni Pereira e Neivo Beraldin.

Deputado Reni Pereira (PSB)

O SR. RENI PEREIRA

Vou falar pouco, até para dar espaço para o Deputado Neivo Beraldin.

Gostaria de dizer ao Líder do Governo, que usou o espaço do Governo e a tribuna do Governo do Estado para falar que eu não teria condições morais de advertir. Não o adverti, tanto é que eu várias vezes reiterei que ele tinha que prestar contas para seus eleitores e não para mim, que sou seu adversário político na cidade de Foz do Iguaçu e região Oeste do Paraná.

Agora, quando ele fala de critérios morais, a moral é algo tão subjetivo, fica até feio um Deputado que se diz representante do povo brasileiro, incitar um povo que ele chamou de fraco, frouxo, para cometerem represálias ao povo brasileiro.

Não digo que ele não tem moral, porque a moral é subjetiva. Eu o respeito como Deputado e mais uma vez reitero que ele tem que prestar contas dessa atitude, como das demais, à população que o elegeu.

Quanto à representatividade política, que ele diz que sou tão pequeno em relação a ele, acredito que ele não esteja se reportando ao coronelismo político que existia no Paraná e no Nordeste, porque isso é coisa do passado.

A representatividade política de hoje que a população merece é a valorização de cada voto, seja os poucos que fiz ou os muitos que ele fez, com os métodos e recursos que ele tinha, e eu com minha proposta.

Continuo de cabeça erguida, enfrentando a cada um de meus eleitores que conquistei com a proposta de trabalho. Essa coerência que eu faço em relação aos meus eleitores, aqueles que não votaram e ao povo do Paraná, está nas minhas atitudes, nas minhas ações e na valorização do meu mandato, representando e não incitando a violência.

Em relação ao grupo político que administra Foz do Iguaçu apoiei, continuo apoiando que, maldosamente o Líder do Governo falou que está quebrada e não está. Passou o final do ano com mais de dez milhões em caixa. Está tocando várias obras na área de educação e saúde com recursos próprios, mesmo o Governo garantindo recurso e depois não honrando compromisso, como foi o caso do hospital regional.

Gostaria de dizer que continuo respeitando não só o mandato do Deputado Dobrandino e de todos os demais 53 deputados, mas dizer que esse estilo de fazer política está mudando, no Paraná.

Se com a minha representatividade, honrando e valorizando este mandato que o Paraná me deu, não conseguir me reeleger, saio na rua de cabeça erguida em qualquer lugar no Paraná.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (**Pedro Ivo Ilkiv**)

Próximo inscrito, Deputado Neivo Beraldin.

Deputado Neivo Beraldin (PDT)

O SR. NEIVO BERALDIN

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Hoje esta Sessão ficará marcada na história. Nunca vi um projeto ser votado duas vezes na mesma Sessão. Foi o item 19.

Outra questão que ficará na história é a Bancada do Governo votar contra um projeto de lei que visava evitar, no Paraná, exatamente o que aconteceu no ano passado, quando o Governador disse ser cobrado por um Deputado para querer verbas de publicidade para votar com o Governo. O Deputado desmentiu, e a história ficou por isso mesmo.

Em Brasília existe o Valérioduto, sustentado por conta do dinheiro público, segundo o Relator Osmar Serraglio: Banco do Brasil, Fundo de Pensões e outros. Que, por sua vez, culminou com as cassações de muitos Deputados Federais e outros estão para serem cassados.

Em São Paulo a Nossa Caixa virou manchete com envolvimento de Deputados com o dinheiro público.

O que eu pretendia com esse projeto, era dar isenção moral para o Governo do Paraná e para os Deputados, donos de rádio, ou que tenham programa de rádio ou de televisão que recebem recursos públicos para que não mais recebam porque, no Governo passado, 2,5% da arrecadação foi para verbas de publicidade e propaganda.

Não quero dizer que foram para os Deputados que são proprietários de rádio ou que têm programa de rádio, no Paraná, mas é espantoso o número de Deputados que são proprietários ou que têm programas de rádio no Paraná. E aí vão três críticas: uma que vai embora o dinheiro público que falta na educação, na saúde, na segurança; outra na conquista do mandato fácil; e outra é na ausência no debate das grandes questões do Estado, sobretudo, quando se analisa o orçamento público, quando se vota por esta Casa um orçamento de perto de dezessete bilhões de reais e que não se faz o devido acompanhamento da aplicação desse recurso, porque muitos estão a manhã inteira no rádio ou na televisão.

Agora, estranha-me que esse projeto que foi apresentado tenha passado na CCJ de forma legal, foi aprovado e não houve manifestação contrária. Esse projeto passou em primeira discussão, portanto, a sua parte constitucional foi aprovada por esta Casa; em segunda discussão passou por unanimidade; agora, em terceira discussão, foi preciso um trabalho gigantesco do Governo do Paraná, juntamente com a sua Base aliada, e até mesmo com os seus adversários que por certo, no passado, também, estiveram e vou revelar, nos próximos dias, quanto a rádio de Ponta Grossa recebeu,

quanto a rádio de Guarapuava recebeu e quero saber como é que vamos justificar para dizer que não havia vínculo político entre um Parlamentar e o Governo do Estado.

Isso, certamente, virá à tona e não faço mais do que a minha obrigação, porque fui eleito com o voto do povo para votar com o povo e não para ser o voto do Governador. Portanto, o Governo não assina a minha carteira e temos que votar com independência e aprimorar cada vez mais o nosso trabalho dentro do Legislativo, no sentido de colocá-lo na sua verdadeira função, que é de ser o primeiro dos três Poderes.

Poder Legislativo presente na elaboração do orçamento; Poder Legislativo presente na aplicação do orçamento; Poder Legislativo presente na aprovação ou rejeição do orçamento. Poder Legislativo que ninguém se manifesta, aqui, que não há o cumprimento em investimento em saúde, em educação. Tenho como provar, porque faço uma análise do Governo, quadrimestre a quadrimestre, e não estou falando coisas que vão embora com o vento. Ficarão nos Anais, porque vou subir à tribuna e vou contar quanto foi aplicado em saúde, quanto estava orçado e por que não foi aplicado; quanto foi aplicado em educação, quanto era o limite constitucional.

Vamos, então, tratar essa relação de Governo e Poder Legislativo de uma forma definitivamente independente e competente. Que os dois lados façam as suas partes, porque o povo está cansado, literalmente cansado de pagar a conta.

Encerramento da Sessão:

O SR. PRESIDENTE (**Pedro Ivo Ilkiv**)

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, marcando outra para terça-feira, dia 04, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

3ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 683, 694, 752/05, 020, 032, 068 e 069/06.

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 066/06.

1ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 743, 779/05 e 111/06.

DISCUSSÃO ÚNICA - ds Indicações nºs 005, 006 e 007/06.

Levanta-se a Sessão.

Transcrições:

MATÉRIA CUJA TRANSCRIÇÃO NOS ANAIS DA CASA FOI APROVADA A REQUERIMENTO DO SR. DEPUTADO DURVAL AMARAL EM SESSÃO DO DIA 03 DE ABRIL DE 2006.

Ferrugem da Soja: pior ano no Paraná

Para especialistas houve atraso no controle da doença favorecida ainda pelas chuvas; lavouras precoces escaparam do ataque

O Estado do Paraná viveu durante essa safra uma situação climática extremamente favorável ao desenvolvimento da ferrugem e, pela primeira vez, os produtores observaram de perto os impactos que a doença pode ocasionar. Segundo análise de especialistas da Embrapa Soja, houve atraso na aplicação de defensivos quando apareceram os primeiros sintomas, em janeiro.

"O que se viu em seguida foi o início de um período chuvoso, extremamente favorável à evolução da doença, condição que perdurou até o final de fevereiro. Como a doença já estava instalada, a eficiência dos produtos ficou comprometida", avalia a pesquisadora Cláudia Godoy.

Essa situação foi bem característica nas regiões Norte e Centro Sul do Estado, onde a doença configurou-se como uma epidemia, ou seja, de ocorrência generalizada e alta agressividade. "Os níveis de dano ainda não podem ser estimados, mas houve um aumento do custo de produção e relatos de produtores que tiveram que fazer até três aplicações para o controle da doença", observa Cláudia.

As lavouras que estavam em fase de florescimento ou enchimento de grãos durante o mês de fevereiro foram as mais atingidas pela ferrugem devido às condições climáticas favoráveis. Lavouras com cultivares precoces ou plantios realizados mais cedo não apresentaram uma alta severidade da doença, porque quando o clima foi mais favorável à doença, as lavouras estavam próximas a colheita. No entanto, a soja precoce teve sua produção prejudicada pelo veranico de janeiro.

Segundo o engenheiro agrônomo Enio Pellizzaro, da cooperativa C.Vale, na região Oeste do Estado também foi observado um número significativo de focos. O nível de severidade, porém, foi baixo, principalmente em função da seca e da pronta intervenção por parte dos produtores com a aplicação de fungicidas. "Temos percebido que a doença vem progredindo significativamente ano a ano e que, sem dúvida, nesta safra foi muito maior o número de ocorrências e a severidade de infecção", avalia Pellizzaro.

Para os agricultores que enfrentaram dificuldades no diagnóstico da ferrugem, a pesquisadora da Embrapa orienta: "a primeira aplicação de fungicida é a mais importante e deve ser feita quando surgem os primeiros sintomas ou quando a doença já está presente na região".

Para saber o momento certo, ensina, há uma única regra, o monitoramento intenso da lavoura, com o auxílio da lupa de aumento, em busca dos minúsculos pontos de ferrugem.

Perda na agricultura chega a R\$ 7,2 bi no Paraná

Os prejuízos vêm se arrastando há quatro safras num período de dois anos; solução seria o alongamento das dívidas

Curitiba - A estiagem, a queda do dólar, a gripe do frango e a febre aftosa já trouxeram perdas que atingem a cifra de R\$ 7,2 bilhões entre os agricultores, pecuaristas e produtores avícolas do Paraná. A estimativa foi realizada pela Federação da Agricultura do Estado do Paraná (Faep). A economista da entidade, Gilda Bozza, explica que, com a estiagem que atingiu as culturas de soja, milho (normal e safrinha), feijão das águas, algodão, arroz, cana-de-açúcar, mandioca e batata, o prejuízo com a produção da safra 2005-2006 chega a R\$ 1,5 bilhão. Segundo ela, este prejuízo pode aumentar ainda mais quando estes produtos forem comercializados já que os preços oferecidos ao produtor estão abaixo do valor mínimo de comercialização.

Ao valor de R\$ 1,5 bilhão foi somada a perda de R\$ 700 milhões com a redução das exportações de frango devido a gripe aviária e os focos de aftosa que atingiram o Paraná e trazem dor de cabeça aos produtores desde o dia 21 de outubro de 2005. De acordo com o assessor econômico da Faep, Carlos Augusto Albuquerque, este valor é referente a diferença do preço do suíno que caiu, a diferença do preço do boi que teve redução e a diminuição da produção de bovinos.

Para chegar aos R\$ 7,2 bilhões, Gilda somou ainda a perda de R\$ 5 bilhões que os agricultores, pecuaristas, suinocultores e avicultores tiveram com a estiagem entre os anos de 2004 e 2005. Em 2004, o Valor Bruto da Produção (VBP) no Paraná foi de R\$ 29 bilhões. No ano passado, caiu para R\$ 24 bilhões. A diferença entre os dois anos chega a R\$ 5 bilhões e representa as perdas do período. O Valor Bruto da Produção é calculado multiplicando o que foi produzido pelo preço médio pago aos produtores.

O assessor econômico da Faep, Carlos Augusto Albuquerque, lembra que a crise no campo começou há dois anos, quando o dólar estava no patamar de R\$ 3,10 no primeiro semestre de 2004 e depois começou a cair no segundo semestre do mesmo ano. Ele destaca que os produtores plantaram a safra de verão, naquela época, com o dólar a R\$ 3,20 mas, na comercialização da safra de inverno em 2004, a moeda norte-americana começou a cair.

"Muitos produtores venderam a saca de trigo a R\$ 20 enquanto o preço mínimo era de R\$ 24 no segundo semestre de 2004", destacou. Ele ressaltou ainda que, quando iniciou a venda da safra de verão 2004-2005, no primeiro trimestre do ano passado, o dólar já estava

cotado a R\$ 2,50. Para ajudar ainda mais, o Estado foi atingido por uma estiagem na safra 2004-2005.

Este ano, o cenário se repetiu. Os agricultores plantaram com a cotação do dólar a R\$ 2,30 e agora a moeda caiu para R\$ 2,15. "Na verdade, os prejuízos são de quatro safras no período de dois anos", disse. E não há perspectivas de vender com preços bons a safra para a maior parte das culturas. Hoje, há produtores vendendo o milho por R\$ 9 a saca, quando o preço mínimo deveria ser de R\$ 18.

"Se o governo federal arrumasse o câmbio, 80% do problema no campo estaria resolvido", defendeu Albuquerque. O problema da estiagem, segundo ele, poderia ser solucionado com o alongamento das dívidas dos produtores. "O maior problema é de renda. O produtor não tem preço para colocar o produto no mercado devido ao câmbio", disse. Ele lembra que os agricultores do Estado estão com endividamento de quatro safras no prazo de dois anos.

Além de todos estes problemas, no Paraná, 42 mil agricultores podem perder as terras, tratores e colheitadeiras dados como garantia para o pagamento de dívidas, como a Folha já tinha divulgado com exclusividade na edição da última sexta-feira. Vários produtores do Estado fizeram empréstimos e não conseguiram pagar. Por este motivo foram executados pelo Banco do Brasil.

Agricultor Perde 40% da Safra

Curitiba O produtor de soja do município de Sertãozinho (45 km de Londrina), Valdemar Favoreto, que plantou 800 hectares de soja nesta safra, calcula perdas em torno de 40% da lavoura. O prejuízo pode chegar a R\$ 240 mil.

"Os produtores vêm se arrastando há três anos com a estiagem e a baixa cotação do dólar", disse Favoreto. Ele lembrou que, o preço mínimo do trigo é de R\$ 24 mas os produtores estão vendendo por R\$ 18. O preço mínimo do milho é de R\$ 13,50 mas está sendo vendido por R\$ 8. "Estamos reivindicando prorrogação da dívida de custeio e da dívida de maquinário, além de seguro adequado para as nossas culturas", disse. "Não conseguimos mais sobreviver com a agricultura. O campo está falindo", desabafou.

Outro fator que, segundo ele, vem prejudicando os agricultores é a queda da cotação do dólar. A safra 2005-2006 foi plantada quando o dólar estava em um patamar de R\$ 2,70. Agora a cotação está em R\$ 2,15.

Além das perdas dos agricultores, a crise no campo também vem deixando um rastro de demissões. Elma Gomes da Silva Sá, 37 anos, trabalhava há dois anos para uma cooperativa em Palotina, que atua na área de frango. Ela trabalhava como auxiliar de produção e foi demitida. "A empresa alegou que a demissão era por causa da gripe do frango", disse.

42 Mil Agricultores do Paraná Podem Perder Terras

Produtores que fizeram empréstimos e não conseguiram pagar estão sendo executados pela União

Curitiba - No Paraná, 42 mil agricultores podem perder as terras, tratores e colheitadeiras dados como garantia para o pagamento de dívidas. Vários produtores do Estado fizeram empréstimos e não conseguiram pagar. Por este motivo foram executados pelo Banco do Brasil.

Estes agricultores fizeram um acordo com o governo federal conhecido como Pesa que prevê o pagamento de 10% do valor devido e o financiamento da dívida em um prazo de 20 anos. Os agricultores refinanciaram mas não conseguiram pagar por conta de vários problemas que atingem o campo como as perdas com a estiagem e a baixa cotação do dólar.

Agora, o governo federal está executando os agricultores. Devido a um acordo firmado pelo governo brasileiro chamado "Acordo de Basiléia", os bancos tanto públicos quanto privados, não podem acumular um número muito grande de inadimplência em relação ao seu capital. Por esta razão, tanto a Caixa Econômica Federal quanto o Banco do Brasil, venderam suas dívidas inadimplentes ao Tesouro Nacional.

No caso da Caixa Econômica, criou-se uma empresa chamada Emgea, que administra esses créditos onde é possível obter descontos, cancelamento de multas e, às vezes, até permitindo a doação em pagamento de imóveis.

No Banco do Brasil as dívidas passaram para a Receita Federal com execução sumária, como dívida ativa da União, transformando os agricultores em uma situação semelhante ou igual dos devedores ou sonegadores de impostos federais.

"Estão considerando os agricultores como devedores da Receita Federal e não do Banco do Brasil", destacou o deputado federal Max Rosenmann (PMDB). Ele explicou que o acordo vinculava a dívida dos produtores no cartório de imóveis e, por isso, estão perdendo os bens como terras e maquinário. De acordo com ele, 60 agricultores de Contenda (PR) já foram executados.

Novo Protesto Interdita Rodovia em Bela Vista

Produtores rurais da região de Bela Vista do Paraíso (40 km ao norte de Londrina) protestaram ontem interditando a PR-090, que liga o município a Alvorada do Sul. Eles reclamam que estão no terceiro ano consecutivo de prejuízos na lavoura, causados pela estiagem, altos custos de produção e instabilidade cambial. Durante todo o dia, o protesto reuniu cerca de 250 produtores rurais, que levaram seus maquinários para interditar a rodovia. Eles também entregaram panfletos aos motoristas que passaram pelo local.

Estimativas de cooperativas do Paraná apontam que nas duas últimas safras, só o Paraná deixou de colher cerca de 10 milhões de toneladas de grãos devido ao

clima adverso. O câmbio desfavorável agravou ainda mais a situação do produtor.

"Estamos nos arrastando há três anos. Já mandamos nossas reivindicações ao governo, mas nada é feito. Chega de ser bonzinho. Nós temos é que agir", afirmou o agricultor Valdemar Favoreto, da região de Sertãoópolis, onde na terça-feira também foi realizado um protesto que culminou com a queima de uma colheitadeira.

Segundo Favoreto, no início da safra eram apenas 3% ou 4% dos produtores que apresentavam quebra na safra, mas agora são 100% deles. "As perdas chegam a 40% em algumas propriedades", estima Favoreto, informando que o câmbio instável e a estiagem foram os responsáveis pela quebra. "Compramos insumos quando o dólar estava a R\$ 2,60 e agora a moeda está entre R\$ 2,15 e R\$ 2,20", exemplificou.

Hoje, informa Favoreto, diversos produtores e sindicatos rurais vão se reunir na AABB de Sertãoópolis para discutir o assunto. "A gente percebe que o governo está adiando uma solução. Com essa mudança de ministros (Ministério da Fazenda) a gente acaba ficando sem solução, vai embolando tudo e ninguém faz nada pela gente", declarou o agricultor.

Segundo ele, os produtores querem que as dívidas de custeio da safra 2004-2005 e 2005-2006 sejam prorrogadas. O ministro da Agricultura, Roberto Rodrigues, informou na quarta-feira que o presidente Luiz Inácio Lula da Silva vai anunciar o pacote de ajuda aos produtores rurais na próxima segunda-feira.

Publicações:

Atas de Comissões

Redação

COMISSÃO DE REDAÇÃO 4ª SESSÃO LEGISLATIVA - 15ª LEGISLATURA ATA DA 1ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos vinte e um dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e seis, na Sala de Reuniões da Comissões, reuniu-se a Comissão de Redação, sob a Presidência do Deputado Cesar Seleme. Havendo número legal, o Sr. Presidente abriu os trabalhos, tendo sido lida e aprovada a Ata da reunião anterior, passando em seguida para a Ordem do Dia, oportunidade em que o Deputado Nelson Justus apresentou redação final aos Projetos de Lei nºs 276/05, 540/05, 735/05, 748/05 e 768/05, que foram aprovados sem observações. Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar, eu, Eliza Sotomaior Maruska Sotto Maior, Secretária da Comissão, lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada será assinada pelo Sr. Presidente para que produza os efeitos legais.

(aa) CESAR SELEME - Presidente
Eliza Sotomaior Maruska Sotto Maior - Secretária

COMISSÃO DE REDAÇÃO 4ª SESSÃO LEGISLATIVA - 15ª LEGISLATURA ATA DA 2ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos sete dias do mês de março do ano de dois mil e seis, na Sala de Reuniões da Comissões, reuniu-se a Comissão de Redação, sob a Presidência do Deputado Cesar Seleme. Havendo número legal, o Sr. Presidente abriu os trabalhos, tendo sido lida e aprovada a Ata da reunião anterior, passando em seguida para a Ordem do Dia, oportunidade em que a Deputada Cida Borghetti apresentou redação final ao Projeto de Lei nº 544/05, e o Deputado José Domingos Scarpellini também apresentou redação final do Projeto de Lei nº 783/05, que foram aprovados sem observações. Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar, eu, Eliza Sotomaior Maruska Sotto Maior, Secretária da Comissão, lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada será assinada pelo Sr. Presidente para que produza os efeitos legais.

(aa) CESAR SELEME - Presidente
Eliza Sotomaior Maruska Sotto Maior - Secretária

COMISSÃO DE REDAÇÃO 4ª SESSÃO LEGISLATIVA - 15ª LEGISLATURA ATA DA 3ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos nove dias do mês de março do ano de dois mil e seis, na Sala de Reuniões da Comissões, reuniu-se a Comissão de Redação, sob a Presidência do Deputado Cesar Seleme. Havendo número legal, o Sr. Presidente abriu os trabalhos, tendo sido lida e aprovada a Ata da reunião anterior, passando em seguida para a Ordem do Dia, oportunidade em que a Deputada Cida Borghetti apresentou redação final ao Projeto de Lei nº 363/05, que foi aprovado sem observações. Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar, eu, Eliza Sotomaior Maruska Sotto Maior, Secretária da Comissão, lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada será assinada pelo Sr. Presidente para que produza os efeitos legais.

(aa) CESAR SELEME - Presidente
Eliza Sotomaior Maruska Sotto Maior - Secretária

COMISSÃO DE REDAÇÃO 4ª SESSÃO LEGISLATIVA - 15ª LEGISLATURA ATA DA 4ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos quatorze dias do mês de março do ano de dois mil e seis, na Sala de Reuniões da Comissões, reuniu-se a Comissão de Redação, sob a Presidência do Deputado Cesar Seleme. Havendo número legal, o Sr. Presidente abriu os trabalhos, tendo sido lida e aprovada a Ata da reunião anterior, passando em seguida para a Ordem do Dia, oportunidade em que o Deputado Luiz Fernandes da Silva Litro apresentou redação final ao Projeto de Lei nº 243/05 e o Deputado Nelson Justus apresentou redação

final ao Projeto de Lei nº 674/05, que foram aprovados sem observações. Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar, eu, Eliza Sotomaior Maruska Sotto Maior, Secretária da Comissão, lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada será assinada pelo Sr. Presidente para que produza os efeitos legais.

(aa) CESAR SELEME - Presidente

Eliza Sotomaior Maruska Sotto Maior - Secretária

COMISSÃO DE REDAÇÃO
4ª SESSÃO LEGISLATIVA - 15ª LEGISLATURA
ATA DA 5ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos vinte dias do mês de março do ano de dois mil e seis, na Sala de Reuniões da Comissão, reuniu-se a Comissão de Redação, sob a Presidência do Deputado Cesar Seleme. Havendo número legal, o Sr. Presidente abriu os trabalhos, tendo sido lida e aprovada a Ata da reunião anterior, passando em seguida para a Ordem do Dia, oportunidade em que o Deputado Nelson Justus apresentou redação final aos Projetos de Lei nºs 301 e 302/04 e 797/05, que foram aprovados sem observações. Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar, eu, Eliza Sotomaior Maruska Sotto Maior, Secretária da Comissão, lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada será assinada pelo Sr. Presidente para que produza os efeitos legais.

(aa) CESAR SELEME - Presidente

Eliza Sotomaior Maruska Sotto Maior - Secretária

COMISSÃO DE REDAÇÃO
4ª SESSÃO LEGISLATIVA - 15ª LEGISLATURA
ATA DA 6ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos vinte e um dias do mês de março do ano de dois mil e seis, na Sala de Reuniões da Comissão, reuniu-se a Comissão de Redação, sob a Presidência do Deputado Cesar Seleme. Havendo número legal, o Sr. Presidente abriu os trabalhos, tendo sido lida e aprovada a Ata da reunião anterior, passando em seguida para a Ordem do Dia, oportunidade em que o Deputado Alexandre Curi apresentou redação final ao Projeto de Lei nº 005/06, que foi aprovado sem observações. Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar, eu, Eliza Sotomaior Maruska Sotto Maior, Secretária da Comissão, lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada será assinada pelo Sr. Presidente para que produza os efeitos legais.

(aa) CESAR SELEME - Presidente

Eliza Sotomaior Maruska Sotto Maior - Secretária

Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher, da Criança e do Adolescente

COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DA MULHER, DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE
4ª SESSÃO LEGISLATIVA - 15ª LEGISLATURA
1ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA

Aos vinte e nove dias do mês de março do ano de dois mil e seis, reuniu-se na Sala de Reuniões das Comissões da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, a Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher, da Criança e do Adolescente, sob a presidência da Sra. Deputada Cida Borghetti e com a presença dos seguintes Deputados: Luciana Rafagnin, Elza Correia e Renato Gaúcho. Havendo número legal, a Sra. Presidente deu início aos trabalhos para votação do Projeto de Lei nº 206/05, de autoria da Deputada Arlete Caramês. Parecer FAVORÁVEL da Deputada Luciana Rafagnin - APROVADO. Nada mais havendo a tratar, a Sra. Presidente deu por encerrada a presente reunião, e para constar eu, Luciane Andretta, Secretária da Comissão, lavrei a presente Ata que após lida e aprovada será assinada pelo Sr. Presidente, demais membros e por mim, para que produza os efeitos legais.

(a) CIDA BORGHETTI - Presidente

Luciane Andretta - Secretária

Comissão de Constituição e Justiça

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
4ª SESSÃO LEGISLATIVA - 15ª LEGISLATURA
6ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos vinte e oito dias do mês de março do ano de dois mil e seis, reuniu-se na Sala de Reuniões das Comissões da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, a Comissão de Constituição e Justiça, sob a presidência do Sr. Deputado Durval Amaral e com a presença dos Srs. Deputados: Ademar Traiano, Barbosa Neto, Duílio Genari, José Maria Ferreira, Delegado Bradock, Pastor Edson Praczyk, Plauto Miró Guimarães, Ratinho Júnior e Reni Pereira. Havendo número legal, o Sr. Presidente deu por aberta a presente reunião, colocando a Ata da última reunião ordinária em votação. Passou-se ao expediente: Requerimento do Deputado Reni Pereira, solicitando preferência de votação ao Projeto de Lei nº 28/06 e requerimento do Deputado Ademar Traiano, solicitando preferência de votação ao Projeto de Lei nº 79/06. O Sr. Presidente colocou em votação - APROVADO. Passou-se à Ordem do Dia: 01) Projeto de Lei nº 66/06 de autoria do Deputado Hermas Brandão. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Reni Pereira - APROVADO; 02) Projeto de Lei nº 633/05 de autoria do Deputado Cesar Seleme. Parecer

CONTRÁRIO do Deputado Delegado Bradock - APROVADO; 03) Projeto de Lei nº 655/05 de autoria do Deputado Barbosa Neto. Parecer CONTRÁRIO do Deputado Delegado Bradock - APROVADO; 04) Projeto de Lei nº 693/05 de autoria da Deputada Cida Borghetti. O Sr. Deputado José Maria Ferreira solicita VISTAS - CONCEDIDO pelo Presidente; 05) Projeto de Lei nº 713/05 de autoria do Deputado Nereu Moura. O Sr. Deputado Delegado Bradock solicita VISTAS - CONCEDIDO pelo Presidente; 06) Projeto de Lei nº 738/05 de autoria do Deputado Artagão Júnior. Parecer CONTRÁRIO do Deputado Ademar Traiano; 07) Projeto de Lei nº 796/05 de autoria do Deputado Cesar Seleme. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Delegado Bradock - APROVADO; 08) Projeto de Lei nº 777/05 de autoria do Deputado Luiz Nishimori. O Sr. Deputado Delegado Bradock solicita VISTAS - CONCEDIDO pelo Presidente; 09) Projeto de Lei nº 79/06 de autoria do Tribunal de Contas. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Reni Pereira - APROVADO; 10) Projeto de Lei nº 09/06 de autoria da Deputada Cida Borghetti. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Barbosa Neto - APROVADO; 11) Projeto de Lei nº 18/06 de autoria do Deputado Rafael Greca. Parecer FAVORÁVEL do Deputado José Maria Ferreira - APROVADO, com abstenção de voto do Deputado Reni Pereira; 12) Projeto de Lei nº 30/06 de autoria do Deputado Rafael Greca. Parecer CONTRÁRIO do Deputado José Maria Ferreira - APROVADO; 13) Projeto de Lei nº 53/06 de autoria do Deputado Antonio Anibelli. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Delegado Bradock - APROVADO; 14) Projeto

de Lei nº 120/06 de autoria do Deputado Hermas Brandão. O Deputado Nelson Justus, através de leitura de parecer pelo Deputado Plauto Miró Guimarães, pede suspensão de votação da matéria, até votação do Projeto de Lei nº 46/06 - APROVADO; 15) Projeto de Lei nº 743/05 de autoria do Deputado Neivo Beraldin. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Duílio Genari - APROVADO; 16) Projeto de Lei nº 111/06 de autoria do Deputado Alexandre Curi. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Duílio Genari - APROVADO; 17) Projeto de Lei nº 618/05 de autoria do Deputado Luiz Accorsi. O Deputado José Maria Ferreira solicita VISTAS - CONCEDIDO pelo Presidente; 18) Projeto de Lei nº 714/05 de autoria da Deputada Cida Borghetti. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Ratinho Júnior - APROVADO; 19) Projeto de Lei nº 758/05 de autoria do Deputado Mauro Moraes. Parecer CONTRÁRIO do Deputado Ratinho Júnior - APROVADO, com abstenção de voto do Deputado Reni Pereira; 20) Projeto de Lei nº 774/05 de autoria do Deputado Luiz Accorsi. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Ratinho Júnior - APROVADO; 21) Projeto de Lei nº 775/05 de autoria do Deputado Luiz Accorsi. O Deputado José Maria Ferreira solicita VISTAS - CONCEDIDO pelo Presidente. Nada mais havendo a tratar, e para constar e produzir efeitos legais, lavrei a presente Ata que após lida e aprovada, será assinada pelo Presidente, pelos Deputados presentes e por mim, Ana Lúcia Andretta, advogada e secretária desta Comissão.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

Ana Lúcia Andretta - Secretária

